

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação Profissional em Educação e Docência

Marcelo Paolinelli de Souza Novaes

**FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA REDE DE MUSEUS E
ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG**

Belo Horizonte

2025

Marcelo Paolinelli de Souza Novaes

**FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA REDE DE MUSEUS E
ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional Educação e Docência da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – na Linha de Pesquisa: Educação em Museus e Divulgação Científica como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Docência.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Verona Campos Segantini (EBA)

Belo Horizonte

2025

N935f
T

Novaes, Marcelo Paolinelli de Souza, 1980-
Formação em extensão universitária na Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG [manuscrito] / Marcelo Paolinelli de Souza Novaes. -- Belo Horizonte, 2025.
172 p. : enc., il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
[Inclui apêndice com recurso educacional com o título: Caderno de referências : formação em extensão universitária : Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG].
Orientadora: Verona Campos Segantini.
Bibliografia: f. 147-154.
Apêndices: f. 155-172.

1. Universidade Federal de Minas Gerais -- Museus -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Museus Universitários -- Teses. 4. Museus -- Aspectos educacionais -- Teses. 5. Extensão universitária -- Teses.
I. Título. II. Segantini, Verona Campos, 1985-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 378.1554

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE - COLEGIADO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO MARCELO PAOLINELLI DE SOUZA NOVAES

Realizou-se, no dia 06 de junho de 2025, às 09:30 horas, Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 616ª defesa de dissertação, intitulada "*Formação em extensão na rede de museus e espaços de ciências e cultura da UFMG*", apresentado por Marcelo Paolinelli de Souza Novaes, número de registro 2023658610, graduado no curso de História, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação e Docência, à seguinte Comissão Examinadora: Prof^º(a) Verona Campos Segantini - Orientador(a) (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof^º(a) Claudia Andrea Mayorga Borges (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof^º(a) Letícia Julião (Universidade Federal de Minas Gerais) e Prof^º(a) Adriana Mortara Almeida (Universidade Federal de Minas Gerais).

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada.

() Reprovada.

Título do Recurso Educacional:

Caderno de Referências para a Formação em Extensão Universitária na Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG

Relatório:

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2025.

Prof^o(a) Verona Campos Segantini (Doutora)

Prof^o(a) Claudia Andrea Mayorga Borges (Doutora)

Prof^o(a) Letícia Julião (Doutora)

Prof^o(a) Adriana Mortara Almeida (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Andrea Mayorga Borges, Professora do Magistério Superior**, em 23/06/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Verona Campos Segantini, Professora do Magistério Superior**, em 23/06/2025, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Mortara Almeida, Membro**, em 23/06/2025, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Juliao, Professor(a)**, em 30/06/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4226408 e o código CRC 0F018752.

*À minha filha e à sua mãe, à minha mãe e
à mãe dela.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Isis, pela vida e por ser minha melhor amiga.

À Lê e à Alice, por serem meu diapasão.

Ao meu pai, José Maria (*in memorian*), por chamar minha atenção para a importância dos estudos.

Às minhas queridas sobrinhas Anninha e Julinha, pelas fofocas recreativas nos cafés da tarde.

À minha irmã Juliana e ao meu irmão Henrique, pelas experiências que dividimos.

À minha tia Guguta (*in memorian*), por me levar criança para dar rolé nos elevadores do prédio da FAFICH na Carangola –, e por me falar a sério sobre mestrado, quando eu cursava o então pré-primário.

Às amizades presentes, por estarem.

Ao Bob Marley, meu cãopanheirinho, o amigo mais presente, pelo amor incondicional.

À querida Verona Segantini, orientadora deste estudo, pela confiança, serenidade, gentileza e generosidade na condução desse processo.

Ao Márcio Flávio Pimenta, a quem sucedi no Acervo de Escritores Mineiros (AEM), quando da sua aposentadoria, pelo incentivo carinhoso à realização desse percurso.

Às minhas colegas e aos meus colegas de curso, com quem compartilhei inquietações, reflexões e bons momentos, fundamentais nessa caminhada.

Aos professoras – como me ensinou escrever a Renata Aspis – do PROMESTRE pela louvável dedicação a um programa tão injustamente menosprezado.

Às professoras Cláudia Mayorga e Letícia Julião, pela leitura atenta e pelos apontamentos que contribuíram para a qualificação desta pesquisa .

Ao Marcus Silveira, colega TAE da Rede de Museus, inventivo e dedicado, pelas conversas frutíferas e pela solicitude nas informações.

Às minhas colegas de trabalho no AEM, Ariane Leite, Jéssica Oliveira e Aline Pimenta, pelo altruísmo, pela gentileza e diligência, que permitiram que eu me licenciasse por um período para escrever essa dissertação.

Às/aos graduandas/os que integram a equipe do AEM, pelo convívio e por atualizar meus drivers cognitivos.

Ao diretor e à diretora do AEM durante o período de elaboração deste estudo, Roberto Said e Elen de Medeiros, pelo apoio e incentivo à realização deste trabalho.

À UFMG, instituição indissociável da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, pelo conhecimento, pelo sustento e pelas experiências cotidianas.

“Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável” (Paulo Freire, 2016).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central refletir sobre o papel dos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG (RMECC) na Formação em Extensão Universitária (FEU) dos/as graduandos/as da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Frente à Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, bem como às normativas internas da UFMG sobre o tema, procuramos compreender os contornos das ações extensionistas desenvolvidas pelos/nos referidos espaços, com foco na participação dos/as estudantes de graduação nestas atividades. Para tanto, realizamos no Sistema de Informação da Extensão (SIEX) da UFMG a busca e a extração dos registros das ações de extensão vinculadas aos espaços integrantes da RMECC, para analisá-los a partir de abordagem mista, predominantemente qualitativa, à luz de certas concepções do campo da Museologia Crítica, bem como da noção de extensão como comunicação expressa por Paulo Freire. Deste modo, perpassando aspectos históricos da extensão universitária no Brasil e, particularmente, na UFMG, pretendemos demonstrar como determinado entendimento da função social dos museus universitários e instituições correlatas converge de maneira enfática para os objetivos da FEU. Os resultados alcançados indicam que os espaços analisados, em sua ampla maioria, compreendem entre seus quefazeres o compromisso com a FEU, apresentando-se assim como lugares privilegiados para este exercício. Não obstante, em geral, as ações são desenvolvidas sem que haja conexão entre estes espaços, o que, sendo superado, pode representar um importante impulso rumo a uma maior integração de suas práticas, e, conseqüentemente, incrementar os percursos formativos na RMECC. O estudo realizado também permitiu-nos produzir um Caderno de Referência para a FEU na RMECC, destinado a instigar discentes, docentes e agentes dos espaços a usufruírem dos acervos, ambientes e saberes instalados nos espaços em prol da FEU na UFMG.

Palavras-chave: museus universitários; Rede de Museus da UFMG; formação em extensão; extensão universitária.

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the role of the spaces that comprise the UFMG Network of Museums and Science and Culture Centers (RMECC) in the University Extension Training (FEU) of undergraduate students at the Federal University of Minas Gerais (UFMG). In light of Resolution No. 7, dated December 18, 2018, from the National Education Council (CNE) which establishes the Guidelines for Extension in Brazilian Higher Education and the internal UFMG regulations on the subject, we sought to understand the nature of extension activities developed by/in these spaces, focusing on the participation of undergraduate students in such initiatives. To this end, we conducted a search and data extraction of extension activity records linked to the RMECC spaces in the UFMG Extension Information System (SIEX). These records were analyzed using a mixed methodology, predominantly qualitative, grounded in key concepts from the field of Critical Museology, as well as Paulo Freire's notion of extension as dialogical communication. By addressing historical aspects of university extension in Brazil and, more specifically, at UFMG, this study seeks to demonstrate how a particular understanding of the social role of university museums strongly aligns with the objectives of the FEU. The results indicate that the analyzed spaces, in their vast majority, incorporate a commitment to FEU in their practices, thus positioning themselves as privileged settings for this kind of training. However, in general, the extension activities are developed without interconnection among the spaces, a limitation which, if overcome, could provide a significant boost toward greater integration of practices and, consequently, enrich the educational pathways within the RMECC. The study also led to the creation of a Reference Notebook for FEU in the RMECC, aimed at encouraging students, faculty, and staff to engage with the collections, environments, and knowledge embedded in these spaces in support of FEU at UFMG.

Keywords: University museums; UFMG Network of Museums; Extension training; University extension

Keywords: university museums; UFMG Museum Network; extension training; university extension

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Graduandos/as integrantes das equipes por concessão de bolsa	80
Gráfico 2 – Graduandos/as integrantes das equipes por curso	81
Figura 1 – Abas do SIEX/UFMG	90
Gráfico 3 – Modalidades das ações extensionistas	92
Gráfico 4 – Área temática de extensão das ações desenvolvidas	93
Gráfico 5 – Área temática da extensão por espaço desenvolvedor	94
Gráfico 6 – Áreas temáticas de interface das ações	95
Gráfico 7 – Linhas de extensão das ações desenvolvidas	95
Gráfico 8 – Atividades quanto à vinculação ao ensino e à pesquisa	97
Gráfico 9 – Atividades desenvolvidas por graduandos/as integrantes das equipes	99
Gráfico 10 – Atividades mais recorrentes nos planos dos/as estudantes integrantes das equipes	100
Gráfico 11 – Modalidade das bolsas concedidas	103
Quadro 1 – Espaços integrantes da RMECC	107
Quadro 2 – Atividades Analisadas	109
Quadro 3 – Área temática da extensão por espaço desenvolvedor	124
Quadro 4 – Vinculação institucional dos espaços integrantes da RMECC	126
Quadro 5 – Espaços que desenvolvem ações na modalidade Programa	128
Quadro 6 – Vinculação das ações extensionistas a atividades de modalidade diferente	129
Quadro 7 – Curso dos/as graduandos/as por espaço	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Graduandos/as integrantes das equipes por curso	140
Tabela 2 – Público de interesse das ações	142
Tabela 3 – Palavras-chave das ações analisadas	144
Tabela 4 – Distribuição dos/as graduandos por espaço	147
Tabela 5 – Atividades desenvolvidas por graduandos/as integrantes das equipes	148
Tabela 6 – Público de interesse das ações extensionistas	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	Atividade Acadêmica Curricular
ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABE	Associação Brasileira de Educação
AEM	Acervo de Escritores Mineiros
CAIFEU	Comissão Responsável pelo Acompanhamento da Implementação da Formação em Extensão Universitária
CCT	Centro de Coleções Taxonômicas
CELC	Centro de Estudos Literários e Culturais
CEMEMOR	Centro de Memória da Medicina
CEMEMOR-Vet	Centro de Memória da Veterinária da Escola de Veterinária
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEVEX	Centro Virtual de Memória da Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
EC	Espaço do Conhecimento UFMG
FALE	Faculdade de Letras
FEU	Formação em Extensão Universitária
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional dos Museus
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCM	Museu de Ciências Morfológicas

MCPT	Museu Casa de Padre Toledo
MEC	Ministério da Educação
MHNJB	Museu de História Natural e Jardim Botânico
PBEXT	Programa de Bolsa de Extensão
PBEXTAA	Programa de Bolsa de Extensão Ações Afirmativas
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEU	Política Nacional de Extensão Universitária
PNExt	Plano Nacional de Extensão Universitária
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
ProExt	Programa de Extensão Universitária
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROMESTRE	Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência
RBCMU	Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários
RMECC	Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG
SIEX	Sistema de Informação da Extensão
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UMAC	Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 PANORAMA DA EXTENSÃO NO BRASIL: HISTÓRICO, CONCEITOS E DIRETRIZES.34	
2.1 – O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).....	44
2.2 Referências legais e normativas da Formação em Extensão Universitária na UFMG..	49
3 EXTENSÃO NA UFMG: DINÂMICAS DA SUA CONFORMAÇÃO.....	51
3.1 – O Sistema de Informação da Extensão da UFMG (SIEX/UFMG).....	62
3.2 – Formação em Extensão Universitária na UFMG.....	63
4 A REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG (RMECC)...	69
4.1 – A RMECC.....	69
4.2 – Considerações acerca dos museus e coleções universitários e congêneres.....	76
4.3 – Comunicação museológica ou a musealização como mediação de um tipo específico de comunicação.....	82
4.3.1 – Cadeia de operação museológica.....	83
4.4 – FEU na RMECC: os registros no SIEX/UFMG.....	86
4.4.1 – Brevíssimo comentário a respeito de uma proposta da RMECC de sistematização da FEU em seus espaços integrantes.....	101
4.5 – Recurso educacional – à guisa de inconclusão.....	102
ILUSTRAÇÕES.....	104
TABELAS.....	135
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICE – CADERNO DE REFERÊNCIAS PARA A FEU NA REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFMG.....	155

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a apresentação do objeto e das premissas teórico-metodológicas deste trabalho, peço licença para uma breve digressão pelo percurso que resultou nesta dissertação. Sou servidor da carreira Técnico-Administrativo em Educação (TAE), em exercício na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Começar essa escrita afirmando tal identidade, além da evidente necessidade de situar o lugar profissional de onde falo em um programa de mestrado dessa natureza, tem o propósito de chamar a atenção para dois aspectos, ambos determinantes para o desenvolvimento do presente estudo: a) o da importância de sistematizar academicamente a reflexão sobre as práticas profissionais deste segmento da comunidade acadêmica; b) o do caráter, digamos, fronteiriço da extensão que possibilita ao/à servidor/a/ TAE uma forma de atuação acadêmica da qual muitas vezes se vê alijado/a, por diferentes razões, que se sustentam em argumentos mais ou menos tácitos.

Desde 2011 atuando como Técnico em Assuntos Educacionais (um entre os 322 cargos da categoria dos Técnico-administrativos em Educação¹), tenho experimentado a necessidade sempre premente de refletir sobre as especificidades da minha prática profissional, seja em termos do papel institucionalmente definido para este cargo e sua contribuição para a consecução dos objetivos preconizados pela universidade, ou relativamente às incumbências e aos afazeres cotidianos. Paradoxalmente, estes últimos, que consomem os deveres e responsabilidades atribuídas ao profissional, muitas vezes representam o principal empecilho para o exercício da reflexão sobre a ação e, conseqüentemente, à prática orientada por tal análise.

Em outros termos, imersos na rotina de trabalho – portanto envoltos/as pelos hábitos aos quais estas dão origem –, é grande a chance de não constar na agenda da/o profissional momentos de ponderação sobre sua *práxis*². Não obstante, como

¹ A estrutura da carreira da categoria dos técnico-administrativos em educação é disposta pela lei federal nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Para um detalhamento dos cargos que compõem a carreira, ver os anexos à referida lei disponíveis em <https://www.unirio.br/progepe/descricao-dos-cargos-do-pcctae>, acesso em 16/05/2024. Dos 322 cargos da carreira TAE, a UFMG utiliza 126 destes em seu quadro. Sobre a distribuição dos cargos na UFMG e o perfil da formação do quadro técnico-administrativo em educação da instituição, ver <https://www.ufmg.br/prorh/wp-content/uploads/2022/12/O-Perfil-da-Formacao-do-TAE-da-UFMG-2021.pdf>. Acesso em 16, mai. 2024.

² Educação como Prática da Liberdade (2024a).

afirma Paulo Freire, os seres humanos são ontologicamente seres da práxis, logo, suas ações são sempre orientadas por conceitos, ainda que destes o sujeito não se dê conta.

Sendo assim, impõem-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão da nossa ação, que envolve uma teoria, quer o saibamos ou não. Impõem-se que, em lugar da simples *doxa* em torno da ação que desenvolvemos, alcancemos o *logos* de nossa ação. Isso é tarefa específica da reflexão filosófica. Cabe a esta reflexão incidir sobre a ação e desvelá-la em seus objetivos, em seus meios, em sua eficiência.

Ao fazê-lo, o que antes talvez não se apresentasse a nós como teoria de nossa ação se nos revela como tal. [...] A prática, por sua vez, ganha uma significação nova iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente (FREIRE, 2021, p. 47).

A fim de melhor situar o/a leitor/a, cabe uma rápida explanação sobre as incumbências e práticas em torno do cargo Técnico em Assuntos Educacionais, cujo requisito de qualificação para ingresso na carreira é a graduação em Pedagogia ou em licenciatura em qualquer área de formação. O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) assim descreve, respectivamente, as funções e as atividades típicas do cargo:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: Coordenar as atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO • Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos de estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional para proporcionar educação integral dos alunos. • **Elaborar projetos de extensão.** • Realizar trabalhos estatísticos específicos. • Elaborar apostilas. • Orientar pesquisas acadêmicas. • Utilizar recursos de Informática. • Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (UNIRIO, [s.d.], grifo meu).

Pela abrangência das atribuições elencadas na citação acima, assim como pela diversidade das áreas de formação de onde advêm os/as profissionais ocupantes do cargo, os/as Técnicos/as em Assuntos Educacionais trabalham nos mais diversos setores e em diferentes frentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).³ Desde 2017, atuo no Acervo de Escritores Mineiros (AEM), vinculado ao Centro de Estudos Literários e Culturais (CELC), este, por sua vez, um

³ Uma pesquisa panorâmica nos portais de periódicos científicos não retornou resultados de estudos sobre a distribuição de tais profissionais nas IFES. Tanto para a identidade profissional quanto para a gestão universitária, seria importante investigar a atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais nessas instituições.

Órgão Complementar vinculado à Faculdade de Letras (FALE) da UFMG. Trata-se de um arquivo literário, a partir do qual também se desenvolveu uma função museal, onde respondo pelo setor Comunicação Educativa que, segundo o artigo 14º do Regimento do CELC, entre suas atribuições, estão:

I - desenvolver, produzir, coordenar e executar atividades educativo-culturais e de comunicação voltadas aos diversos públicos do CELC, a partir dos fundos salvaguardados pela instituição; II - promover a extroversão dos fundos salvaguardados pelo CELC/AEM; III - elaborar propostas e projetos para submissão a editais pertinentes às atividades do setor, bem como gerir sua execução quando contemplados pelos certames; V - gerir o funcionamento do espaço museográfico (UFMG, 2022, p.p. 5-6).

A execução deste rol de atividades previstas no Regimento é articulada em torno do projeto de extensão Comunicação Educativa - Acervo de Escritores Mineiros, registrado no Sistema de Informação da Extensão da UFMG (SIEX/UFMG) sob o nº 403818⁴.

Essa breve contextualização do percurso profissional do autor na universidade é para destacar que a sistematização do trabalho realizado em um setor educativo como projeto de extensão foi o que instigou a escolha do objeto desta pesquisa, assim como a opção por realizar a investigação no âmbito do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE). Por acolher e promover o pensamento crítico e científico sobre práticas profissionais realizadas em diferentes áreas, encontrei ali a possibilidade de aprofundar o conhecimento e de analisar metodicamente aspectos relativos à extensão universitária, esfera acadêmica que ocupa centralidade nas atividades que desempenho.

Programas como o PROMESTRE, penso, contribuem efetivamente para a superação da tacanhez representada pela hierarquização dos saberes, ao fomentar a reflexão sobre a prática profissional e valorizar os saberes produzidos no âmbito desta prática. Produzir conhecimento e torná-lo acessível – funções precípuas da instituição universitária (BOTOMÉ, 1996) – passa pela excelência e compromisso de todos os segmentos da comunidade acadêmica, ainda que historicamente as importantíssimas contribuições do corpo técnico-administrativo sejam invisibilizadas. Nesse sentido, há uma declarada motivação de cunho ético-político em destacar a

⁴ Sobre o projeto, ver <https://sistemas.ufmg.br/siex/VerIdentificacao.do?id=92762&tipo=Projeto> , acesso em 13/05/2024.

importância de se sistematizar academicamente a reflexão sobre as práticas profissionais deste segmento da comunidade acadêmica.

Motivação realimentada pelas recentes alterações nas Normas Gerais da Extensão na UFMG. A Resolução nº 03/2024, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPE/UFMG) revoga a Nº 08/2020, que até então regulamentava as atividades de extensão na UFMG. Nesse sentido, o Art. 4º da Resolução 08/2020, que previa a possibilidade de proposição de atividades de extensão por servidores/as TAE, foi substituído pelo Art. 15 da nova Resolução⁵. Esta, por seu turno, restringe a participação dos/as integrantes da carreira Técnica-administrativa em Educação à coordenação “administrativa”, ou à composição da equipe de desenvolvimento, desde que previamente autorizados/as. Extingue-se, portanto, a possibilidade de agência desse segmento da comunidade acadêmica, relegando seus saberes e competências à tutela docente, desprezando importante capital intelectual instalado na instituição.

O desdém institucional pode ser verificado, inclusive, na redação do Art. 15⁶, quando os servidores docentes são referenciados como “integrantes de carreiras”, estas grafadas com iniciais maiúsculas, enquanto o técnico-administrativo em educação é descrito apenas como “servidor”, sem menção à sua carreira. Registre-se, também a contradição representada pelo Art. 41, inserido no Título VIII, referente às disposições gerais e transitórias:

Art. 41. A participação do corpo Técnico-Administrativo em Educação (TAE) em atividades de extensão será incentivada e valorizada pela UFMG por meio de estratégias formuladas em parceria com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFMG, observada a legislação federal (UFMG, 2024, p. 5).

Há flagrante contradição entre afirmar que “será incentivada e valorizada” a participação do corpo TAE, ao passo que interdita que este segmento da comunidade acadêmica seja proponente de atividades de extensão.

⁵ Eis as diferentes redações sobre o tema nas referidas resoluções: “Art. 4º As atividades de extensão poderão ser propostas por servidores integrantes das carreiras do Magistério Superior, do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, em efetivo exercício na UFMG (UFMG/CEPE, 2020). “Art. 15. Poderão coordenar e propor atividades de extensão os servidores docentes integrantes das carreiras do Magistério Superior e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em efetivo exercício na UFMG.

§ 1º A participação do servidor técnico-administrativo em educação poderá ocorrer como coordenador administrativo ou integrante da equipe de desenvolvimento, devendo ser autorizada de acordo com a legislação vigente (UFMG/CEPE, 2024, p. 3).

⁶ Vide nota anterior.

Destaque-se uma obviedade: o exercício intelectual se dá na execução de qualquer feito humano, do mais intuitivo ao mais racionalizado, daquele do qual se diz manual àquele dito cerebral. No entanto, historicamente, ao menos no ocidente, as atividades consideradas eminentemente manuais – ou ainda mais enfaticamente chamadas de braçais – são intensamente desvalorizadas, enquanto aquelas ditas intelectuais são inversamente valoradas. Entre uma ponta e outra há diversas gradações, sendo o valor social do trabalho atribuído a partir da posição em que se ocupa na escala. Parece-me legítimo afirmar que as universidades muitas vezes reproduzem essa visão de mundo quando, por exemplo, praticam a disparidade do peso representativo dos membros da comunidade acadêmica, considerando, assim, o/a servidora TAE um membro comunitário de segunda categoria, ocupante de um lugar menor, destituído ou num estado inferior de intelectualidade. Ou quando circunscreve as atividades dessa categoria ao cumprimento de tarefas, não reconhecendo os saberes produzidos pelas práticas desses profissionais. Não há aqui nenhuma intenção de acirrar os ânimos entre trabalhadores ou fazer deste parágrafo um panfleto pela equidade e isonomia nas universidades. O ponto aqui é outro. Se a universidade se pretende uma instituição democrática e plural, como desprezar a importância e a contribuição dos/as profissionais Técnico-administrativo/as em Educação para a realização de tais premissas?

Essa afirmação conecta-se ao segundo propósito de anunciar minha identidade profissional. Até então, a extensão se delineava na UFMG como uma região fronteira do fazer universitário, pois além de acercar-se da “comunidade externa”, propiciava que servidores TAEs participassem ativamente na formulação e desenvolvimento de atividades nesse campo. Foi assim, como já dito, atuando em projetos de extensão, que atentei para as especificidades (e para as incertezas e confusões) dessa atividade acadêmica. Como foi possível, ademais, perceber a complexidade da trama que envolve a conceituação da extensão e o histórico de sua ocupação de espaços institucionais nas universidades brasileiras, sobre o que falaremos mais adiante.

Por ora, é necessário destacar que também o CELC ocupa uma região de fronteira, o que pode ser inferido a partir do artigo 2º do seu Regimento, que diz que o Órgão

[...] tem por finalidade fomentar a pesquisa acerca da cultura e da literatura brasileira, por meio do desenvolvimento de atividades transdisciplinares de

ensino, de pesquisa e de extensão, a partir do trabalho com acervos literários e artístico-culturais, sob a guarda do Acervo de Escritores Mineiros (UFMG/CELC, 2022).

Idealizado no campo da pesquisa, como centro de estudos, desdobra-se em uma instituição híbrida, o Acervo de Escritores Mineiros, de onde irradiam (ou para onde convergem) as supracitadas atividades transdisciplinares. O AEM integra a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG (RMECC), que, por sua vez, é organizacionalmente vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

A partir do exemplo do AEM, podemos perceber as várias camadas institucionais que devem ser conjugadas pelos espaços aglutinados pela RMECC. Isso significa dizer que são também variadas as formas como estes espaços se relacionam entre si e com suas respectivas unidades acadêmicas, com seus públicos e com a própria RMECC. Diante de tal heterogeneidade, parece-nos importante indagar sobre como cada um desses espaços se percebe - conceitual e organizacionalmente - e, conseqüentemente, como se posicionam no entroncamento ensino-pesquisa-extensão. Ademais, dada a polissemia que a esfera da extensão abarca, um entendimento mais ou menos compartilhado pelos espaços sobre esta dimensão pode auxiliar no desenvolvimento de atividades integradas, bem como no delineamento identitário destes espaços no âmbito da universidade.

Até aqui, tratamos dos pretextos pessoais que ensejaram este estudo. Afinal, o itinerário de vida e os interesses do indivíduo são elementos imprescindíveis ao ato cognoscível (FREIRE, 2021, 2024a). Contudo, ainda que a curiosidade esteja situada no cerne da construção do saber, sozinha não basta para justificar o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica. Há que se transformar esta curiosidade inicial, reelaborando-a no campo epistemológico. No entanto, também nesta seara justifica-se a realização desse trabalho.

Atualmente, a despeito do histórico de críticas ao conceito de extensão – como veremos –, podemos dizer que, institucionalmente, essa dimensão encontra-se bastante consolidada nas universidades brasileiras. A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Diretrizes), representa mais um estágio desta consolidação, ao prever, em seu artigo 4º, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por

cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. (BRASIL, 2018, p. 2)

A obrigatoriedade da curricularização da extensão tornou ainda mais premente o mapeamento e a compreensão das práticas extensionistas desenvolvidas pela universidade. Trata-se de um enorme desafio, que requer da instituição plasticidade organizacional para implementar adequações e adaptações em diferentes frentes (administrativa, cultural, política, conceitual etc.). Faz-se necessário, então, engendrar estratégias de elaboração, gestão e execução das atividades extensionistas que coadunem com as atuais exigências. Nesse sentido, defendemos que um planejamento profícuo não pode prescindir da identificação e da avaliação das práticas e conceitos em voga na instituição.

Não por acaso, a dimensão avaliativa é expressa em capítulo específico das Diretrizes, e preconiza a realização de avaliações externas e endógenas à universidade. Sobre a autoavaliação, âmbito tangente ao presente estudo, o Art. 10, preconiza que

Em cada instituição de ensino superior, a extensão deve estar sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volte para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, a atenção crítica ao campo da extensão e a produção de conhecimento institucional a seu respeito apresentam-se como urgência. Concordamos com Sílvio Botomé, quando diz que

[...] há um universo conceitual que precisa ser explicitado para poder demonstrar com suficiente clareza qual é exatamente o papel e a responsabilidade do que é chamado de extensão universitária nas relações entre Universidade e sociedade. [...] E esta [clareza conceitual], por sua vez, depende de uma elaboração cuidadosa das relações entre vários conceitos. [...] é preciso garantir um bom conhecimento como base para orientar o sistema de sinalizações e influências que vão ser exercidos sobre o comportamento de quem vai agir em relação ao fenômeno de interesse. No caso da extensão universitária, a atuação em relação a ela, incluindo a administração dos processos e condições nela envolvidos, está na dependência de um bom conhecimento sobre os conceitos que constituem o sistema (a rede de relações) de referências em torno das noções e das práticas relativas à extensão universitária (BOTOMÉ, 1996, pp.75-76).

O presente estudo pretende identificar como os espaços vinculados à RMECC entendem e desenvolvem suas ações de extensão, para, então, elaborar um recurso educativo que apresente ao corpo docente dos cursos de graduação um

material que avenge possibilidades de mobilização do potencial destes espaços em função da Formação em Extensão Universitária (FEU)⁷. Adicionalmente, como forma de entrecruzar as perspectivas dos espaços e as demandas dos cursos, pensaremos um recurso de avaliação diagnóstica nestas duas pontas, orientado para a análise e a reflexão sobre a inserção dos graduandos nas atividades extensionistas afins e seu impacto na formação discente. Procuraremos sondar aspectos conceituais e práticos expressos pelos espaços, a fim de produzir uma ferramenta congruente com o perfil institucional destes setores.

Assim, também na esfera dos estudos sobre a extensão, situamo-nos em cercanias povoadas por diferentes sujeitos da comunidade acadêmica – estudantes, professores/as e profissionais comprometido/as com as atividades extensionistas nos espaços estudados. Interessa-nos colaborar para a constituição de uma FEU que considere a formação profissional e cidadã do/a estudante, a interação docente com a miríade de possibilidades de intervenções pedagógicas em (e a partir de) lugares já estabelecidos na universidade, e o aproveitamento cada vez mais ampliado destas unidades em atividades que articulem ensino, extensão e pesquisa.

Importante enfatizar que, em que pese a proposta ser direcionada a sujeitos da comunidade acadêmica, não escapamos à premissa extensionista da imprescindível dialogicidade de um tal processo. As dinâmicas de participação do/a graduando/a em atividades de extensão e a influência desta prática em sua formação devem ser estabelecidas sobre a base da comunicação, interação e cooperação com a sociedade, a começar pela definição – com e a partir desta – do conteúdo programático de tais atividades. Como ensina Paulo Freire,

Quem, entre os sujeitos cognoscentes, propõe os temas básicos da ação cognoscitiva?

Se a educação, como situação gnosiológica, tem, na relação dialógica, sua essência, visto que, sem ela, desapareceria a cointencionalidade dos sujeitos ao objeto cognoscível, quando começa essa relação?

[...] Defendendo a educação como uma situação eminentemente gnosiológica, dialógica por consequência, em que educador-educando e educando-educador se solidarizam, problematizados, em torno do objeto cognoscível, resulta óbvio que o ponto de partida do diálogo está na busca do conteúdo programático (FREIRE, 2021, p.117).

⁷ Quando utilizamos a expressão Formação em Extensão Universitária (FEU), referimo-nos tanto à vivência quanto à integralização dos créditos obrigatórios em atividades extensionistas.

Assim concebidas as ações extensionistas, é bem provável que se efetivem projetos e programas socialmente relevantes. Se a integração dos/as estudantes às vivências for feita a partir da lógica educando-educador/educador-educando, da qual nos fala Freire (2021), o intercâmbio de saberes e experiências entre os envolvidos provavelmente se dará de maneira profícua, pois promoverá transformação mútua dos agentes a partir do diálogo. Deste modo, os interesses da academia e de seus interlocutores serão convergentes, pois o propósito basilar da universidade de fazer circular o conhecimento que produz terá na atividade extensionista – ou seja, na relação direta com diferentes atores sociais –, a um só tempo, sua realização e a percepção de questões socialmente relevantes que deverão servir de insumo para novas investigações científicas.

Para que a proposição deste estudo se viabilize, é necessário sondar previamente aspectos que caracterizam os espaços objeto da nossa análise, para melhor moldar a ferramenta aludida às feições do contexto identificado. Recorrendo novamente às palavras de Botomé,

A própria sistematização do conhecimento sobre a extensão universitária é uma tarefa importante para re-elaborar os conceitos e concepções ou para renovar as práticas extensionistas. Uma das decorrências, nesse caso, é rever vários conceitos e substituir, muito provavelmente, a atual tendência a 'ocupar espaços' (aumentar poder político), por algo que permita à Universidade crescer e aumentar seu âmbito de influência com maior segurança, clareza conhecimento e maturidade. Em outras palavras, aumentar o capital político com um correspondente aumento do capital intelectual, gerado por uma reflexão sobre a experiência, embasada no conhecimento sistematizado já disponível a respeito dessa experiência (a já conhecida noção de 'práxis'). Parece importante, para a sociedade, que a reflexão, com base no conhecimento já existente, gere um estudo (capital intelectual) capaz de orientar a 'trama administrativa' (mais do que a 'mecânica burocrática') na coordenação e articulação da rede de relações entre o comportamento dos que fazem parte da instituição (BOTOMÉ, 1996, pp. 49-50).

O dispositivo proposto objetiva, portanto, contribuir com a produção de conhecimento institucional, no sentido de favorecer a identificação de potenciais, lacunas, equívocos, oportunidades e demandas em extensão, na perspectiva da formação discente, bem como instigar aproximações e o intercâmbio de saberes e práticas, com o intuito de aprimorá-los e estimular novas experiências. Acreditamos, deste modo, cooperar com o processo de formulação e concretização de propostas adequadas ao novo contexto curricular. A realização da proposta aqui contida pode, ademais, contribuir para a composição de um repositório de saberes e práticas

institucionais, procedimento assaz relevante no incessante e imprescindível processo de reflexão e revisão relativos aos conceitos e às práticas das/nas instituições universitárias.

Obviamente, não temos a pretensão de competir com os processos, práticas e instrumentos institucionalizados pelos órgãos competentes da universidade. Pelo contrário, trata-se de somar esforços para a consecução de uma universidade cada vez mais relevante no desafiador contexto contemporâneo.

Em tempos de ascensão de discursos de ódio, de negação da ciência, de vigilância e controle das mentes e corações pelas grandes corporações de *big data* e do avanço das tecnologias de treinamento e aprendizado de máquina, exige-se da universidade diálogo e comunicação contundentes com a sociedade, como forma de defender não apenas sua função social (sua identidade), mas – talvez até principalmente – a legitimidade de sua própria existência nos moldes atuais. Em um tal cenário, articular produção de conhecimento, ensino e comunicação significativos, no sentido de se configurar uma tal potência social capaz de instrumentalizar a compreensão dos fenômenos sociais para a catálise de agências transformadoras do quadro distópico que se desenrola, é tarefa das mais árduas e urgentes. Longe de imputar à universidade qualquer missão messiânica, pensamos que o envolvimento e o peso da universidade no debate público são fatores de bastante relevância na encruzilhada humanitária em que nos metemos. Não será sem um exame profundo de suas próprias práticas que a universidade encontrará argumentos sólidos para um diálogo realmente interessado e comprometido com o desenvolvimento de uma sociedade que busque a superação das mazelas às quais encontra-se submetida.

De maneira geral, objetivamos prospectar, através do SIEX/UFGM, ações extensionistas desenvolvidas pelos/nos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFGM (RMECC), para analisá-las em função de suas contribuições para a formação dos/as graduandos/as da Universidade Federal de Minas Gerais (UFGM). Para tanto, procuramos compreender os contornos dessas ações desde uma perspectiva da história da extensão universitária no Brasil e, particularmente, na UFGM, em direção ao contexto atual.

Pretendemos demonstrar como determinado entendimento da função social dos museus universitários e instituições correlatas converge de maneira enfática para a concepção freiriana de extensão como ato comunicacional dialógico, bem

como para os objetivos da FEU – conforme formulados pela Resolução CNE Nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, bem como expressos pela UFMG via normativas internas.

Objetivamos, ainda, alicerçados nesse exame, elaborar um recurso educacional, intitulado *Caderno de referências para a FEU na Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG*. Com a produção deste material, buscamos evidenciar a vocação dos espaços integrantes da RMECC para a FEU, e com isso fomentar o aproveitamento destes para tal finalidade, em consonância com o que vem sendo pensado institucionalmente pela Coordenação desta rede.

Acreditamos que nossos objetivos se justificam pela recente exigência legal quanto à integralização de créditos extensionistas nos currículos dos cursos de graduação, e, sobretudo, pela necessidade de refletir – como vem sendo feito por diferentes agentes – sobre as maneiras mais adequadas de se instituí-la, ou seja, em consonância com o perfil e a identidade da universidade. Desse modo, manifestamos nossos compromissos ético, político e acadêmico ao nos inserirmos nesse debate, na expectativa de cooperar para a consecução de práticas extensionistas relevantes para a formação profissional e cidadã dos/as graduandos/as. Além disso, a literatura sobre FEU encontra-se ainda em fase incipiente, e desejamos que este estudo contribua para o seu recrudescimento.

O presente estudo apóia-se nas reflexões de Paulo Freire sobre o conceito de extensão presentes em *Extensão ou Comunicação?* (FREIRE, 2021). Para o autor, o termo *extensão* é eivado pelo equívoco gnosiológico que representa. Aproximando-se do campo semântico do termo, o autor demonstra como este vai de encontro à educação como prática da liberdade, pois nele estaria imbricada a lógica de transmissão de conhecimento, reduzindo o educando a mero espectador, passivo diante da autoridade da palavra alheia. Assim, o equívoco gnosiológico (ou seja, relativo a como se dá o conhecer) presente na ideia de estender determinado conhecimento reside no fato de tomar o ser humano enquanto objeto ao invés de sujeito⁸. A tal concepção de *extensão* Freire contrapõe a ideia de *comunicação* para

⁸ “As relações que o homem trava no mundo e com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas e incorpóreas) apresentam uma ordem tal de características que as distinguem totalmente dos puros contatos, típicos da outra esfera animal. Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partimos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é” (FREIRE, 2024a, p. 55).

pensar a interação entre universidade e os sujeitos interlocutores no âmbito das ações ditas *extensionistas*.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso”, e não o contrário.

Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação.

Daí que, como conteúdo da comunicação, não pode ser *comunicado* de um sujeito a outro (FREIRE, 2021, p. 85, grifo do autor).

Ainda que Paulo Freire tenha recusado categoricamente a ideia de extensão, será o termo utilizado neste trabalho, pois assim consolidou-se histórica e institucionalmente. Alertamos, no entanto, que utilizamos a expressão tendo em vista a crítica freireana, atribuindo à palavra, portanto, a acepção de *comunicação*. No capítulo 1, falaremos um pouco mais sobre as querelas em torno da extensão, ao traçarmos um panorama histórico-conceitual a este respeito no Brasil. Será possível, assim, contextualizar as normas que atualmente regem o tema.

Além dessa opção semântica, orienta-nos a compreensão da extensão como dimensão acadêmica fundamental, cuja dinâmica obriga a universidade a se pensar em estreita conexão com as vicissitudes sociais, e em plena interação com sociedade, numa “interpermeabilização” – com o perdão do neologismo. Assim, em contraposição a certos argumentos que defendem a prescindibilidade da extensão – ou mesmo a menosprezam –, evocamos a o entendimento da professora Olgamir Amancia Ferreira quando assevera que

Atestar a extensão como processo “científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” significa que a extensão não é qualquer coisa que se desenvolva a partir da relação da universidade com a sociedade externa, mas como processo que obedece ao rigor da ciência, que esposa metodologias ancoradas na dialogicidade e, por isso mesmo, aberta a aprender com o outro, a ressignificar suas práticas a partir do confronto das distintas formas de conhecer presentes na realidade concreta. Outro aspecto que depreendo dessa conceituação é o reconhecimento da produção e da validação do conhecimento como expressão de poder e o papel da extensão em explicitar a intencionalidade de se produzir o conhecimento para a transformação da realidade (FERREIRA, 2023, p. 5).

O ponto de vista de Ferreira permite-nos olhar para a contribuição da vivência extensionista à formação dos/as estudantes de graduação, à luz do entendimento da educação como uma prática gnosiológica, alicerçada pela consciência da condição

de inconclusão da vida, de sua permanente metamorfose, como também exortou Paulo Freire. Consciência que nos faz seres éticos, cujas escolhas incidem na transformação da realidade, logo, inexoravelmente responsáveis pelo que resulta das nossas decisões. Daí a relevância de uma Formação em Extensão Universitária socialmente referenciada e responsável, que permita ao/à estudante problematizar a área em que está se capacitando tecnicamente, confrontando seus estudos com aquilo que a sociedade demanda de um/a profissional da sua área.

A consciência do inacabamento entre nós, mulheres e homens, nos fez seres responsáveis, daí a eticidade de nossa presença no mundo. Eticidade, que não há dúvida, podemos trair. O mundo da cultura que se alonga em mundo da história é um mundo de liberdade, de opção, de decisão, mundo de possibilidade em que a decência pode ser negada, a liberdade ofendida e recusada. Por isso mesmo a capacitação de mulheres e de homens em torno de saberes instrumentais jamais pode prescindir de sua formação ética. A radicalidade desta exigência é tal que não deveríamos necessitar sequer de insistir na formação ética do ser ao falar de sua preparação técnica e científica. É fundamental insistirmos nela precisamente porque, inacabados mas conscientes do inacabamento, seres da opção, da decisão, éticos, podemos negar ou trair a própria ética (FREIRE, 2024b, pp. 55-56).

Se assim pensamos a existência humana, como historicamente construída, suscetível à impermanência resultante das ações de homens e mulheres eticamente referenciados/as, torna-se imperativo considerarmos a noção de *práxis*. As agências humanas são condicionadas pelo contexto, e sobre elas incidem reflexão e decisão, ainda que estas não sejam notadas pelo/a agente. Portanto, será o discernimento dessa faculdade, e o aprofundamento da análise contextual, que constituirá a *práxis* como ação reflexiva.

Assim, compreendemos a *práxis* na extensão universitária como uma ação reflexiva e transformadora que possibilita a construção: de conhecimentos interdisciplinares (as questões éticas na relação com a profissão); dos processos de ensino e aprendizagem que consideram as diversas realidades; das práticas pedagógicas ancoradas nos princípios da inclusão, diversidade, equidade e sustentabilidade (NOZAKI; HUNGER; FERREIRA, 2022, p. 2).

Concordando com as autoras, entendemos que a FEU será tanto mais significativa para o/a graduando/a quanto mais for orientada por uma *práxis* voltada ao exercício ético da cidadania, premissa sobre a qual estão fundamentadas nossas análise e proposição.

Outro referencial central desta dissertação é o conceito de comunicação museológica, tal como formulado por Zbyněk Zbyslav Stránský e reverberado por autores/as filiados/as a certas vertentes da dita Museologia Crítica. Mobilizamos esse campo para pensarmos sobre as especificidades dos processos comunicativos que ocorrem nos museus – universitários, nesse caso – e instituições congêneres, que podem configurá-los como dimensões propícias ao desenrolar de processos dialógicos e democráticos, ao assumirem um ponto de vista condizente com estes ideais, conforme discute Carla Padró em *La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto y intercambio* (2003).

Os objetivos aventados foram perseguidos por meio da análise das informações registradas no (SIEX/UFGM) relativas às ações extensionistas desenvolvidas no âmbito dos espaços em pauta. Precisamente, foram examinadas as ações com status “em desenvolvimento” e “registro desatualizado”⁹, nesse último caso, apenas na ocorrência de estudante integrando a equipe, com vinculação vigente. O download dos arquivos com o registro completo das ações foi realizado no dia 19 de outubro de 2024, o que foi necessário para estabilizar as fontes, dado o fluxo dinâmico das atualizações das informações no sistema.

Realizamos, pois, uma abordagem qualitativa – em que pesem as quantificações realizadas a partir dos dados compilados – baseada em pesquisa documental¹⁰, buscando delinear as características das atividades extensionistas a partir de elementos tais como: público a quem se destinam as atividades; modalidades das ações desenvolvidas; áreas temáticas e linhas extensionistas; palavras-chave; plano de atividades e cursos dos/as estudantes integrantes das equipes, descrição das ações; vinculação ao ensino e à pesquisa, entre outras. Tais categorias fazem parte do formulário de registro, sendo todas de resposta obrigatória, algumas circunscritas às alternativas apresentadas pelo sistema (fechadas) e outras de preenchimento aberto, limitada, caso a caso, apenas pelo número de caracteres.

⁹ A inclusão das atividades com status “registro desatualizado” justifica-se por estarem com prazo de vigência ativo, e com estudante vinculado à equipe. Ou seja, estão sendo desenvolvidas, a despeito da pendência de atualização no SIEX/UFGM.

¹⁰ Conforme afirma Godoy: “Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial” (GODOY, 1995, p. 21).

Assim, lastreados por conceitos do campo da Museologia e da Educação, empenhamo-nos em perceber as concepções sobre extensão e formação manifestas – em linhas ou entrelinhas –, e a influência destas no desenvolvimento e na prática das atividades, com especial atenção às formas de integração dos/as estudantes dos cursos de graduação. Questões igualmente perscrutadas em cotejo com as premissas expressas em textos legais, normativos e de referência, para compreendê-las também sob tais prismas. Nessa frente, foram contemplados, principalmente, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2025 da UFMG (PDI 23/25); a Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2018 (Resolução CNE 07/18); a Resolução Complementar do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFMG Nº 03/2024 (UFMG/CEPE, 2024), que aprova as normas gerais da extensão na instituição; e a Resolução Nº 10/2019, do CEPE/UFMG, que “estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG” (UFMG/CEPE, 2019). Veremos que tais documentos sedimentam as discussões empreendidas ao longo das últimas décadas pelos fóruns de gestores da extensão, sobretudo na esfera do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).

Para a fundamentação histórica, valemo-nos de pesquisa bibliográfica e em fontes diversas, como publicações no site do Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG (CEVEX) – onde estão disponibilizadas valiosas entrevistas com ex-Pró-reitores/as de extensão da UFMG; relatórios anuais de atividades da UFMG; informações no site da RMECC e de outras instituições mencionadas ao longo do trabalho.

“Como pesquisar e produzir conhecimento sobre extensão universitária? Quais dimensões analíticas, metodológicas e categorias podem ser utilizadas?”. Estas são questões apresentadas por Cristofolletti e Serafim (2020, p.2), ao debater uma proposta metodológica para se investigar a extensão. Os autores realizaram uma pesquisa que

[...] partiu de uma revisão da literatura extensionista, buscando identificar as diversas práticas e concepções de extensão implementadas nas e pelas universidades brasileiras. Nesta revisão, reconheceu-se que muitas destas ações não continham concepções ou conceitos explícitos, o que constitui um problema (e desafio) metodológico importante a quem se dedica à

pesquisa e atuação na área. Com efeito, a partir da revisão, buscou-se extrair algumas categorias analíticas presentes na maioria destas práticas e concepções estudadas e, a partir daí, elaborar um conjunto de dimensões metodológicas (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020, p. 2).

Nesse sentido, com o intuito de subsidiar pesquisas em extensão, os autores apontam nove dimensões metodológicas e analíticas, apresentadas em 4 quadros síntese, assim dispostos: a) Quadro 1– refere-se aos agentes (“quem faz” e “a quem se destina” a atividade extensionista)¹¹; b) Quadro 2 – diz respeito às “atividades [que] materializam a extensão praticada e como ela se institucionaliza no interior da universidade” (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020, p.12), e sobre os objetivos da ação; c) Quadro 3 – versa sobre a dimensão gnosiológica (a qual conhecimento se alude e como se propõe a sua comunicação), bem como sobre a repercussão da interação, na comunidade acadêmica e quanto na comunidade interlocutora; d) Quadro 4 – remete à legitimação da ação extensionista dentro e fora da comunidade; ao cumprimento da função e compromisso sociais da universidade; e à contextualização sócio-histórica da produção da ação. Adaptando-a ao contexto da nossa pesquisa, esta perspectiva metodológica ajudou-nos a direcionar a atenção às peculiaridades das dimensões sugeridas.

O percurso metodológico explanado serviu de apoio ao desenvolvimento de um recurso educacional, pensamos, congruente com a concepção extensionista à qual nos filiamos, dialógica, problematizadora e transformadora. Nas palavras de Freire,

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 2021, p. 65).

A partir dessa perspectiva freiriana nos aproximamos da práxis extensionista dos espaços integrantes da RMECC e elaboramos um instrumento que julgamos adequado às premissas da FEU.

Eis algumas questões-problema que orientaram a condução da pesquisa. Quais os tipos de ação extensionista os espaços integrados à RMECC têm

¹¹ Questionamos essa dicotomia entre quem faz (executa) e a quem se destina (recebe), que reforça a ideia de extensão criticada por Paulo Freire. Porém, consideramos ser possível mobilizar a metodologia em outros termos.

desenvolvido? Quais concepções de extensão são expressas? Como estudantes de graduação são inseridos nas atividades extensionistas? Qual papel desempenham? Com quais objetivos? De que forma essas ações se relacionam e cooperam com a formação acadêmica dos estudantes de graduação? Quais são os públicos idealizados e como os estudantes interagem com estes?

Isto posto, no primeiro capítulo apresentamos um panorama histórico da extensão no Brasil. Consideramos as flutuações das práticas, dos conceitos, dos agentes e dos termos legais concebidos, até chegarmos ao contexto atual, em que essa dimensão tem se firmado institucionalmente nas universidades, sendo a integralização obrigatória de créditos nos currículos de graduação o passo mais recente nesse sentido.

Movimento semelhante realizamos no capítulo 2, porém, localmente. Perscrutando as dinâmicas da conformação do campo extensionista no âmbito da UFMG, aproximamo-nos de seus paralelos com o cenário nacional, assim como de suas especificidades. Chamamos a atenção para o fato de a instituição, em resposta às demandas contemporâneas, conceber o que chama de Formação em Extensão Universitária (FEU), a partir da qual intenta situar a extensão em sintonia acadêmica com o ensino e a pesquisa.

No terceiro capítulo, discorremos sobre a história da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura (RMECC), e demonstramos como os espaços que a integram podem ser entendidos como lugares privilegiados para a FEU, o que, em nosso entendimento, vem ocorrendo antes mesmo das regulamentações vigentes. Debateremos, ainda, certas particularidades dos museus universitários e congêneres que confluem com a ideia de extensão como comunicação. Finalizamos delineando o recurso educacional que desenvolvemos a partir desse estudo.

2 PANORAMA DA EXTENSÃO NO BRASIL: HISTÓRICO, CONCEITOS E DIRETRIZES

Quando falamos em *extensão*, do que estamos falando? Em terras brasileiras, desde a primeira enunciação sobre extensão, apresentada pela Universidade Livre de São Paulo¹², na primeira década do século XX (GURGEL, 1986, p. 35), até os dias atuais, foram muitas as formulações. Segundo Ana Luiza Sousa, “a resposta surge sob as mais diversas definições, em diferentes tentativas de criar limites para sua prática ou, por outro lado, para servir de justificativa para práticas que acontecem sem um espaço claro dentro da academia. A polissemia é constante” (SOUSA, 2000, p. 11). Mais de duas décadas se passaram desde a publicação desse texto, e, apesar de muito debate e importantes movimentos institucionais no sentido de consolidar academicamente a extensão, a polissemia sobre a qual fala a autora, em alguma medida, persiste. São vários os aspectos em disputa, que vão das intenções (por quê fazer) às formas (como fazer), e que em cada universidade – em que pese as normas escritas – serão cozidos no caldo específico da sua cultura organizacional.

Sem dúvida, podemos dizer que, ao menos desde a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), em 1987, as definições que aparecem nos textos legais e normativos em vigor têm sido cada vez mais convergentes. Não obstante, a legislação, por si só, não será suficiente para produzir uma mudança súbita dos entendimentos e das práticas. Ainda há muito a ser transformado no sentido de superar certas características da extensão no Brasil, historicamente marcada por traços assistencialistas, interferências governamentais, pressões neoliberais e desprestígio acadêmico.

Por isso, a curricularização, capítulo mais recente do percurso institucional da extensão, apresenta-se como um enorme desafio para as universidades, e entendemos que seu enfrentamento representa uma boa oportunidade para que estas voltem suas atenções para questões muitas vezes esquecidas nos vãos do

¹² Roberto Mauro Gurgel (1986, p. 32) aponta que a Universidade Livre de São Paulo foi criada em 1912, funcionando até, provavelmente, o ano de 1917. O site do Arquivo Público do Estado de São Paulo, na descrição do fundo documental de titularidade da referida instituição, informa que ela foi fundada em 19 de novembro de 1911, “sendo oficial e solenemente instalada a 23 de março de 1912” (Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/universidade-livre-de-sao-paulo-2>. Acesso em 17 set. 2024).

cotidiano. Para implementar uma política de FEU com acuidade, é imperativo que cada instituição promova um auto-exame cuidadoso, refletindo sobre práticas e entendimentos muitas vezes incongruentes com as perspectivas atuais, bem como (re)conhecendo, desenvolvendo e difundindo ações de excelência, que de fato articulem pesquisa, ensino e extensão. Esta assertiva nos reconduz à pergunta que abre o capítulo.

De maneira geral, podemos considerar que, independentemente de suas filiações ideológica, política ou pedagógica, os/as estudiosos/as do tema costumam concordar que a extensão se realiza na interação entre Instituições de Ensino Superior (IES) e comunidades externas a estas, situando-se o conhecimento no cerne dessa relação. Os marcos de localização da gênese desse vínculo a que chamamos *extensão* e as concepções de *conhecimento* que o mediatiza é que são, grosso modo, as questões centrais que mobilizam os debates na literatura especializada. Ambas as questões remetem ao desenvolvimento e ao papel da universidade no ocidente¹³, e, mais especificamente, ao seu transplante e à sua adaptação às terras da América Latina.

Nascida no medievo europeu, surge com a função precípua de ensinar as chamadas artes liberais e a filosofia¹⁴. Apenas no século XIX é que a pesquisa vai se consolidar como elemento intrínseco à universidade europeia (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007), noção que será paulatinamente implementada – com avanços e recuos – nas instituições congêneres brasileiras, a partir da década de 1930 (FÁVERO, 2006). Também a extensão surgirá no século XIX, particularmente na Inglaterra, como uma forma de instruir as classes populares trabalhadoras.

Foi neste contexto que surgiu a Extensão como atividade da Universidade como instituição. A Universidade Inglesa viu-se obrigada a responder às demandas sociais e diversificar suas atividades, não ficando limitada à função única de formação das elites, mas assumindo também a preparação técnica que o novo modo de produção exigia. Pode-se reconhecer, nesse

¹³ Influenciados pelo pensamento decolonial proposto pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, bem como o conceito de orientalismo trabalhado por Edward Said, podemos inferir que o Brasil – estando na periferia do sistema capitalista, lido pelo centro do poder como um lugar exótico e subalterno – não se inclui no imaginário político, social e cultural dos países ditos ocidentais. Sendo a universidade um expoente das tecnologias coloniais de dominação, utilizamos aqui o termo *ocidente* dada a filiação das universidades brasileiras ao projeto de poder do Ocidente, este entendido como expressão das ideias europeias de superioridade, pilar das empresa colonial, ainda em pleno andamento.

¹⁴ Sobre as origens da universidade e seus desdobramentos no Brasil, ver FÁVERO (2006); BARRETO; FILGUEIRAS (2007); LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (2000); e MENDONÇA (2000).

ponto, o surgimento incipiente da Extensão, em uma forma já institucionalizada. E será este o modelo de Extensão europeu, caracterizado pela criação de cursos que visavam a garantir uma educação continuada e uma formação técnica. No entanto, a Extensão aportará nas Américas de uma forma diferente, mais voltada para a prestação de serviços, e encontrará um bom terreno para o seu desenvolvimento e sua consolidação (SOUSA, 2000, p. 14).

O “bom terreno” aludido pela autora, no caso da América Latina, será o de uma sociedade profundamente desigual sócio-economicamente, hierarquizada e com índices indecorosos de analfabetismo e desamparo estatal. Estudantes argentinos reunidos em Córdoba, em 1918, identificando o alheamento da universidade diante de uma tal conjuntura, e levantando-se contra o arcaísmo autocentrado e autoritário da estrutura universitária, conclamavam uma revolução que aproximasse a instituição dos interesses da sociedade¹⁵. Segundo José Alves de Freitas Neto, entre as principais reivindicações apresentadas no *Manifiesto Liminar da Federación Universitaria de Córdoba*, que foram ratificadas e melhor delineadas no I Congresso Nacional de Estudantes Argentinos (realizado na mesma cidade, no mês seguinte ao Manifesto), figuravam:

[...] coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; participação livre nas aulas; periodicidade definida e professorado livre das cátedras; caráter público das sessões e instâncias administrativas; *extensão da Universidade para além dos seus limites* e difusão da cultura universitária; assistência social aos estudantes; autonomia universitária; universidade aberta ao povo (NETO, 2011, p. 69, grifo nosso).

O movimento não só conseguiu que o governo aprovasse uma reforma universitária nos termos preconizados pelos estudantes, como exerceu profunda influência em outros países latino-americanos, sendo frequentemente citado como um marco na transformação do entendimento do papel social da universidade, e apontando o caminho para os rumos da extensão universitária na região.

O fim da concepção da universidade como um claustro levava à liberdade para que um público amplo pudesse frequentar as aulas. Era uma forma de corresponder às demandas de inserção social da universidade, ao mesmo tempo em que os saberes não deveriam ficar restritos aos círculos acadêmicos. Parece-me ser este um dos pontos mais inquietantes da proposta de Córdoba, pois em muitos países latino-americanos a Universidade foi quase o monopólio da produção e circulação de conhecimentos (NETO, 2011, p. 71).

¹⁵ Sobre o movimento em torno da Reforma Universitária de Córdoba, ver NETO (2011).

No Brasil, as ideias de Córdoba ecoaram com mais intensidade, a partir do final da década de 1930, propaladas, principalmente, pela recém-criada União Nacional dos Estudantes (UNE). É sabido que a universidade no Brasil, relativamente aos seus vizinhos, surgiu tardiamente¹⁶. Oficialmente, ou seja, legalmente reconhecida como tal, a Universidade do Rio de Janeiro, foi a primeira do país¹⁷, instituída em 1920, a partir da reunião das escolas Politécnica, de Medicina e uma Faculdade Livre de Direito. Sua criação foi bastante criticada, dado que não houve mudança nas características das escolas aglutinadas, tampouco elaborou-se conceituação e orientação efetivas do que seria próprio a este tipo de instituição. Não obstante, Fávero (2006) afirma que, apesar de anódina, a medida teve o mérito de aquecer o debate sobre a função universitária, particularmente verificado nas atuações da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Apenas em 1931 será redigido, em nível federal, o primeiro texto legal versando sobre as universidades, o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31). É neste documento que aparece pela primeira vez o termo “extensão universitária” na legislação educacional brasileira (SOUSA, 2000, p. 16), e a seu respeito, definem-se: objetivos e conteúdos – a difusão “de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais” (BRASIL, 1931) –; a forma de efetivação – “será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas” (BRASIL, 1931, art. 109, §1º) –; seu lugar na universidade – uma das formas de “organização fundamental” da “vida social universitária” (BRASIL, 1931, art. 99); e, genericamente, o conteúdo e o público a quem as ações extensionistas deveriam se destinar – “acessíveis ao grande público” (BRASIL, 1931, art. 42 §2º).

Note-se que a extensão é resumida à oferta de cursos e palestras (destinados ao público externo à universidade, de caráter utilitarista), ao mesmo tempo em que se lhe atribui a complexa capacidade de solucionar problemas sociais. É possível

¹⁶ Há certo dissenso na literatura acadêmica sobre a origem das universidades no Brasil, pois há quem defenda que a nomenclatura que passa a ser utilizada apenas no século XX seria a formalização do ensino superior já existente no país (p. ex. BATISTA; FILGUEIRAS, 2007 e CUNHA, 1980). Refratários a este argumento, concordamos com MENDONÇA (2000), que situa a institucionalização e o desenvolvimento do modelo universitário durante as décadas de 1920 e 1940.

¹⁷ Conforme FÁVERO (2006, p. 22).

perceber, ainda, a vinculação às ideias nacionalistas e conciliatórias, tão caras aos governos de Getúlio Vargas. Segundo Mendonça, “a reforma que se consubstanciou no chamado Estatuto das Universidades Brasileiras traz a marca da ambigüidade, decorrência do caráter conciliatório do projeto governamental” (MENDONÇA, 2000, p. 37). Nesse sentido, à universidade caberia não só *transmitir* o conhecimento que produzia, traduzindo-o em termos “acessíveis ao grande público”, mas também de propagandear ideais afins aos “altos interesses nacionais”. A concepção de extensão presente no diploma legal, é aquela que será veementemente criticada por Paulo Freire (2021), pois visa à domesticação e não à emancipação das massas, à *transferência* de conhecimento – uma impossibilidade gnosiológica – e não à sua comunicação.

No Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em dezembro de 1938, a UNE elabora o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, em cujo tópico 4º apresenta uma proposta de reforma universitária. Ali pode ser percebida a influência do Manifesto de Córdoba – ainda que não o cite diretamente –, em que pese a diferença entre os vínculos das entidades estudantis com os respectivos governos de seus países. Segundo Sousa, os pressupostos de Córdoba “entraram efetivamente no Brasil no momento em que os estudantes brasileiros resolveram lutar por uma Universidade a serviço do povo. O instrumental utilizado foi a defesa das Universidades populares¹⁸” (SOUSA, 2000, p. 32).

De fato, a aspiração de se criar “[...] universidades populares, onde ao lado de ensinamentos de ofícios manuais, sejam ministradas às classes de povo noções de ciência, artes e letras” (POERNER, 1979, p. 327), demonstrava o entendimento dos estudantes sobre a responsabilidade da universidade em contribuir para o desenvolvimento social. A “difusão da cultura pela integração da Universidade na vida social popular” (POERNER, 1979, p. 326) era, assim, concebida como uma das funções universitárias, a ser alcançada, “pelos cursos de extensão e divulgação dos conhecimentos científicos e artísticos, realizados nas cidades e nos campos e

¹⁸ Segundo Gurgel, as universidades populares despontam no século XIX, na Europa, com o objetivo de “ilustrar” as massas. “A universidade popular como estrutura vinculada ao sistema de ensino superior aparece no Brasil com a criação da Universidade Livre de São Paulo, surgida em 1912(...)” (GURGEL, 1986, p. 32). Em 1938, essa ideia volta a circular no país “como bandeira de luta dos movimentos estudantis” (GURGEL, 1986, p. 35). O autor enfatiza, ainda, que “as universidades populares já existiam no Brasil anteriormente, havendo referências aos trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro e Maranhão. O que há de especial na universidade popular de São Paulo é o seu surgimento diretamente relacionado a uma instituição de ensino superior, sendo, portanto, a primeira experiência de extensão universitária surgida no país” (GURGEL, 1986, p. 32-33).

dirigidos diretamente ao povo” (POERNER, 1979, p. 327). Apesar das intenções aventadas, na prática, não havia espaço para contestação do viés assistencialista e paternalista consonante aos interesses do Estado Novo, ao qual a UNE esteve umbilicalmente alinhada em seus primeiros anos (BRAGGIO, 2019, pp. 17-18).

Aliás, o imbricamento a programas governamentais e de outras instituições sociais é notadamente um traço marcante na história da extensão no Brasil, sobretudo até a redemocratização. Por óbvio, é legítimo que haja parceria da universidade com o Estado ou com instituições da sociedade civil em determinadas ações, desde que não seja imputada à primeira funções que descaracterizem sua identidade. Sobre esse assunto, comenta Botomé:

O tema da extensão como perigo de descaracterização da Universidade já foi apontado em relação à crise que a instituição viveu na década de [mil novecentos e] oitenta. Parece ser nesse sentido que, para Luiz Antônio Cunha (1989), o coração da crise que vive a Universidade é o problema da sua identidade. E vale lembrar o que o autor destaca: “em nome da confusa atividade de extensão, a Universidade tende a ser confundida com outras instituições sociais” (CUNHA, 1989, *apud* BOTOMÉ, 1996, p. 48), inclusive partidos políticos e sindicatos. Entrar em atividades características dessas outras instituições sociais é perder a responsabilidade institucional típica da Universidade (BOTOMÉ, 1996, pp. 48-49).

Não é objetivo da presente dissertação debater tema de tamanha complexidade, no entanto, parece ser necessário o desenvolvimento de estudos sobre a extensão na perspectiva das suas relações com instituições externas à universidade neste século, no sentido de elucidar como (ou se) a transformação das concepções de extensão e seus avanços institucionais alteraram estes elos.

Voltando ao Plano de Sugestões da UNE 1938, Sousa afirma que o documento encerra “o mérito de ter sido capaz de apresentar a Extensão como uma função acadêmica¹⁹” (SOUSA, 2000, p.30). Esta noção será, segundo a autora, incorporada ao texto da Lei Nº 5540/68, conhecida como Reforma Universitária de 1968²⁰. De acordo com o Art. 17, a extensão é definida como uma das modalidades de curso passíveis de serem ministrados pelas universidades. O Art. 20 reforça a

¹⁹ O que é considerado “mérito” por Sousa é justamente o que Botomé (1996) dirá ser um equívoco. Este autor afirma que seria a extensão uma atividade e não uma função universitária, e representaria uma espécie de tentativa de compensar uma “pesquisa alienada” e seu consequente “ensino alienante”. Assim, do ponto de vista de Botomé, a contribuição do Plano de Sugestões aludida por Sousa seria, na verdade, a perpetuação de um equívoco conceitual.

²⁰ Gurgel também identifica a influência dos/as estudantes no texto legal. “A ênfase dada ao relacionamento educação/sociedade, ou, mais especificamente, à extensão universitária, nos artigos 20 e 40 da lei, parece dever-se à influência do movimento estudantil” (GURGEL, 1986, p. 83).

ideia da extensão como a organização de cursos e prestação de serviços a serem ofertados à comunidade, assim como mantém o viés verticalizado do conhecimento, como se fosse possível transferi-lo (estendê-lo) à uma população passiva diante da autoridade universitária. Na redação do caput, “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior *estenderão* à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968, grifo nosso). Não se aventava a possibilidade de a comunidade externa à universidade participar da construção do conhecimento, tampouco um cenário em que a pesquisa e o ensino fossem socialmente orientados.

Aliás, é importante sublinhar que, em 1963, um projeto de extensão coordenado por Paulo Freire havia promovido uma pequena revolução no interior do Rio Grande do Norte, alfabetizando trezentos adultos em 40 horas – potenciais eleitores, como enfatiza Francisco Weffort, em suas reflexões apresentadas como introdução ao ensaio Educação como prática da liberdade (WEFFORT apud FREIRE, 2024a). Em uma foto que registra a solenidade de encerramento do curso, é possível ver o general Castello Branco, à época comandante do IV Exército, em Recife, integrando a comitiva que acompanhou o então presidente João Goulart no evento na cidade de Angicos. Ali, acompanhou um inflamado discurso sobre a emancipação humana, proferido – de improviso e quebrando o protocolo – por um dos estudantes formandos (BURLAN, 2019, a partir de 9:33). Anos depois, o educador comentou esse episódio. Sua fala pode ser conferida no documentário dirigido por Cristiano Burlan (BURLAN, 2019, a partir de 49:30), de onde transcrevo o seguinte trecho:

[O estudante] disse: “Nós aprendemos, presidente, mais do que ler a carta do ABC do Brasil. Aprendemos a mudar ela também”. Isso é uma coisa fantástica. E essa afirmação dele não foi citada pela imprensa na época, não foi. Mas ele disse isso. E deve ter agravado essa frase dele. Ele deve ter agravado os líderes, os líderes do golpe, que em seguida se deu, que se deu no próximo ano seguinte. E eu me lembro de que estava presente nessa reunião e ouviu essa frase, o general, então general, qual é o nome do marechal? Castello Branco! Ele estava presente, porque ele era na época comandante do quarto, que chamava-se quarto exército, e ele foi pra lá. Mas naquela altura, olha, você imagina isso deve ter sido junho de 63, o golpe foi abril de 64. Quer dizer, naquela altura, o Castello Branco tinha já o esquema todo do golpe, não há dúvida. E ouviu essa frase desse homem. Depois ele falou comigo e disse a mim, professor, eu acho que o senhor defende uma pedagogia sem valores. Nunca esqueço desse papo com o Castello Branco. Eu disse, não, general, eu acho que, pelo contrário... não, uma pedagogia sem hierarquia, parece que era isso, é. Eu disse, não, o senhor está equivocado, eu defendo valores e os valores estabelecem hierarquias. Agora, só que o que eu acho é que a hierarquia que está aí montada e estabelecendo princípios pra nós, está precisando de mudar.

Entendeu? Eu acho que está montada em bases injustas etc. E ele perguntou a mim, o senhor aceita de falar pra nós, no quarto exército? Eu disse, claro, quando o senhor quiser. Mas nunca, aí não deu mais nem tempo. E eu acho que aquele discurso acabou, né? Que o discurso daquele homem só não, quer dizer, não ajudou de jeito nenhum o amaciamento do golpe. Quer dizer, deve ter, eu não diria que o discurso do homem foi causa do golpe. Isso seria uma loucura da minha parte. História não é tão simples assim. Mas o discurso do homem deve ter, deve ter aguçado um pouco (FREIRE, *apud* BURLAN, 2019).

Foi coerente, portanto, com a perspectiva dos usurpadores do poder que a inserção da extensão na Reforma Universitária de 1968 fosse feita com bastante precaução, pois divisava-se o potencial transformador e revolucionário de projetos aos moldes daquele, cujos resultados um dos principais articuladores do Golpe de 1964 testemunhara *in loco*.

O regime instaurado valer-se-á da extensão para instrumentalizar a universidade a seu favor, assim como para a cooptação estudantil. Nesse sentido, o Projeto Rondon é exemplar, pois serviu aos interesses dos militares de promover integração nacional, ao passo que mantinha parte dos/as estudantes afastada do movimento classista. Exemplifica, ademais, a relação do poder instituído com a universidade, sendo esta vista apenas como um instrumento de execução, e não como instância intelectual do Projeto. “O Rondon propõe a si próprio influenciar a Universidade para que tal sistema adeque-se às exigências do processo de desenvolvimento que se pretendia instaurar no país” (SOUSA, 2000 p. 61).

Cabe destacar uma certa consolidação de outro aspecto para o qual a Reforma de 1968 contribuiu significativamente. “Com o artigo 40, consagrou-se a ideia da extensão como um *serviço social prestado por estudantes*, o que levou a uma interpretação errônea por parte das universidades, acentuando seu caráter de opcionalidade ou excepcionalidade” (GURGEL, 1986, p. 84, grifos do autor). A estes adjetivos caracterizantes acrescentaríamos *excêntrico*. Pois comumente vista como a dimensão acadêmica “que age de modo estranho ou incomum; que distancia ou se extravia do centro” (DICIO, 2024) . Se é verdade que em sua linha do tempo as primeiras atividades ditas extensionistas advieram da iniciativa estudantil, passaram pela cooptação dos governos militares, para chegar ao protagonismo exercido pela universidade como instituição nos dias de hoje, podemos então afirmar tratar-se a extensão de uma atividade inicialmente exógena à esta. Assim sendo, historicamente, tem operado a partir de lógicas alheias às tradicionalmente estabelecidas pela academia.

É possível destacar, já na década de [19]70, que a extensão era “considerada **corpo estranho** ao sistema universitário” e “**reviravolta completa** nos **esquemas formais** de ensino” além de ser “praticada como algo à parte”. A estranheza, a reviravolta nos esquemas formais e o exercício **à parte** pareciam constituir, já naquela época, aspectos importantes para rever e reformular as estratégias de realização do que era chamado de “extensão universitária” e que, nas palavras de Edson Machado, era considerada como algo “imposto de fora para dentro das Universidades” (BOTOMÉ, 1996, p. 141, grifos do autor)

Recorro a uma situação aparentemente nada excepcional para exemplificar uma espécie de limbo acadêmico-conceitual onde a extensão parece se situar. Certa feita, debatendo com um professor de uma universidade federal sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como sobre a curricularização desta, emergiu a seguinte questão: seria o estágio supervisionado uma prática extensionista? Afinal, trata-se de estudantes da universidade em contato com a comunidade externa a esta. Então, tal interação bastaria para configurar uma ação de extensão? Vejamos.

Falávamos sobre o estágio curricular docente na licenciatura²¹ que, grosso modo, consiste na observação de aulas ministradas por um/a professor/a graduado na área em que o/a estagiário/a está se graduando, e na elaboração de um relatório final, mais ou menos parecido com uma sentença do/a estudante a respeito da prática docente testemunhada. Ou seja, trata-se de uma ação proveniente da universidade, que manda o/a estudante a campo, para “verificar”, “vivenciar” a realidade, numa atitude meramente contemplativa e unilateral. Nesse sentido, pensamos não ser possível identificar uma perspectiva extensionista, pois não há no contexto descrito interação dialógica transformadora entre os indivíduos, tampouco produção e troca de conhecimento. O que não quer dizer que não seja possível extensionar o estágio docente. Ao contrário, parece-nos uma excelente instância para se colocar em prática os princípios extensionistas. No entanto, como destaca Bernadete Gatti,

As funções extensivas, para se estruturarem e caracterizarem como ações comunitárias têm que mostrar um significado de interesse mais amplo, para além dos interesses da academia. Este é um ponto que os modelos

²¹ Utilizamos aqui o exemplo pontual do estágio curricular da licenciatura, pois o debate em questão ocorreu em torno deste. No entanto, é necessário destacar que as práticas decorrentes de estágios supervisionados são bastante variadas, não havendo aqui o intuito de estender os argumentos apresentados a outras experiências do gênero.

avaliativos vêm trazendo à consideração. Trata-se realmente de aquilatar o valor social, ou psicossocial, real, dos projetos ou programas. Isto demanda uma análise da integração dos projetos desenvolvidos em um ethos conscientemente construído no coletivo dos implementadores, pela consideração dos seus contextos de realização e pelas interfaces e intercâmbios gerados em seu acionamento (GATTI, 2011, p. 55).

O que gostaríamos de sublinhar com o caso aventado é que, de maneira geral, sem se deter em reflexões profundas o/a docente universitário/a não falhará em identificar dinâmicas de ensino ou de pesquisa, porém, o mesmo não pode ser dito em relação à extensão. Naquela nossa conversa, a princípio – pois nossos entendimentos convergiram para o argumento apresentado –, digamos, intuitivamente, o professor sugeriu que o estágio seria uma forma de extensão já curricularizada, consistindo, portanto em um repertório instalado na universidade, o que facilitaria a adequação às diretrizes atuais nesse sentido. É possível inferir, que esta não seja uma visão isolada de um agente universitário, mas, antes, a tradução da solidificação de um ponto de vista culturalmente construído nas universidades. Dito de outra forma, essa seria uma expressão do caráter excêntrico – conforme acepções citadas – da extensão na estrutura acadêmica, pois ainda hoje não há entre os partícipes desta comunidade uma identidade compartilhada e legitimada em torno desta dimensão.

O problema da má formulação das relações entre pesquisa, ensino e extensão existe desde que esses termos foram criados e foi concebida a já conhecida “indissociabilidade” entre eles. As propostas sobre o entendimento construção e gerenciamento dessas atividades também já existem há longo tempo. Ainda falta uma perspectiva mais globalizante sobre as relações entre Ciência, Universidade e sociedade para poder superar os problemas cujas soluções foram buscadas através da “extensão universitária” (BOTOMÉ, 1996, p. 140).

Em que pese a crítica pertinente de Botomé, a criação do FORPROEX, em 1987, visava justamente superar a fragmentação entre as três dimensões mencionadas, bem como o distanciamento destas da sociedade. A partir de então, o Fórum se constituirá como o principal formulador das questões atinentes à extensão no Brasil²², influenciando significativamente os diplomas legais e as diretrizes subsequentes.

²² Dado o objeto deste estudo, privilegiamos as contribuições do FORPROEX. Sobre os demais Fóruns congêneres, ver SERVA (2020).

Vimos, até aqui, alguns aspectos referentes às práticas extensionistas, e sua filiação a diferentes papéis sociais atribuídos à universidade, muitas vezes à sua revelia. Veremos que parece haver uma virada de chave a este respeito com a entrada em cena do FORPROEX, quando o protagonismo sobre as concepções e os rumos da extensão passa a se localizar no seio da universidade. Obviamente, não serão dissipadas as contradições e confusões em torno do tema. Porém, ao inclinar-se o eixo do debate à academia, reclama-se a adequação da extensão aos preceitos e à identidade universitários, processo ainda em curso, atualmente centrado na curricularização desta dimensão.

2.1 – O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)

O contexto da reabertura política, no início dos anos 1980, inspirou inúmeros movimentos que reivindicavam a participação efetiva de diferentes agentes sociais na condução dos rumos do País. A Constituição de 1988 expressa em certa medida essa aspiração da sociedade por cidadania plena. Nesse sentido, o FORPROEX representa os anseios por uma instituição universitária que superasse suas raízes elitistas, deixando-se permear pelas urgências sociais, as quais deveriam orientar suas práticas de pesquisa, ensino e extensão. Daí a formulação da indissociabilidade entre estas dimensões, que seria incorporada à Carta Magna.

Além disso, havia entre os gestores universitários da extensão a percepção de que esta estava sub representada na interlocução com o Ministério da Educação (MEC).

A organização dos pró-reitores [de extensão] foi impulsionada, dentre outras razões, pela disputa interna de poder nas universidades e pela necessidade de estabelecer uma interlocução formal no MEC. Não é desnecessário lembrar que o ensino, de graduação e de pós-graduação, bem como a pesquisa tinham seus programas de financiamento e os interlocutores formalmente definidos nos ministérios (SANTOS; NOGUEIRA; GONZAGA, 2021, p. 24).

Identificam-se, assim, duas frentes de batalha: uma interna, no sentido de atribuir à extensão importância acadêmica equivalente à pesquisa e ao ensino; e uma extramuros, mirando o reconhecimento desta dimensão como um fazer intrínseco à

universidade. Ambas as questões revelam o caráter político dessa disputa, mas também o embate conceitual em torno do papel da instituição na sociedade.

O Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987, *apud* NOGUEIRA, 2000) apresenta as conclusões aprovadas nas sessões plenárias do evento. Além de instituir o FORPROEX, definindo seu primeiro regimento, o Documento exprime premissas conceituais, de institucionalização e de financiamento das ações extensionistas, que servirão de base para os textos legais e diretrizes subsequentes que regularão a matéria, o que pode ser verificado nos termos que serão propalados por estes, a partir de então. O Artigo 207 da Constituição de 1988 é um exemplo desta ingerência, ao definir que as universidades “obedecerão ao princípio de *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*” (BRASIL, 1988, grifo nosso), numa clara menção ao conceito enunciado no referido Regimento que prevê que a “extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que *articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável* e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987, *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 11, grifo nosso).

O Documento também torna patente a ideia da extensão como instrumento de fomento da articulação entre a universidade e a sociedade numa perspectiva dialógica, em que a interlocução entre a comunidade acadêmica e diferentes setores sociais retroalimenta os saberes produzidos em cada uma dessas esferas.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 1987, *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 11).

Tal ponto de vista remete à concepção freireana de *comunicação* em oposição à *extensão*, cujo campo semântico denota superioridade, messianismo, mecanicismo e invasão cultural da universidade em relação às comunidades com as quais estabelece contato (FREIRE, 2021). Não obstante a manutenção do vocábulo

inadequado, está posta a ideia de construção de um conhecimento acadêmico socialmente referenciado, que legitima-se pela relevância social.

Este, a nosso ver, é um ponto fundamental, pois toca diretamente a questão da identidade e da legitimidade universitárias, definindo o papel da universidade e seu valor para a sociedade. Este é um caminho que continuamos percorrendo, e de absoluta premência nos dias atuais. Como já apontamos, vivemos uma época de profundas transformações – largamente catalisadas pelo desenvolvimento de tecnologias de comunicação –, que alteraram sobremaneira as subjetividades e as intersubjetividades, causando instabilidades de diferentes ordens. Instituições seculares que organizavam as relações na sociedade capitalista (neo)liberal têm sido constantemente postas em xeque. Dos sindicatos às democracias, parece não haver mais sólidos a se desmancharem no ar. Com a universidade não tem sido diferente. O estreitamento dos laços entre a universidade e a sociedade, centrado no diálogo e na mútua permeabilidade, com bases humanitárias, parece-nos uma via possível para tramar um tecido social com tessitura diferente deste que se esgarçou. A universidade pode ser um importante agente nesse processo, e a extensão, nos termos postos, parece ser uma ferramenta bastante potente para o estabelecimento de uma ciência socialmente comprometida e, não menos importante, para a formação de pessoas solidárias, responsáveis e reflexivas, no exercício profissional e da cidadania.

Voltando ao Regimento inaugural do FORPROEX, podemos afirmar que ele corrobora o argumento que aventamos relativo às duas principais frentes de atuação atribuídas ao Fórum, quando assim define seus objetivos:

I - Formulação de diretrizes básicas que permitam a articulação das ações comuns das Pró-Reitorias das IESP [Instituições de Ensino Superior Públicas] da área, a nível regional e nacional; II - Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento de atuação das Pró-Reitorias; III - Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileira (CRUB), visando a análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias; IV - Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da extensão, ensino e pesquisa; V - Contato com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias (FORPROEX, 1987, *apud* NOGUEIRA, 2000, pp. 17-18).

Os quatro primeiros tópicos dizem respeito a questões fundamentalmente internas, enquanto o último demarca o território da universidade na cena político-social. Nestes termos, o FORPROEX reivindica a autoridade sobre questões tangentes à temática extensionista, assumindo, assim, a liderança até então exercida por outros agentes.

No momento em que esta dissertação é escrita, foram realizados 53 Encontros Nacionais, cujos debates empreendidos originaram cartas de intenção, diretrizes e planos, entre os quais alguns se destacam na esfera dos aspectos que estamos analisando.

A Carta de São Luís, exarada em 1991, quando do V Encontro – cujo tema foi “a institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática” (Carta de São Luís, *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 35) – além de enfatizar a necessidade de equiparar recursos, tratamento e nível hierárquico aos recebidos pelo ensino e pela pesquisa “respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área” (Carta de São Luís, *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 36), preconiza, em prol da institucionalização, a necessidade de se definir “mecanismos de operacionalização do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão seja computada para integralização curricular” (Carta de São Luís, *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 36). Encontra-se ali o gérmen do que foi consolidado pela Diretrizes (BRASIL, 2018).

Diga-se de passagem que os ecos das recomendações de São Luís podem ser percebidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que “estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996, art. 43)” (FORPROEX, 2015, p. 16).

Em 1999, o FORPROEX lança o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNExt), no âmbito da Coleção Extensão Universitária (FORPROEX, 2006, p. 27). O documento enfatiza a extensão como indispensável à formação cidadã do/a profissional, e, em sua meta de número 8, prevê a “institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, em 4 anos” (PNExt *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 123). O Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2001 a 2010 (BRASIL, 2001), incorpora essa meta, mantendo o prazo de quatro anos para a sua consecução e adicionando a perspectiva de “assegurar

que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas” (BRASIL, 2001). Esta foi a primeira previsão legal da chamada curricularização da extensão, que será retomada pelo PNE 2014-2024²³ (SERVA, 2020, p. 97) e regulamentada pelas Diretrizes de 2018.

Passados dez anos da publicação do PNExt, um documento síntese das ideias que vinham sendo debatidas em torno dos seus limites e potencialidades foi apresentado, durante o XXVI Encontro Nacional. No Encontro seguinte, em 2010, examinou-se minuciosamente este documento, ao qual foram acrescidas contribuições das universidades signatárias, culminando na Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), aprovada em 2012, em Manaus (FORPROEX, 2015).

A PNEU, portanto, atualiza o PNExt diante da nova conjuntura, reconhecendo os avanços da institucionalização da extensão até ali, porém, sem se esquivar de apontar persistentes empecilhos nessa trajetória, alguns enraizados na própria estrutura e organização universitárias, como “o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas Universidades ou departamentos acadêmicos” (FORPROEX, 2015, p. 26). Ressalte-se que no momento da publicação da PNEU, apesar do *status* constitucional, da importância conferida pela Lei Nº 9394/96 (LDB) e da previsão da obrigatoriedade de creditação curricular mínima no PNE 2001-2010, não havia ainda um regramento dos princípios evocados pelos diplomas legais. Lacuna que tornava a legislação existente letra morta em muitas universidades, nas quais, segundo avaliava o FORPROEX, “o preceito constitucional e a legislação referida à Extensão Universitária não têm tido qualquer efeito sobre a vida acadêmica” (FORPROEX, 2015, p. 26).

Este hiato será suprido pelas Diretrizes (Resolução 07/2018), ao regulamentar o disposto na Meta 12.7 do PNE 2014-2024, que preconiza “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014). Os

²³ A demora na tramitação do Projeto de Lei nº 8.035/2010, que instituiria o PNE para o período de 2010 a 2020, fez com que o novo Plano, que sucedeu ao de 2001 a 2010, abarcasse o período de 2014 a 2024 (ver SERVA, 2020). A vigência do PNE 2014-2024 foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025. A esse respeito ver <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/26/lei-prorroga-vigencia-do-plano-nacional-de-educacao-ate-dezembro-de-2025>. Acesso em 29 set. 2024.

princípios, fundamentos e procedimentos que se encontram nas Diretrizes podem ser vislumbrados na PNEU, cujo texto serviu de base para a elaboração da lei. Isso reafirma o que dissemos anteriormente sobre a tomada do protagonismo pelo FORPROEX no processo de realização e institucionalização da extensão.

A PNEU – e sua consubstanciação nas Diretrizes – assim, configura-se, atualmente, como a principal referência no que diz respeito aos princípios norteadores das práticas extensionistas nas universidades públicas. Em vista disso, este trabalho está alicerçado, sobretudo, em suas premissas.

2.2 Referências legais e normativas da Formação em Extensão Universitária na UFMG

O breve histórico apresentado ajuda-nos a contextualizar as diretrizes e leis que orientam a extensão universitária no Brasil, e a compreender como foram incorporadas às normativas internas da UFMG, especialmente no que tange à FEU. Sobre essa questão, a professora Cláudia Mayorga, Pró-Reitora de Extensão da UFMG no período de 2018 a 2024, afirma que

A história da extensão na UFMG tem as suas características e é dialogando com a história dessa instituição que estamos construindo todo o processo de integralizar a extensão nos currículos. Não trabalhamos com a ideia de curricularização da extensão, mas de integralização da extensão aos currículos. Na UFMG, o nome dado para o processo de integralizar o mínimo de 10% de atividades de extensão nos currículos de graduação é Formação em Extensão. Essa nomenclatura esteve presente na primeira resolução sobre o tema, publicada em 2015 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade e reformulada em 2019, adaptando-se à resolução do CNE de 2018 (MAYORGA, 2021, p.23).

A reformulação à qual Mayorga se refere consiste na Resolução Nº 10/2019, do CEPE/UFMG, que “estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG” (UFMG/CEPE, 2019). A esta Resolução soma-se outra do mesmo Conselho, a Complementar de Nº 03/2024, que juntas definem os parâmetros extensionistas na instituição.

Desse modo, além destas duas resoluções, conformam o núcleo referencial legal e normativo da FEU os seguintes documentos: PNEU (FORPROEX, 2015); PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014); Diretrizes (BRASIL, 2018); Resolução nº 05/2021 (CEPE/UFMG, 2021) – que versa sobre a Política de Avaliação da Extensão; PDI

UFMG 2024-2029 (UFMG, 2024a). Estes documentos nos auxiliaram a construir a compreensão que explanamos sobre a condução da implementação da FEU na UFMG.

3 EXTENSÃO NA UFMG: DINÂMICAS DA SUA CONFORMAÇÃO

De maneira geral, podemos dizer que, desde 1927²⁴, quando a Universidade de Minas Gerais (UMG) foi criada, a história da extensão nesta instituição caminha *pari passu* à dinâmica das ideias e eventos tratadas no capítulo anterior. Assim, nos primórdios de sua existência predomina a oferta de cursos e conferências, abertos ao público, geralmente ministrados por professores convidados de outras instituições. Ao longo das duas décadas seguintes, ainda que estes eventos fossem de acesso público, via de regra, apesar da relevância dos assuntos tratados, a comunidade acadêmica era o principal público interessado. Os temas das conferências realizadas ao longo dos anos 1928 e 1929 dão indícios dos motivos da falta de apelo popular: “A Sociedade Futura”; “O conceito psicanalítico de pena”; “A Escola de Engenharia de Porto Alegre e sua finalidade”; “A reforma universitária argentina”; “O problema da democracia, da liberdade de voto e do voto secreto”²⁵. Seguindo a mesma lógica, os cursos voltavam-se mais para o aprimoramento e capacitação acadêmica do que para o diálogo com a sociedade, do que é testemunho o curso de extensão ministrado pelo renomado professor italiano Achille Bassi, entre os anos 1948 e 1949. “Eram aulas de geometria, destinadas a alunos das escolas de Engenharia e Arquitetura, assim como professores, assistentes e outros estudantes da área”²⁶.

O Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG (CEVEX) nos informa que este cenário ensimesmado começa a se transformar a partir dos anos 1950, com o desenvolvimento de eventos culturais, de prestação de serviços e de cursos práticos direcionados à comunidade externa, contando com a participação ativa dos/as estudantes. Nesse sentido, podemos destacar a criação do Teatro Universitário (1952), do Curso Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial (1957), e “a Divisão de Assistência Judiciária, fundada em 1958, na Faculdade de Direito, por professores e alunos vinculados ao Centro Acadêmico Afonso Pena”²⁷,

²⁴ A Universidade de Minas Gerais foi criada em 1927, através da lei estadual nº 956, de 07/09/1927, a partir da junção das faculdades de Medicina, Direito, Farmácia, Odontologia e Engenharia, instituições privadas que funcionam em Belo Horizonte sem vínculo entre si. A federalização da universidade ocorreu em 1949, e, em 1965, seu nome foi alterado para Universidade Federal de Minas Gerais. A esse respeito ver Estatuto da UFMG.

²⁵ Conforme <https://www.ufmg.br/cevex/linha-do-tempo/>. Acesso em 13 fev. 2025.

²⁶ Idem.

²⁷ Ibidem.

emblemáticas por terem sido as primeiras ações extensionistas da universidade na modalidade programa.

O decênio seguinte inicia-se com efervescentes discussões em âmbito nacional sobre a necessidade de reformar a universidade. Os setores progressistas da sociedade, com destaque para o movimento estudantil, clamavam pelo rompimento com o caráter elitista excludente arraigado na universidade brasileira, bem como pela modernização de sua estrutura institucional, outra expressão de seu arcaísmo. Na UMG, às vésperas do golpe militar, assume o reitorado Aluísio Pimenta, sucedendo Orlando Magalhães Carvalho, que, anos antes, em seu discurso de posse, afirmara que a universidade deveria se ocupar da formação da elite mineira (SILVA, 2017). A perspectiva de Pimenta – cuja nomeação situa-se entre os derradeiros atos do presidente João Goulart – sobre a função da universidade era radicalmente oposta à do seu antecessor.

Em seu discurso de posse, em 24 de fevereiro de 1964, Pimenta esclarece que, para cumprir seu papel, a universidade deveria se basear no tripé ensino, pesquisa e extensão, forma que depois será incorporada pela reforma de 1968. Para ele, a universidade não tinha mais espaço para os “velhos modelos estruturais”, e sua tarefa deveria ser contribuir “para a democratização da cultura e do saber, tornando-se patrimônio nacional e ajudando diretamente o povo brasileiro a resolver seus grandes problemas” (SILVA, 2017, p. 87-88).

O “tripé” basilar da universidade defendido naquela ocasião por Aluísio Pimenta, será assim definido oficialmente, ou seja, como a indispensável articulação entre 3 dimensões estruturantes da universidade, na Constituição de 1988.

Vinte anos antes, a reforma universitária introduzida pela Lei 5540/68, tratava de submeter a extensão a um papel ao mesmo tempo domesticador dos/as estudantes e servil aos interesses do regime. A palavra extensão aparece no texto legal em três momentos: no Art. 17, como uma das modalidades de curso que “poderiam” ser ministrados pelas universidades; no Art. 25, também na acepção de curso; e no Art. 40, onde deixa-se transparecer o papel que o governo atribui à extensão, um meio pelo qual os/as estudantes poderiam ser amansados/as, pois a este público seriam destinadas as atividades extensionistas. Vale a citação integral do artigo, pois bastante exemplar deste ponto de vista:

Art. 40. As instituições de ensino superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
- c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;
- d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (BRASIL, 1968).

Todos os incisos do artigo expressam o entendimento que aquele governo sustentava sobre os aspectos fundamentais à formação das/dos estudantes e, conseqüentemente, ao perfil dos/as futuros/as profissionais. “Cidadãos” e “cidadãs” – entre aspas, pois a cidadania não se realiza na passividade – alinhados/as à ideologia da ditadura.

Em que pese a instrumentalização da extensão pela ditadura civil-militar em favor de seus propósitos, a Reforma de 1968 – que, conforme Iara Silva, “em sua essência, (...) foi a consolidação de dispositivos legais já estabelecidos anteriormente” (SILVA, 2017, p. 79) por decretos editados nos anos 1966 e 1967 – representou avanços na concepção e na organização universitárias que proporcionaram a criação de estruturas específicas de gestão, acompanhamento e formulação de ações voltadas para o desenvolvimento das diferentes dimensões institucionais.

Neste contexto, são criadas na UFMG as duas primeiras instâncias formais em apoio às atividades extensionistas. A Coordenadoria de Extensão (1967) – em atendimento às “reivindicações dos profissionais que trabalhavam na área, e necessitavam de uma coordenação que oferecesse apoio à realização dos projetos”²⁸ –, e o Conselho de Extensão (1969). Vinculado à Coordenadoria de Ensino e Pesquisa, o Conselho era composto por representantes das unidades acadêmicas, e fora pensado com o intuito de capilarizar a presença da extensão na universidade e de ampliar a conexão desta com a sociedade²⁹. Em entrevista para o CEVEX, conduzida pela professora Claudia Mayorga³⁰, Evandro José Lemos da Cunha lembra de sua participação no Conselho, anos antes de se tornar Pró-Reitor

²⁸ Disponível em: <https://www.ufmg.br/cevex/linha-do-tempo/>, acesso em 13 fev. 2025.

²⁹ IDEM.

³⁰ Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFMG de 2014 a 2018, e Pró-Reitora de Extensão de 2018 a 2022, conforme informado em seu currículo lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8982681063835719>. Acesso em 14 ago. 2024.

de Extensão³¹ da UFMG. Ele nos conta que entre as preocupações dos conselheiros figuravam a institucionalização da extensão e a superação do perfil predominantemente assistencialista das ações extensionistas. Nas palavras do professor:

[...] começamos a pensar dentro do conselho, quer dizer, essa preocupação que tem até hoje de institucionalizar mais os trabalhos de extensão dentro da universidade. Já andou muito, melhorou muito, mas na época era praticamente...A extensão era ligada a essa questão um pouco, das pessoas que se envolviam, um pouco na sua demanda pessoal de se envolver com uma atividade. Era uma coisa um pouco, vamos dizer assim, um pouco religiosa. Assistencialista, quer dizer, essas pessoas que se preocupavam com o desenvolvimento social. [...] Nós éramos muito incomodados com essa parte um pouco assistencial, também, que vinha já de certa atuação da extensão, da qual talvez fugisse um pouco o próprio Festival de Inverno, que não tinha muito essa conotação, mas as outras tinham um pouco (UFMG, 2016).

Se por um lado a extensão apresentava o mencionado aspecto assistencialista, o relatório de atividades da reitoria de 1969 dá conta de outras facetas. Cursos, seminários, semanas e ciclos de estudo, conferências, folclore³², exposições – segmentadas em “exposições de artes plásticas” e “exposições didáticas” (UFMG, 1969) –, música, cinema, teatro e dança, esportes, congresso e lançamento, são os títulos do rol de atividades promovidas pelo Conselho de Extensão. Uma análise panorâmica deste documento aponta que o público ao qual se voltavam as ações oscilava entre as comunidades interna – com temáticas de eminente interesse das diferentes áreas do conhecimento acadêmico ou atividades de conagração – e externas à universidade. As direcionadas a este público, em grande medida, eram desenvolvidas no âmbito do Festival de Inverno, evento inaugurado em 1952 e realizado ainda nos dias atuais.

Nos anos 1970, as atividades extensionistas recrudesceram de tal maneira que, ao final da década, todas as unidades acadêmicas as desenvolviam (CEVEX).

³¹ Cargo exercido em dois mandatos, de 1980 a 1982 e de 1994 a 1998.

³² Sob este título o relatório lista mostras culturais, espetáculos musicais e teatrais, com enfoque predominante na cultura afro-brasileira. Sob o subtítulo “Espectáculos Folclóricos na 1ª Semana da Cultura”, por exemplo, aponta-se a apresentação de um grupo de capoeira Angola, com a “demonstração de golpes, rito angola de ataque e defesa e adaptação regional de capoeira de Angola”, e a de um “Grupo de Candomblé: apresentação de três números do ritual afro-brasileiro e distribuição de comida e bebida típicas” (UFMG, 1969, p. 25). As representações e representatividades da cultura negra na UFMG ao longo de sua história e, particularmente, nas atividades de extensão, merecem estudo pormenorizado.

Nesta década, importantes movimentos e debates, nos âmbitos regional e nacional, foram empreendidos em torno do conceito de extensão e de sua institucionalização. Na UFMG, o Conselho de Extensão promove a criação de coordenadorias e centros de extensão nas unidades acadêmicas. “Criou-se desta forma, a infraestrutura necessária à intensa atividade extensionista da Universidade, cuja execução não poderia continuar concentrada na Diretoria Executiva do Conselho de Extensão” (UFMG, 1972, p. 14)

Em 1974, o MEC estabelece a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), instância com a prerrogativa de definir diretrizes e uma política nacional para a área. No ano seguinte à sua criação, o MEC publica o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que, segundo Maria das Dores Nogueira Gonçalves, apresenta novidades relativas ao conceito e à função da extensão, destacando a “ideia de relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa e a ideia de comunicação entre universidade e sociedade, não mais no sentido de transmissão de conhecimento, mas de interlocução” (GONÇALVES, 1999). Apesar das críticas a respeito do caráter centralizador, bem como da pouca efetividade em termos de alteração das práticas vigentes, a autora afirma que o Plano foi importante por representar um avanço em relação ao texto da Reforma de 1968, que

[...] restringia a extensão à mera realização de cursos e prestação de serviços como formas de estender à comunidade o ensino e o resultado da pesquisa produzida na academia. Na concepção de extensão do Plano, a ampla ideia de comunidade é substituída por “organizações, outras instituições e populações” com as quais as IES deveriam interagir. Introduz assim, o elemento novo que é a troca de saberes acadêmico e popular que se daria através da extensão. Formula ainda a relação entre as atividades acadêmicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que, através desta última se faria o repensar das outras duas (GONÇALVES, 1999, p. 80).

No ano em que a CODAE é instituída, o Conselho de Extensão da UFMG parece espelhar localmente sua perspectiva, assumindo o papel de formulador das diretrizes institucionais. Nessa direção, o Conselho “se afirma como órgão normativo, que já não se propõe executar programações específicas, mas estabelecer e coordenar uma política de extensão da Universidade” (UFMG, 1974, p. 14). Tais atribuições serão, posteriormente, paulatinamente incorporadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), criada em 1976.

Interessante notar que, em relatório publicado em 1979, a Secretaria de Educação Superior do MEC concluiu como sendo uma distorção das orientações da

CODAE a “centralização do que se convencionou como extensão universitária nas pró-reitorias de extensão ou equivalente, com reduzida participação dos departamentos acadêmicos” (BRASIL, 1979, p. 133). Pelo que podemos depreender da leitura dos relatórios de atividades da UFMG, o movimento que convergiu na criação da PROEX foi justamente o contrário, como demonstrado nos parágrafos anteriores. Ou seja, o estabelecimento das coordenações e centros de extensão nas unidades acadêmicas previamente à instituição da PROEX, indica que esta surge como articuladora e orientadora dos processos extensionistas, e não como instância centralizadora destes. A gestão de Tomaz Aroldo da Mota Santos (1984 a 1986) é emblemática nesse sentido.

Ao assumir a pró-reitoria, o professor estabelece como prioridades a reorganização das dinâmicas internas – a fim, sobretudo, de desburocratizar os processos de análise, aprovação e certificação de projetos pelo Conselho de Extensão –, e a reflexão sobre o conceito de extensão. Santos acreditava que o excessivo trâmite burocrático sobrecarregava a minguada comunidade extensionista, consumindo grande parte de sua dedicação e, por consequência, atravancava a evolução do debate sobre questões primordiais, tais como a ponderação sobre os propósitos das atividades desenvolvidas e sobre o papel da extensão como função acadêmica. Para se ter uma ideia, para se implementar qualquer ação nessa seara era necessário que todos/as os/as conselheiros/as expedissem, individualmente, seu parecer para cada um dos projetos apresentados ao Conselho. É fácil imaginar o tempo corroído somente por essa vultosa tarefa, ainda mais se considerarmos que àquela época os cursos de especialização *lato sensu* ainda se encontravam sob o guarda-chuva da extensão. Em resposta ao problema constatado, foram criadas comissões dentro do Conselho para a deliberação sobre as propostas, bem como definidas coordenadorias executivas referentes às diferentes categorias de atuação³³. A partir dessa reconfiguração, esperava-se mitigar o impacto extenuante da burocracia até então instalada, ampliando, assim, a possibilidade de empenho dos agentes endógenos no imprescindível debate acerca dos quês e porquês da extensão universitária.

Segundo o professor Tomaz, a identidade da extensão se definia pela “negatividade”, ou seja, por aquilo que não era. “Na universidade, o que havia, e isso

³³ Conforme informa o CEVEX, foram criadas 5 Coordenadorias Executivas, a saber, Cursos; Programas Comunitários; Prestação de Serviços; Programas Especiais; e Programas Culturais.

de certo modo ainda persiste, [era a ideia de que] tudo que não for ensino e pesquisa e pós-graduação, é extensão”³⁴. Esse entendimento, somado ao voluntarismo assistencialista, suscitava uma compreensão equivocada, relegando à extensão a responsabilidade social da instituição, desobrigando as outras dimensões acadêmicas de exercê-la. Assim absolvidos, pesquisa e ensino podiam se isolar na torre de marfim, sem embaraço.

A extensão era assim, braço social da universidade. Então, as outras atividades não precisavam se preocupar com função social na universidade porque isso é um problema da extensão. Todas as outras atividades podiam ser dissociadas de preocupação social porque a extensão fazia isso. Então, havia certa tendência a achar que as atividades de extensão eram aquelas voltadas para resolver os problemas sociais [...] (UFMG, 2016).

Sem dúvida, esta fala diz mais respeito à identidade da universidade como instituição, do que sobre a da extensão tomada isoladamente, pois sabemos que o que dá causa a uma tal postura institucional são as raízes históricas da universidade brasileira, eivadas por exclusões e distanciamento da base da sociedade. A superação dessa mazela de origem – que, em síntese, é a chaga original do país – será a tônica dos debates sobre o papel da universidade na sociedade emergente dos escombros produzidos por duas décadas de autoritarismo. A extensão será vista uma vez mais como instância acadêmica capaz de reverter o insulamento universitário.

Assim, a preocupação com a definição do papel da extensão e de sua institucionalização estavam na ordem do dia. Durante a década de 1980, vicejaram várias iniciativas nessa direção, que, dentre outras resultantes, culminaram no reconhecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pela nova Constituição. A efervescência democrática face à “lenta e gradual” distensão autoritária, ensejou a retomada de perspectivas dialógicas nas relações da sociedade com as instituições, o que na esfera da universidade traduziu-se na exigência de uma sua maior permeabilidade à realidade social. A subserviência às políticas atreladas ao governo de ocasião, assim como práticas meramente assistencialistas deveriam ser combatidas e substituídas por uma perspectiva de interação retroalimentar entre universidade e sociedade, de forma que a participação

³⁴ Entrevista com o professor Tomaz Aroldo da Mota Santos, realizada por Cláudia Mayorga, em 13 dez. 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/cevex/entrevistas/professor-tomaz-aroldo-da-mota-santos/>. Acesso em 14 nov. 2024.

ativa desta pudesse incidir de maneira significativa sobre as práticas daquela. Em outras palavras, a universidade deveria ser socialmente referenciada. De acordo com a professora Olgamir Amância Ferreira, ex-presidente do FORPROEX (2020 a 2022),

A busca por um novo lugar para o ensino superior, retirando-o da condição de privilégio para torná-lo direito universal e bem social a ser assegurado pelo Estado, torna-se objetivo estrategicamente definido pelos setores democráticos. Assentados no pensamento de educadores como Darcy Ribeiro (1969), Paulo Freire (1983), Anísio Teixeira (1989), enfatizam a necessidade de que o conhecimento produzido remeta à criticidade de maneira que os sujeitos envolvidos tenham consciência das relações instituídas no contexto em que vivem para que possam transformá-las. A consciência será basilar da vinculação da ciência produzida às necessidades da população e ao reconhecimento e valorização dos saberes construídos para além dos espaços da universidade. Essas reflexões serão fundamentais para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consagrada no art. 207 da Constituição Federal de 1988 (FERREIRA, 2023, p. 3-4).

O Estatuto da UFMG aprovado em 1985 cria o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), estabelecendo esta última função, ao menos em tese, em pé de igualdade com as outras duas. Este órgão de supervisão e deliberação superior altera a estrutura anterior, na qual os Conselhos de extensão, de graduação e de pós-graduação estavam subordinados à Coordenação de Ensino e Pesquisa. Às mudanças estruturais em curso assomava-se, dentre outras, a reflexão sobre a contribuição da extensão para a formação do/a estudante.

Recorrendo novamente à memória do professor Tomaz Aroldo, é possível notar que, naquele período, a formulação de uma nova concepção de extensão passava necessariamente por vinculá-la à educação do/a discente, incluindo sua participação nos planos de atividades, com a orientação dos/as professores/as nas ações em campo.

Se os estudantes forem participar, o que eles vão fazer? Por exemplo, havia demanda de participação de estudantes em programas de saúde, então, mande estudantes de medicina, de odontologia, farmácia. Mas fazer o que lá? Sem professor, sem posto de saúde, sem nada. Não faz sentido. Eles vão ouvir a demanda da população, das pessoas... Fazer exame de fezes. Fazer exame de fezes e você tem ascaris, tem esquistossoma e daí? (Risos). Tudo bem, é um programa de saúde, então tem que ter um professor de alguma área de saúde junto com o estudante ou a estudante. Isso foi já uma mudança muito grande, por que então a extensão começou a ter propósito, ter projeto, ter indicação (UFMG, 2016).

Considerações nesse sentido são tecidas no documento final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Universidades Públicas Brasileiras (realizado em Brasília, na UnB, em 1987), que recomenda a definição de “mecanismos que incentivem e garantam a participação dos discentes no planejamento e execução das atividades de extensão”, cabendo “aos departamentos acadêmicos a promoção e execução das atividades de extensão, de forma articulada às de ensino e pesquisa” (Documento final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Universidades Públicas Brasileiras *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 13-14). É neste evento que se funda o FORPROEX, que, a partir de então, constituir-se-á como a principal esfera do debate nacional acerca da extensão, exercendo ingerência sobre as diretrizes e políticas públicas para o campo.

O II Encontro foi realizado na UFMG, em 1988, e postulava a extensão como indispensável a uma práxis acadêmica que objetiva a transformação do ensino tradicional e elitista historicamente consolidado. No entendimento do Fórum a prática acadêmica então em voga, fundamentada no saber bancário (FREIRE, 2024b), seria inadequada à função social da universidade. Coloca-se em xeque a própria noção de “sala de aula”, ao julgar obsoleta a ideia de a construção do saber se confinar a um espaço físico delimitado pelo concreto das paredes. Afirma-se que essa concepção tradicional não apenas restringe o campo de ação didático-pedagógico, como produz um ensino alienado das questões objetivas que permeiam a sociedade. Em contraposição, propõe-se a ampliação da dimensão dos lugares de ensinar, de aprender e de se produzir conhecimento, localizando-os em “todos os espaços dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações” (Documento final do II Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Universidades Públicas Brasileiras *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 20). Trata-se, portanto, da substituição de uma prática alheia aos desafios sociais da contemporaneidade por uma práxis acadêmica, ou seja, pelo exercício dialético da relação entre teoria e prática.

Aventa-se, assim, que um possível vetor para a efetivação das ideias defendidas naquele momento seria transformar o estágio curricular em um “momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político” (IDEM, p.20), o que, segundo o referido documento, não vinha acontecendo de fato. Alegava-se que,

Entre as dificuldades que o estágio curricular enfrenta, destaca-se sua inexistência no currículo de alguns cursos e sua oferta ao aluno numa etapa do curso em sua preparação acadêmica está praticamente concluída, além de distante do contexto social. Consequentemente, não proporciona subsídios adequados à formação profissional e à transformação social (Documento final do II Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Universidades Públicas Brasileiras *apud* NOGUEIRA, 2000, p.21).

Em vista disso, sugere-se, dentre outras possibilidades, que “a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão deve ser computada para a integralização curricular”³⁵, norma que será deliberada pelo MEC trinta anos depois, através da Resolução MEC/CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Nesse ínterim, nos sucessivos Encontros Nacionais do FORPROEX – em 2024, realizou-se o 54º – foram diligentemente debatidos conceitos, caminhos de institucionalização e inserção acadêmica, fomento, entre tantos outros aspectos da extensão universitária brasileira. O Fórum se constitui, assim, como legítimo interlocutor junto ao MEC, colaborando com a formulação de políticas para a área, contribuindo de maneira decisiva para o quadro atual, que se ainda está longe do ideal, alcançou significativos avanços. Atualmente, há destinação de recursos específicos para a extensão – a exemplo do Programa de Extensão Universitária (ProExt), instituído em 2003; – existem editais internos voltados ao fomento de diferentes frentes extensionistas; os valores das bolsas da graduação são equiparados aos da pesquisa; a formação em extensão começa a ser implementada nos currículos. Eis alguns pontos em que se instalaram progressos consideráveis, sendo, em nosso entendimento, este último o grande desafio do presente.

Entre as tarefas impostas ao campo extensionista pela quadra histórica em que vivemos, o desenvolvimento responsável da formação em extensão inequivocamente figura entre as prioritárias. A interlocução retroalimentada com a sociedade parece-nos condição irrefutável para que a universidade se legitime socialmente. Diferentes comunidades de saber disputam o campo discursivo, e a universidade deve considerá-las todas, deixando-se permear por aquelas que coadunam com suas premissas democráticas e de comprometimento com o saber ético e socialmente referenciado. Transformando-se permanentemente através do diálogo é que a universidade poderá enfrentar os desafios contemporâneos que, em última instância, dizem respeito à própria possibilidade de continuidade da vida humana no planeta. Com isso não queremos dizer que a academia e seu elemento

³⁵ Ibidem.

basilar – o *modus operandi* científico – devam ser necessariamente substituídos por tal ou qual modelo epistêmico, mas, sim, que sua abertura ao trânsito gnosiológico contribua para a conformação de uma universidade sensível à diversidade humana. Assim exercerá o papel que lhe cabe, não é demais repetir, o de produzir conhecimento socialmente referenciado, divulgá-lo e disponibilizá-lo para o bem comum. Ou, nos termos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2029 (PDI 2024-2029) da UFMG, onde

[...] assume como missão gerar, compartilhar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, da diminuição de desigualdades sociais, da redução das assimetrias regionais, bem como do desenvolvimento sustentável (UFMG, 2024, p. 32).

Uma missão e tanto! Frente às premências do mundo contemporâneo, a formação da/o graduando/a deve transitar por diferentes territórios, com o corpo efetivamente na rua, sempre que possível. A formação em extensão pode representar – se levada a sério – um importante instrumento de preparação da/o estudante para uma atuação profissional comprometida com o bem-viver social, e, ao mesmo tempo, e não menos importante, contribuir para que essas pessoas discentes ampliem e enriqueçam suas experiências sociais “analógicas”, estimulando a potência reflexiva e os sentidos de comunidade, coletividade e colaboração como dimensões ontológicas da espécie humana. No próximo tópico, veremos como a UFMG tem pensado e instituído a FEU. Antes, fixamos o panorama da extensão no momento atual, para termos em mente suas proporções:

Nos últimos anos foi observada ampliação e consolidação das ações de extensão desenvolvidas pela Universidade. O Sistema de Informação da Extensão da UFMG (Siex/UFMG) registrava, em 2022, 258 programas, 1941 projetos, 562 cursos, 653 eventos e 685 prestações de serviço, totalizando 4099 ações de extensão, com o envolvimento de 2505 docentes, 701 servidores TAEs e 7058 estudantes de Graduação e 2422 estudantes de Pós-Graduação, totalizando a participação de 9480 estudantes. Todos esses números são superiores aos observados em 2017, quando havia registro de 2390 ações, com participação de 1872 docentes, 476 TAEs e quase 4000 estudantes. Ações de extensão são hoje desenvolvidas em todas as Unidades Acadêmicas da UFMG, englobando as oito áreas temáticas (saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura), resultando em produção diversificada, sendo a maioria trabalhos apresentados em eventos acadêmicos-científicos e produtos audiovisuais (UFMG, 2024, pp. 42-43).

Os números apresentados, além de nos fornecerem uma noção acerca do volume das ações extensionistas, ensejam mencionarmos a importância do SIEX/UFMG para a gestão e a visibilidade da extensão na UFMG, aspectos fundamentais à sua profícua prática e institucionalização.

3.1 – O Sistema de Informação da Extensão da UFMG (SIEX/UFMG)

A primeira vez em que se tentou implementar um banco de dados com o objetivo de mapear e disponibilizar as informações referentes às atividades extensionistas na UFMG foi em 1987 (CEVEX, Linha do tempo). Não conseguimos localizar informações precisas sobre como se deu a concepção e o desenvolvimento deste repositório, mas, de fato, é possível observar à página 65 do Relatório de Atividades da UFMG daquele ano, uma compilação das ações de extensão, informando as unidades em que foram executadas, o tipo e o número de participantes. Sem dúvida, tal iniciativa contribuiu para, em 1993, a UFMG se tornar pioneira no desenvolvimento de um sistema voltado para o registro das atividades de extensão.

O Sistema de Informação da Extensão da UFMG foi de tal maneira bem sucedido que, uma década após a apresentação da sua primeira versão, tornou-se modelo para instituições congêneres.

Em 2003, o Ministério da Educação apoiou a adaptação e atualização do software Sistema de Informação da Extensão - SIEX, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, para ser utilizado pelas instituições públicas que compõem o Forproex. Dessa forma, começou a ser estruturado um sistema de registro de atividades de extensão no Brasil, que, no âmbito do Forproex, foi denominado SIEXBRASIL. Esta, inclusive, era uma demanda que se colocava já nas discussões da elaboração da proposta do Plano Nacional de Extensão no final dos anos de 1990 (RODRIGUES, 2016, p. 394).

De fato, o SIEX/UFMG – onde devem ser registradas todas as ações de extensão desenvolvidas na universidade – é fundamental para a execução da política extensionista da UFMG. O sistema é aberto à consulta pública, permitindo ao/à usuário/a buscar pelas atividades a partir de múltiplos descritores, até mesmo por georreferenciamento. É igualmente útil aos públicos externo e interno à universidade. Para a pesquisa representa um rico manancial, uma vez que, além de

manter um banco de dados atualizado, preserva os registros de atividades concluídas.

O sistema permite o registro de ações nas cinco modalidades previstas pela CEPE/UFMG 03/2024, assim definidas em seu Art. 6º:

- I - **Curso**: atividade pedagógica de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, com avaliação de frequência e de aprendizagem;
- II - **Evento**: atividade que implica o compartilhamento, apresentação ou exibição pública, livre ou com público específico, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico/acadêmico ou tecnológico desenvolvido ou reconhecido pela Universidade;
- III - **Prestação de Serviços**: atividade com tempo determinado de execução para a solução de problemas produtivos ou sociais a partir de conhecimento existente e que poderá resultar em desenvolvimento, aperfeiçoamento ou difusão de soluções científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - **Projeto**: atividade que se constrói juntamente com a comunidade externa em torno de objetivos que necessitam de trabalho processual e contínuo para ser alcançados, com atuação na produção e na construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social, cultural, artístico e tecnológico, podendo abranger, de forma vinculada, cursos, eventos e prestação de serviços;
- V - **Programa**: atividade caracterizada pela atuação diversificada e integrada de atividades de extensão orientadas por um eixo articulador, que deve englobar determinado público, temática, linha de extensão ou recorte territorial e conter, pelo menos, dois projetos vinculados (UFMG/CEPE, 2024).

Nesse ponto da dissertação, basta-nos essa brevíssima apresentação do SIEX/UFMG. Quando voltarmos a falar deste sistema, no capítulo seguinte, mostraremos como nos valem das informações nele contidas para conjecturarmos sobre a relação entre os espaços integrantes da RMECC e a formação em extensão universitária.

3.2 – Formação em Extensão Universitária na UFMG

A Resolução MEC/CNE Nº 07/18 preconiza, em seu Artigo 4º, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018). Para adequação das universidades à diretriz, o documento fixou o prazo-limite de três anos, a partir da data de sua publicação (18 de dezembro de 2018). A Comissão Responsável pelo Acompanhamento da Implementação da Formação em Extensão Universitária (CAIFEU) da UFMG, composta por representantes da PROGRAD e da PROEX,

produziu um material em pdf intitulado “Formação em Extensão Universitária: perguntas frequentes”³⁶, no qual afirma que a obrigatoriedade da referida integralização incide sobre os currículos dos/as graduandos/as ingressantes a partir do primeiro semestre de 2023.

Antes de se tornar compulsória, porém, a UFMG previa a possibilidade de creditação de atividades de extensão para integralização curricular.

...] a integralização de créditos pela participação em atividades de extensão vinha sendo facultada desde o processo de flexibilização do currículo regulamentado pela instituição a partir da publicação da Resolução CEPE nº 01/1998, de 10 de dezembro de 1998. Em 2011, Carneiro, Collado e Oliveira (2014) mostraram que dos 65 cursos de graduação da UFMG existentes à época na instituição, 81,25% deles previam possibilidades de aproveitamento da participação discente em atividades de extensão, e que eles estavam distribuídos por todas as unidades acadêmicas e áreas de conhecimento na instituição, embora as formas de creditação não fossem uniformes entre os cursos (ALMEIDA *et al.*, 2024, pp. 2-3).

Anos depois, a Resolução CEPE Nº 12/2015 apresenta pela primeira vez o conceito de Formação em Extensão Universitária, definindo-a como “um mecanismo para a integralização de créditos em cursos de graduação, mediante a participação dos estudantes em atividades *optativas* integrantes de *programas* ou *projetos* de extensão universitária” (UFMG/CEPE, 2015, grifos nossos). Esse primeiro esforço de implementação da FEU teve o intuito de atender “à Estratégia 12.7 da Meta 12 do Plano Nacional de Educação” (UFMG/CEPE, 2015), ainda sem forma regimental à época. Daí a restrição da integralização de créditos às modalidades programa e projeto, pois as únicas citadas no texto da Estratégia. No rol de normativas da CEPE Nº 12/15 posteriormente revogadas ou reformadas em 2019, incluem-se: “a duração do envolvimento do estudante em uma atividade de Formação em Extensão Universitária será de, no mínimo, um mês e, no máximo, um ano” (Art. 2º, §1º); “[as atividades da FEU] serão desenvolvidas preferencialmente junto a comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)” (Art. 3º, inciso III); inserção facultativa da previsão de integralização de crédito nos projetos pedagógicos dos cursos (Art. 4º); e a previsão de uma forma específica de avaliação, que consistiria em um “seminário de encerramento, no qual os estudantes apresentarão os resultados e farão a respectiva análise crítica” (Art. 7º, Parágrafo único). Pelos

³⁶ Disponível em: <https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/docs/PerguntasFreqExt>. Acesso em 08 abr. 2025.

termos da Resolução, parecia que uma vez mais a extensão seria tratada em regime de excepcionalidade acadêmica.

Para se conformar às diretrizes expressas na Resolução MEC/CNE Nº 07/2018, a Resolução CEPE Nº 10/2019 – vigente no momento desta escrita –, “estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG” (UFMG/CEPE, 2019). O documento mantém a denominação “Formação em Extensão Universitária”, cunhada pela resolução que a antecede, definindo este processo como “um conjunto de atividades acadêmicas curriculares que permitem a integralização de carga horária nos percursos curriculares dos cursos de graduação por meio da participação dos estudantes em atividades de extensão universitária” (UFMG/CEPE, 2019).

Eis alguns aspectos da CEPE 10/2019 que merecem destaque. A FEU pode ser realizada em qualquer uma das modalidades extensionistas (programa, projeto, prestação de serviço, curso e evento), vedada a integralização exclusivamente pela participação em cursos e eventos, sendo que nestas modalidades o/a estudante deve fazer parte da equipe para ter sua atuação computada (Art. 2º). Além disso, a FEU deverá ser registrada como uma atividade acadêmica curricular (AAC), podendo ser do tipo disciplina, projeto, programa, evento, e, em casos excepcionais, estágio (Art. 5º). Em síntese, as modalidades de extensão previstas devem, em articulação com os tipos mencionados de AAC – devidamente registrados nos sistemas afins – compor o percurso curricular que irá se configurar como Formação em Extensão Universitária. Sobre este aspecto, é importante notar que a Resolução em questão fez constar que as AAC da FEU devem guardar relação estreita com o campo de conhecimento cursado pelo/a graduando/a, devendo predominantemente, constituir-se “por atividades acadêmicas curriculares que compõem o núcleo específico da estrutura curricular do curso” (UFMG/CEPE, 2019, Art. 5º, § 3º).

A Resolução Complementar CEPE Nº 03/2024, por sua vez, regula as normas gerais da extensão da UFMG. Em seu Artigo 3º, inciso II, destaca que as atividades de extensão, “em sua concepção, estruturação e prática”, deverão contemplar

[...] a formação de estudantes, marcada e constituída pela experiência dos seus conhecimentos de forma contextualizada e conectada com as questões contemporâneas, valorizada e integrada às atividades acadêmicas curriculares, estimulando sua formação acadêmico-profissional-cidadã (UFMG/CEPE, 2024).

Reforça, portanto, a necessidade da FEU se firmar entre as atividades acadêmicas curriculares, ecoando uma das metas da PROEX para o período de 2024 a 2029, de “consolidar as estratégias direcionadas à formação em extensão universitária, assegurando sua inserção nos projetos pedagógicos de todos os cursos de Graduação, a partir de perspectivas inter e transdisciplinares” (UFMG PDI, 2024, p. 189).

O PDI 2024-2029, no tópico que discorre sobre o Projeto Pedagógico Institucional, indica de maneira bem elucidativa como a UFMG concebe o papel da extensão na formação discente:

As ações de extensão, indicações da relevância social presente na formação dos estudantes, devem converter-se em objetos de pesquisa e em temas disciplinares que sejam trabalhados em sala de aula, seja na Graduação, seja na Pós-Graduação. O componente da extensão é parte inseparável da formação do estudante. Entendida como produção efetiva de conhecimento e como intervenção mais imediata na realidade que cerca a Universidade, as atividades de extensão indicam o tipo de interação com a sociedade que a UFMG acredita ser apropriada a uma instituição pública de ensino superior. Seja no que diz respeito às políticas públicas, seja na construção de um espaço privilegiado de interdisciplinaridade, seja na aproximação do ensino com os desafios postos por problemas mais complexos de intervenção social a partir de recursos de conhecimento, a extensão se constitui em um instrumento singular e insubstituível na formação do estudante da UFMG (UFMG PDI, 2024, p. 68, grifo nosso).

Note-se que o excerto aponta para o que dissemos anteriormente sobre a dinâmica de construção e circulação retroalimentar do conhecimento, e para a extensão como catalisadora desse processo.

A instituição reconhece a complexidade de um movimento dessa magnitude, e afirma que o desafio de tornar realidade os pressupostos conceituais exige não só esforços para a adequação dos currículos e projetos pedagógicos aos termos em voga, mas requer também inventividade, permeabilidade à diversidade da comunidade acadêmica, e capacidade de estabelecer comunicação de qualidade com a sociedade, em uma contemporaneidade em que a atenção tem sido disputada como moeda corrente.

No contexto contemporâneo, apresenta-se como importante desafio para a gestão da extensão assegurar sua inserção nos projetos pedagógicos de todos os cursos de Graduação, a partir de perspectivas inter e transdisciplinares. É imprescindível que sejam utilizadas metodologias inovadoras que se articulem com a pesquisa e com o ensino, de forma que

seja efetivamente reconhecido o seu papel de formação para a cidadania de futuros profissionais socialmente comprometidos. Além disso, é urgente que sejam incorporadas novas pautas ao debate da extensão, como a interface com a tecnologia, com os saberes dos sujeitos diversos presentes na Universidade e com a pluralidade de linguagens para *maior qualificação do processo de comunicação da Universidade com a sociedade* (UFMG PDI, 2024, pp. 175-176, grifo nosso).

Como qualificar a comunicação no contexto comunicativo atual? Qual lugar a universidade ocupa na cadeia econômica da atenção? Qual a importância da agência estudantil nessa seara? Decerto não são questões que a extensão deva dar conta sozinha, tampouco delas deva ser arauto solitário. Sem que haja convergência institucional para a consecução dos objetivos propalados, a possibilidade de alcançá-los é nula. Nesse sentido, as três dimensões acadêmicas, extensão, pesquisa e ensino, “devem, de forma concertada, proporcionar a formação consistente, seja do ponto de vista acadêmico, seja do ponto de vista social, que cumpre esperar de uma instituição pública de ensino superior” (UFMG, 2024, p. 64).

O PDI assevera ainda que “o cumprimento da diretriz extensionista universitária de impacto na formação dos estudantes depende fundamentalmente da inserção dos discentes em atividades de extensão” (UFMG, 2024, p. 186). Para tanto, figuram entre as metas da UFMG no horizonte dos próximos cinco anos:

- Consolidar as estratégias direcionadas à formação em extensão universitária, assegurando sua inserção nos projetos pedagógicos de todos os cursos de Graduação, a partir de perspectivas inter e transdisciplinares;
- Promover metodologias inovadoras que articulem extensão, pesquisa e ensino, reconhecendo o papel formador da extensão;
- Ampliar as ações conjuntas com outras Pró-Reitorias Acadêmicas para que a indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão possam traduzir resultados positivos na formação discente;
- *Promover a articulação entre a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG e a Prograd, por meio do apoio ao desenvolvimento de projetos de ensino em interface com extensão e aproximação com os cursos de licenciatura, promovendo o fortalecimento das ações educativas e extensionistas dos espaços;*
- Consolidar a metodologia de trabalho em redes interdisciplinares das atividades de extensão (UFMG, 2024, pp. 189-191, grifo nosso).

É lícito afirmar, portanto, que as premissas do nosso estudo estão estreitamente conectadas aos objetivos elencados acima, pois acreditamos que os espaços integrantes da RMECC reúnem condições bastante favoráveis para cumprí-los, podendo mesmo tornarem-se referência para a FEU na UFMG. Como veremos de forma mais detida no capítulo 3, são espaços dotados de notável diversidade

temática, que guardam acervos que alcançam muito além do interesse estritamente acadêmico, que dispõem de saberes e habilidades valiosíssimos empenhados em geri-los, frequentados por públicos variados, dentre outros atributos proveitosos à FEU. As informações disponíveis no SIEX/UFMG, aliás, permitem-nos assegurar que estes espaços, em sua maioria, têm a perspectiva extensionista como norte de suas ações, e vêm contribuindo com a FEU antes mesmo desta ser formalmente conceituada e institucionalizada.

4 A REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG (RMECC)

Neste capítulo, interessa-nos refletir sobre “se” e “porquê” os espaços integrantes da RMECC podem ser entendidos como lugares privilegiados para a formação em extensão. Para tanto, parece-nos fundamental mirarmos para estes museus e espaços de ciências e cultura pelo ângulo da singularidade que os une em uma mesma rede. Em que pesem as diferentes formas como são nomeados (centro de memória, museu, espaço, acervo etc.) e suas respectivas idiossincrasias, veremos que, além de compartilharem o fato de serem entidades sob a égide universitária, em alguma medida, guardam em comum práticas que dizem respeito àquilo que tem sido descrito como “cadeia operatória” museal. Neste sentido, para auxiliar nossa análise, tomaremos de empréstimo as lentes dos estudos no campo da Museologia. Tentaremos demonstrar como um determinado entendimento da função social dos museus converge de maneira enfática para os objetivos da FEU. Contudo, antes de adentrarmos nesta seara, vejamos aspectos históricos e institucionais que delineiam o perfil da RMECC.

4.1 – A RMECC

Na última virada de século, os acervos e coleções universitários não gozavam de muito prestígio institucional. A universidade pública brasileira enfrentava um quadro de penúria orçamentária, no qual a temática do patrimônio científico-universitário nem de longe figurava entre as preocupações prementes. Betânia Gonçalves Figueiredo foi professora do Departamento de História da UFMG de 1992 a 2017. Em entrevista concedida para a publicação comemorativa dos 20 anos da criação da RMECC³⁷ ela nos conta que, tão logo obteve o diploma de licenciatura, passou a conciliar as atividades de professora do ensino fundamental com o trabalho em arquivos e museus por perceber que

[...] o caminho dos arquivos e dos museus era uma perspectiva importante para que o historiador assumisse. Então, sempre que possível, eu me envolvia com arquivos e museus, porque era alguma coisa que me aliviava de estar em sala de aula e que me proporcionava algum tipo de trabalho (LINHALES; MARQUES, 2023, p.247).

³⁷ LINHALES e MARQUES (2023).

Algum tempo depois, já integrando o quadro de docentes da UFMG, constatou que sua progressão funcional estaria seriamente comprometida, se dependesse da sua trajetória profissional e acadêmica em arquivos e museus.

[...] eu logo fui percebendo que tudo que eu fizesse na área de arquivos e museus e na área de História da Ciência não contariam como créditos para mim no Departamento, nunca contaram. A História da Ciência depois passou a contar, mas a minha atuação em arquivos e museus nunca contou para os pontos que eu tinha que compor ali. Para a minha produtividade no Departamento. [...] Então, esse é um calcanhar de Aquiles aí dentro da atuação no Departamento, que, por exemplo, ser coordenador da Rede era nada, absolutamente nada, nada e dava trabalho! (LINHALES; MARQUES, 2023, p. 250-251).

Foi nesse contexto que a professora Betânia Figueiredo assumiu a primeira coordenação da Rede de Museus, no início dos anos 2000³⁸. Era um momento em que, se por um lado não havia amplo reconhecimento pela comunidade acadêmica da importância dos museus universitários e congêneres, de outro experimentava-se um crescimento inédito de criação destes espaços na UFMG. Letícia Julião sugere que este fenômeno, iniciado em 1997 – quando a UFMG completava 70 anos –, possivelmente tenha ocorrido em virtude de “comemorações de efemérides ou em decorrência de deslocamentos físicos de unidades acadêmicas³⁹” (JULIÃO, 2023, p. 24-25).

A ideia de uma rede de museus surge, então, como uma instância para provocar o desenvolvimento de um certo senso identitário entre estes espaços dispersos pela universidade. Uma das agências deste movimento, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) – na figura do Pró-Reitor Edison José Corrêa – pretendia promover um processo de organização destes espaços em torno de objetivos comuns, ainda que, inicialmente, as metas fossem singelas, tais como fazer com que “espaços díspares, de posição, de recurso, de conhecimento, de organização, de funcionários, tivessem pelo menos um vocabulário comum”, ou (...) “para que

³⁸ Há divergência entre as datas apontadas no subtítulo da entrevista com a professora Betânia Figueiredo (LINHALES e MARQUES, 2023, p. 248) – 2002 a 2005 – e nos créditos informados no site da RMECC – 2000 a 2004.

³⁹ “A partir de 1988, a UFMG inicia um projeto de melhorias e de ampliação das instalações do Campus Pampulha, para onde se transferiram unidades acadêmicas que se localizavam na região Centro-Sul da cidade, quando provavelmente foram identificados acervos dignos de ser preservados (Segantini; Julião, 2017). Somadas a essas circunstâncias, convém notar que o crescimento do número de centros de memória na UFMG se localiza no *boom* de processos de patrimonialização que, desde os anos de 1980, respondem à expansão contemporânea de demandas por memórias e identidades” (JULIÃO, 2023, p. 24).

eles conhecessem uns aos outros, para que eles conhecessem espaços semelhantes no Brasil e no mundo” (LINHALES; MARQUES, 2023, p. 250-251).

Com o apoio da administração central, o propósito é impulsionado pela concertação dos primeiros espaços em torno da perspectiva de articulação em rede. Inicialmente, foi necessário convencer os coordenadores dos espaços a aderirem à ideia, pois, além de se tratar de uma operação que certamente incorreria em sobrecarga de trabalho, sem nenhuma garantia de reconhecimento profissional ou pecuniário por aquela dedicação extra⁴⁰, o horizonte, como mencionamos, não era dos mais auspiciosos.

Eu tinha assim, um papel de convencer os meus colegas coordenadores de espaços, que fazer aquelas reuniões faria sentido, que se submeter àquele tipo de organização com poucos vínculos faria sentido, que fazer projetos de forma coletiva fazia sentido, então, era um convencimento quase de corpo a corpo, eu tinha que visitar um por um, conversar com um por um, essas conversas eram individuais primeiro, depois que eu os levava para a Pró-Reitoria de Extensão [...] (LINHALES; MARQUES, 2023, p. 250-251).

Assim, com representantes do Centro de Referência em Cartografia Histórica, do Centro de Memória da Medicina, do Museu de Ciências Morfológicas e do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB), formou-se o grupo que iniciou o debate sobre a possibilidade de ações conjuntas. Nas conversas preliminares à formalização da rede, identificou-se como prioritárias ações que favorecessem a captação de recursos, como ressaltam Marques e Segantini:

O objetivo primeiro [deste grupo] era reunir os espaços para apresentarem propostas em conjunto, sobretudo em editais de financiamento de projetos de pesquisa e extensão. Pensava-se que a convergência de esforços, a soma das experiências, o trabalho em equipes e a união das propostas dos diferentes espaços aumentariam as possibilidades de aprovação de projetos, financiamento e visibilidade das ações dos museus e centros de memória da UFMG (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 31).

Antes, porém, da institucionalização de uma instância aglutinadora destes e de outros espaços que se somaram aos pioneiros, a solução encontrada para principiar um esforço de ação coletiva foi a criação de um programa de extensão,

⁴⁰ Não queremos com isso dizer ser a falta de reconhecimento a principal barreira para o convencimento dos profissionais envolvidos. A intenção é chamar a atenção para as condições muitas vezes adversas a que são submetidos os espaços que ocupam-se do patrimônio científico universitário, no que diz respeito aos recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento de suas funções.

denominado “Museus da UFMG: Centros de Memória, cultura e conhecimento”⁴¹. E, para alinhar as diferentes perspectivas, bem como para arejar as ideias, promoveu-se, em dezembro de 2000, o “I Encontro de Museus e Espaços de Ciência”, evento que contou com a participação de docentes e técnico-administrativos vinculados aos espaços ali reunidos, e também de representantes de instituições congêneres externas à UFMG. Foram debatidos temas diversos, norteados pelas experiências cotidianas dos/as participantes. “Ao final do encontro, foi redigida e apresentada a “Carta dos Museus e Espaços de Ciência da UFMG”, que referendou a criação da Rede⁴² e decidiu pela participação conjunta em eventos” (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 32).

Nos primeiros passos da recém-fundada rede, verificou-se como basilar a necessidade de capacitar o quadro de trabalhadores e colaboradores dos espaços integrantes. Notemos que a situação de insulamento anterior à criação da RMECC conduzia-os, na maior parte dos casos, à precariedade em diferentes esferas de suas ações. A carência de recursos humanos e financeiros adequados repercutia (e em alguma medida repercute ainda hoje) no desenvolvimento profícuo das tarefas caras ao bom exercício da função destes espaços. Sendo assim, desde os seus primórdios, a RMECC tem envidado esforços para que estes dois gargalos sejam ultrapassados, seja pelo investimento na formação dos seus quadros ou pela incessante busca por financiamento de projetos que versem sobre as diferentes operações que compõem a cadeia museológica.

Silveira e Julião (2021) identificam três diferentes estágios ao longo da trajetória da RMECC: 1) das primeiras reuniões para debater a criação de uma instância comum até a tentativa (malograda) de se tornar um Órgão Suplementar⁴³ da UFMG, em 2006; 2) do seu estabelecimento como coordenadoria vinculada à PROEX – quando passou “a contar com uma cota de bolsas e um repasse regular

⁴¹ Tentamos localizar este programa no SIEX/UFMG, sem sucesso. Seria interessante uma análise do histórico deste programa no sentido de se realizar uma arqueologia das ideias e ações da RMECC desde a sua “protohistória”, objetivo que não cabe nos limites do presente estudo.

⁴² “Em 2000, a Rede de Museus foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), tendo por objetivo convergir ações e propostas dos museus e espaços expositivos da UFMG” (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 32).

⁴³ “Órgãos vinculados à Reitoria, sem lotação própria de pessoal docente, com regimentos próprios aprovados pelo Conselho Universitário e dirigidos por um Conselho Diretor. Sua criação se dá através de Resolução Complementar do Conselho Universitário”. Conforme <https://www.ufmg.br/prpq/i2pq/duvidas/faq/9-o-que-sao-orgaos-suplementares/#:~:text=%C3%93rg%C3%A3os%20vinculados%20%C3%A0%20Reitoria%2C%20sem.Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Complementar%20do%20Conselho%20Universit%C3%A1rio>. Acesso em 24 jan. 2025.

de recursos a serem distribuídos entre espaços desprovidos de suplementação orçamentária própria” (SILVEIRA; JULIÃO, 2021, p. 44) –, até 2015, momento que se destaca por conquistas institucionais como a instalação de sua sede própria, e por movimentos em prol da visibilidade interna e externa; 3) de 2015 até os dias atuais, período que tem sido marcado pela busca da consolidação institucional⁴⁴ e por sua reformulação estrutural, a fim de se adaptar às demandas acadêmicas e sociais contemporâneas.

Vigente desde 2021, o atual Regimento⁴⁵ da RMECC, expressa essa diligência pela constante atualização dos seus propósitos e da sua organização. Como missão, outorga-se “a articulação e a proposição de políticas para o desenvolvimento de ações nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, relacionadas aos Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG” (RMECC, 2021). Para tanto, procura estabelecer uma estrutura de organização lastreada por agentes internos e externos à universidade. Deste modo, prevê a constituição de um Núcleo Técnico-Científico – composto por servidores do quadro da UFMG “lotados em cargos relacionados às áreas afins à missão da Rede de Museus” (RMECC, 2021), a quem compete planejar, desenvolver e avaliar projetos nas áreas de gestão, salvaguarda e comunicação de acervos; e de um Conselho Consultivo, “instância colegiada responsável por orientar e auxiliar o Conselho Coordenador no cumprimento de sua missão institucional” (RMECC, 2021). A este Conselho – integrado por representantes de instâncias acadêmicas e administrativas da universidade, bem como das secretarias municipal e estadual de cultura – cabe, dentre outras funções, “apoiar a formulação de políticas e diretrizes para a Rede de Museus” e “promover intercâmbios e parcerias da Rede de Museus com instituições congêneres” (RMECC, 2021).

Tal ordenamento tem o mérito de preconizar o envolvimento de diferentes competências e saberes instalados na universidade, bem como o de provocar agentes externos a cooperar com a construção de políticas cada vez mais abrangentes e inclusivas. No entanto, Silveira e Julião chamam a atenção para as muitas dificuldades enfrentadas para a efetiva consecução destes objetivos:

⁴⁴ Para se ter uma dimensão dos projetos em rede realizados no período, ver SILVEIRA e JULIÃO (2020).

⁴⁵ A RMECC teve outros dois regimentos anteriores, fixados pelas resoluções Nº 02/2010 e Nº 01/2016, ambas expedidas pela Câmara de Extensão da UFMG e disponíveis no arquivo institucional da RMECC.

Ainda que venha desempenhando um papel estratégico inquestionável, ao completar vinte anos de atividades, a Rede de Museus encontra-se em um momento crucial de sua trajetória. À medida que se delineiam as complexidades de gestão do patrimônio universitário, evidenciam-se alguns impasses na solução de problemas, uma vez que se tem apenas a organização em rede como amparo institucional. No quadro presente, as iniciativas articuladas se encontram ainda muito centradas em propostas que partem da coordenação e, o mais preocupante, dependentes, em quase sua totalidade, de uma estrutura que está muito aquém da necessária, para se levar a bom termo os projetos (SILVEIRA; JULIÃO, 2021, p. 53).

Um dos desafios persistentes que podemos inferir a partir do excerto acima, é a necessidade da articulação dos espaços entre si. Atualmente, são 25 os espaços integrantes da RMECC⁴⁶, bastante diversos em seus temas, acervos, públicos, programas, dentre outras particularidades. Esta heterogeneidade – à qual acrescenta-se a assimetria de vínculo e apoio institucionais –, pelo que deixam transparecer as palavras de Silveira e Julião, parece não estar confluindo para uma efetiva cooperação entre os espaços, enquanto seria de se esperar que tamanha diversidade contribuísse para a abertura de um amplo leque de possibilidades de interação virtuosa. Como acertar esse descompasso entre o potencial e a realidade das ações em rede? Eis uma questão para a qual a resposta, ao que tudo indica, está na necessidade de interação entre os espaços, independentemente da mediação ou da provocação da coordenação da RMECC. Em outras palavras, os espaços integrantes precisam dela se emancipar, para que passem a atuar efetivamente em rede. Pode soar paradoxal. Entretanto, se em sua gênese a urgência por recursos financeiros e pela qualificação do quadro de servidores/as e colaboradores/as foram os principais desafios enfrentados, o que exigiu o protagonismo da coordenação da RMECC na interlocução com instâncias deliberativas superiores da universidade, podemos presumir que a interlocução entre os espaços e o desenvolvimento de agendas comuns se destacam entre as exigências contemporâneas. Acreditamos que a FEU pode ser um impulso nessa direção. Para tanto, parece-nos fundamental que, além da identificação de pontos de contato, haja o alinhamento de perspectivas tangentes ao *quefazer* destes espaços.

Uma síntese dos contornos destes espaços foi realizada com base em pesquisa realizada entre 2019 e 2020, no âmbito da RMECC, respondida por 20 dos seus 25 integrantes. O levantamento evidenciou a diversidade temática e de tipos de acervos. Segundo Letícia Julião,

⁴⁶ Ver Quadro 1.

[...] 55% se enquadram na temática das Ciências Exatas, da Terra, Ciências Biológicas e da Saúde, 20% das Artes, Arquitetura e Linguística; 10% de História; 10% de Educação, Esporte e Lazer e 5% de Arqueologia e Antropologia. Similar à temática dos espaços, as tipologias de acervos também são diversificadas. [...] A maioria, 12 instituições, dispõe de acervos de Ciência e Tecnologia; 11 de Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Literatura; 9 de História, 8 de Ciências Naturais e História Natural, 5 de Antropologia e Etnografia e 2 de Arqueologia⁴⁷ (JULIÃO, 2023, p. 21).

Concatenar uma diversidade tão pujante é sem dúvida um desafio imenso, que só pode ser enfrentado caso haja permeabilidade recíproca. No desenrolar do diálogo propiciado pelo encontro é que surge a empatia, e daí a possibilidade de cooperação em torno de um objetivo comum. Portanto, o encontro – no sentido de contato, mas também na acepção de descoberta – é a condição primordial para o desencadeamento de qualquer transformação. A construção coletiva do *quefazer* desses espaços em apoio à FEU depende, pois, em primeira instância, da disposição para o encontro.

Cabe aqui uma breve digressão. Um aspecto da trajetória da mencionada professora Betânia Figueiredo pode nos auxiliar a ponderar sobre o potencial da RMECC de catalisar processos reflexivos, criativos e transformadores. Trata-se da sua atuação docente na disciplina “Arquivos e museus”⁴⁸, quando realizava trabalho de campo com seus alunos nos espaços afins da UFMG. No retorno à sala de aula, aspectos observados e vivenciados nestas visitas tornavam-se insumos para debates teóricos, assim como destes derivavam novos problemas conceituais e questões práticas que eram partilhados com os/nos espaços em campos subsequentes (LINHALES; MARQUES, 2023, p. 250-251). Podemos vislumbrar nesse tipo de movimento uma via para a objetivação da tão propalada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Mas o que nos interessa com esse breve desvio narrativo, é frisar que tal estratégia pedagógica, dialógica e reflexiva, promoveu encontros que abriram caminho para a conformação de um trabalho em rede que já soma mais de duas décadas de atuação. Isso porque, quando o Pró-Reitor de Extensão requisita o

⁴⁷ Os números somados são maiores do que o número de respondentes porque o questionário permitia respostas múltiplas, cf. Julião (2023).

⁴⁸ Atualmente, “Arquivos e museus históricos”, disciplina obrigatória do curso de bacharelado em História da UFMG, cf. <https://www.fafich.ufmg.br/colhis/wp-content/uploads/2023/03/Grade-curricular-do-Curso-de-Graduacao-em-Historia.pdf>. Acesso em 02 de mai. 2025.

auxílio da docente para sondar o interesse dos/as coordenadores/as dos espaços em construir uma instância de atuação conjunta, já havia relações prévias estabelecidas pelo diálogo propiciado pela dinâmica da mencionada disciplina. Diálogo que extrapolava a dimensão didática e alcançava as vicissitudes e êxitos do cotidiano dos espaços.

Como eu trabalhava com arquivos e museus, eu levava os meus alunos todos os anos para visitar museus e arquivos. Ou, se não, centros de documentação importantes. Então, eu tinha vários parceiros pela universidade, pessoas que me recebiam, que conversavam, que me diziam dos seus problemas, das suas angústias, do que elas conseguiam, do que não conseguiam. Então, eu ia no CECOR, por exemplo, no Centro de Conservação e Restauro, então, ali, eu conhecia as pessoas que trabalhavam, que me diziam se aquilo ali devia ser um curso ou não deveria ser um curso de graduação, quais eram os impasses, quais eram as dificuldades, em quais projetos eles estavam investindo. Eu ia no Museu de Ciências Morfológicas [...] e a Maria das Graças Ribeiro, na época, me explicava como é que ela estava fazendo, quais eram as dificuldades, porque que era um espaço tão visitado, porque fazia tanto sucesso (LINHALES; MARQUES, 2023, p. 250-251).

Com esse exemplo pretendemos destacar a aptidão dos museus e espaços de ciência e cultura para ações coletivas transformadoras, perceptível ainda na fase embrionária daquilo que viria a ser a RMECC. Mas, sobretudo, frisar que a empatia resultante dos encontros estabelece entre os/as agentes um imbricamento suscetível à *invenção* de soluções para questões que se lhes apresentam no decurso de suas atividades. Então, uma aproximação entre os espaços, num movimento de reconhecimento mútuo, de identificação de interfaces temáticas e conceituais, mas também de sinalização de pontos de fricção, pode confluir para o estabelecimento de práticas transdisciplinares, a serem postas à serviço da FEU. É o que abordaremos no tópico seguinte, tendo como referência certa perspectiva de comunicação museológica, que, como veremos, aproxima-se da concepção freiriana de comunicação.

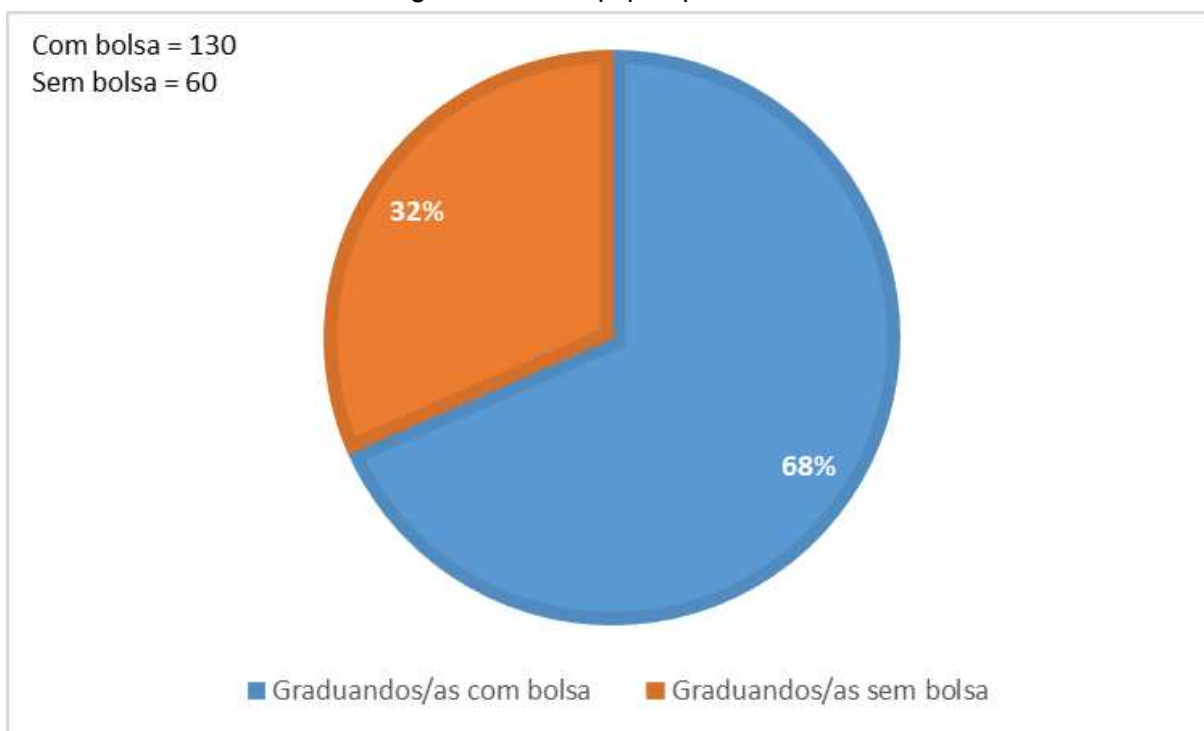
4.2 – Considerações acerca dos museus e coleções universitários e congêneres

Como comentamos anteriormente, são várias as denominações dos espaços que integram a RMECC. Especificamente: 3 *acervos* (Acervo Curt Lange; Acervo de Escritores Mineiros; Acervo Imagens de Minas); 12 *centros* (Centro da Memória da Engenharia; Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer; Centro de Memória da Escola de Enfermagem; Centro de Memória da Faculdade de Letras; Centro de Memória da Farmácia;

Centro de Memória da Medicina; Centro de Memória da Odontologia; Centro de Memória da Veterinária; Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação; Centro de Referência em Cartografia Histórica; Centro Virtual de Memória da Extensão; Centro de Coleções Taxonômicas); 3 *espaços* (Espaço Acervo Artístico UFMG; Espaço do Conhecimento UFMG; Espaço Memória do Cinema); 1 *estação* (Estação Ecológica UFMG); 1 *herbário* (Herbário Norte Mineiro); 5 *museus* (Museu Casa Padre Toledo; Museu da Escola de Arquitetura; Museu da Matemática UFMG; Museu de Ciências Morfológicas; Museu de História Natural e Jardim Botânico).

Nestes 25 espaços (ver Quadro 1), identificamos e analisamos, a partir dos registros obtidos através do SIEX/UFMG, o desenvolvimento de 68 atividades extensionistas, que contam com a participação de 190 graduandos/as integrando suas equipes, sendo que 130 destes/as são bolsistas (Gráfico 1), e cerca de 80% destas bolsas são vinculadas à PROEX. São estudantes oriundos/as de 43 diferentes cursos⁴⁹ (Gráfico 2), o que representa quase metade das graduações ofertadas pela UFMG⁵⁰.

Gráfico 1 – Graduandos/as integrantes das equipes por concessão de bolsa



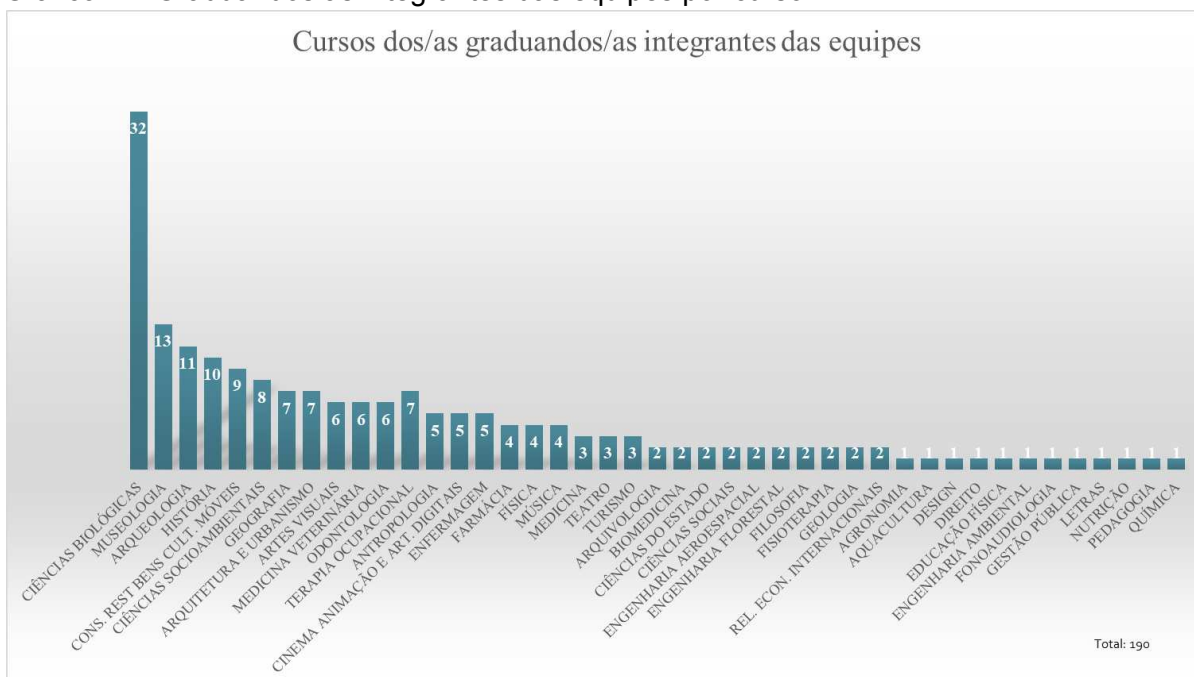
Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

⁴⁹ Cabe mencionar que os números se referem exclusivamente às atividades registradas no SIEX/UFMG no recorte temporal deste estudo, não podendo ser descartada, no entanto, a possibilidade de existirem outras práticas extensionistas não registradas no referido sistema, ou ainda, haver estudantes vinculados/as às atividades registradas e não listados/as no registro.

⁵⁰ São 97 os cursos de graduação oferecidos pela UFMG, sendo 76 bacharelados, 20 licenciaturas e 1 superior de tecnologia, conforme informa a universidade em: [https://www.ufmg.br/prograd/#:~:text=97-.Cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o.\(IGC%204%2C4167\)](https://www.ufmg.br/prograd/#:~:text=97-.Cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o.(IGC%204%2C4167)). Acesso em 28 jan. 2025.

Gráfico 2 – Graduandos/as integrantes das equipes por curso



Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFG.

Toda essa diversidade, obviamente, comporta um sem número de especificidades. No entanto, apesar de apenas uma minoria autointitular-se “museu”, para os fins do nosso estudo, propomos perscrutar todos os espaços sob a identidade de museu universitário, concordando, assim, com a afirmação de Letícia Julião de que

Ainda que o termo museu não identifique a maioria dos espaços da Rede de Museus, importa reconhecer que todos desenvolvem, de diferentes formas, processos museológicos, que implicam na salvaguarda e na comunicação do patrimônio científico e cultural (JULIÃO; SOUZA; SANTOS, 2021, *apud* JULIÃO, 2023, p. 23).

Adotando este ponto de vista, propomos uma aproximação entre as ideias de extensão aqui debatidas e a de comunicação museológica, acercando-nos, portanto, de perspectivas desenvolvidas no campo dos estudos da Museologia. Antes, porém, de aprofundarmos neste aspecto, observemos algumas características da constituição e desenvolvimento dos museus e das coleções universitários.

É bastante difundida a ideia de que o perfil dos museus modernos foi forjado no âmbito das universidades, onde as coleções eram utilizadas para fins didáticos e de pesquisa, mas também para exibição pública. O caso do Ashmolean Museum da Universidade de Oxford costuma ser citado de maneira emblemática, por ter sido o primeiro museu público da Grã-Bretanha e considerado o primeiro museu universitário do mundo. Inaugurado em 1683, origina-se da coleção particular do abastado Elias Ashmole, doada à universidade no ano anterior, que incluía itens da fauna, da flora, da geologia e da cultura material de diferentes povos e culturas ao

redor do mundo – bastante exemplar, aliás, da empresa predatória colonial, timidamente assumida na apresentação do museu em seu site institucional⁵¹ –, somada a uma coleção mais antiga pertencente à universidade.

Assim como ocorre com o Ashmolean, muitas coleções custodiadas pelas universidades são produzidas fora destas instituições e a elas doadas ou por elas adquiridas, seja pelo prestígio social que denotam, quer por uma presumida excelência na guarda e preservação dos objetos, ou ainda por entender que determinado acervo pode servir para fins acadêmicos, dentre outras motivações. Assim originaram-se, por exemplo, o Acervo de Escritores Mineiros, cuja coleção inaugural foi o acervo pessoal da poetisa Henriqueta Lisboa, doado por sua família (MARQUES, 2015), ou o Acervo Curt Lange, composto por um “conjunto de documentos acumulados em função da intensa atividade do musicólogo” (ACERVO Curt Lange – UFMG, 2025).

De outro modo, há aquelas coleções constituídas, primordialmente, de maneira endógena⁵², em torno de determinado campo de estudo, abrigando objetos da cultura material caros ao seu desenvolvimento. Nas palavras de Julião, destacam-se em tal tipo de acervo

[...] artefatos que cercam o cotidiano da vida universitária, compreendendo desde o mobiliário e o patrimônio edificado que conformam os ambientes acadêmicos até os objetos científicos. Nessa tipologia importa destacar os instrumentos científicos, máquinas, utensílios que dão suporte e viabilizam processos de produção e disseminação do conhecimento, prestando-se à observação e ao reconhecimento sensível de realidades; à demonstração ou à simulação de fenômenos, teorias ou leis (JULIÃO, 2020, p. 14).

Caracterizam-se desta forma, entre outros, o Centro de Memória da Farmácia – cujo acervo é “composto por equipamentos e utensílios utilizados no exercício da profissão, no ensino e na pesquisa farmacêutica, por material bibliográfico, relativo à formação e atuação do farmacêutico, e também arquivístico relacionado à história Faculdade de Farmácia/UFMG” –; o Centro de Memória da Odontologia – que reúne “acervos documentais sobre a Odontologia em Minas Gerais, além de espaço museológico e lugar de memória das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Faculdade de Odontologia da UFMG” –; e o Centro de Memória da Veterinária – “dedicado à preservação da memória material e imaterial da Escola de Veterinária”⁵³.

Julião destaca ainda que

⁵¹ “Though the collection has evolved considerably, the founding principle remains: that knowledge of humanity across cultures and across times is important to society. A laudable intention, but the uncomfortable truth is that much of *the collection was inevitably selected and obtained as a result of colonial power*” (texto disponível em: <https://www.ashmolean.org/history-ashmolean>. Acesso em 29 jan. 2025, grifo nosso).

⁵² Salientamos que a formação das coleções universitárias não obedece a critérios estanques. Pelo contrário, de maneira geral, seus contornos são delineados por um processo dinâmico, sem que fronteiras sejam rigidamente estabelecidas.

⁵³ As aspas neste parágrafo foram retiradas dos respectivos sites institucionais, cujos endereços podem ser verificados no Quadro 1.

Algumas coleções são constituídas com propósito exclusivo de ensino, e se prestam para ilustrar conteúdos; outras transitam dos laboratórios de pesquisa para as salas de aulas. Como apoio didático, são portadoras de informações que nutrem o conhecimento científico e emprestam materialidade a ideias abstratas ou a processos experimentais no exercício da docência (JULIAO, 2020, p. 14).

É o caso do Centro de Memória da Medicina (CEMEMOR), cuja implementação deu-se por uma demanda produzida no contexto da reforma universitária de 1968, como forma de reorientar o ensino da medicina. Entre as alterações curriculares promovidas, figurava como disciplina optativa o ensino de História da Medicina. No entanto, havia uma vedação a disciplinas exclusivamente teóricas. Daí a origem do espaço, pois

[...] o ensino da HM [História da Medicina] exigiu a criação do Cememor para que os estudantes participassem ativamente de sua montagem, das pesquisas e da expansão do acervo. Seria mais que um museu, constituindo-se em verdadeiro laboratório para reunião e levantamento de objetos, documentos e depoimentos. Reuniria professores, alunos, funcionários e outros estudiosos interessados na memória da Medicina (CENTRO MEMORIAL – UFMG, 2025).

Também o Centro de Coleções Taxonômicas (CCT) possui essa característica de constituição de coleções, sobretudo, para fins de apoio às atividades didáticas, à pesquisa e à extensão, e para isso, realiza “armazenamento, catalogação e disponibilização dos depósitos de material biológico e de espécimes da biodiversidade brasileira” além de “divulgar o conhecimento científico em relação à biodiversidade”(CENTRO DE COLEÇÕES TAXONÔMICAS – UFMG, 2025).

Não pretendemos inventariar as origens e missões de cada um dos espaços da RMECC, ainda que tais menções apareçam aqui ou ali ao longo do texto. As referências elencadas têm o propósito de demonstrar como as coleções universitárias possuem acervos os mais diversos, sobre uma profusão de temas, acumulados por diferentes motivações, mantidos sob desenhos institucionais ecléticos, entre outros tantos traços variantes, o que acreditamos ser a raiz da sua potência (in)formadora. Da mesma forma, entendemos serem os desafios diretamente proporcionais a uma tal complexidade. Daí ressaltarmos uma vez mais a necessidade dos encontros – nas acepções antes aludidas –, para que na reflexividade⁵⁴ desta prática sejam reconhecidos *quefazeres* recíprocos, que motivem ações verdadeiramente reticulares, e que estas possam convergir para uma FEU de excelência.

Mas para que seja possível imaginar um horizonte nesse sentido, faz-se imprescindível discernir e concentrar esforços para superar a disparidade do amparo institucional destinado aos espaços. Isso significa dotar aqueles mais vulneráveis de

⁵⁴ A acepção aqui utilizada não se refere a uma metáfora especular, mas sim em analogia com o verbo reflexivo, aquele que expressa uma ação praticada por um/a agente sobre si mesmo/a. Desta forma, o autor é ao mesmo tempo o agente e o receptor da ação.

recursos financeiros condizentes com suas necessidades, mas, sobretudo, de pessoal técnico e docente qualificado, com capacidade – e vontade! – de articular políticas e interações interna e externamente à universidade. Pois, muitas vezes dispersos pelo *campus* e entre os *campi*, desconhecidos da própria comunidade acadêmica, estes espaços devem ser capazes de se integrarem e buscarem ativamente o relacionamento – leia-se, a comunicação – com a sociedade, sob o risco de sucumbirem à invisibilidade e ao desprestígio. Para que isso não ocorra é necessário empenho institucional e políticas públicas voltadas para os museus universitários que considerem suas particularidades (CARVALHO *et al.*, 2023).

Em que pese a consolidação de importantes movimentos e de instâncias de debate, com destaque para o UMAC (Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários), vinculado ao ICOM (Conselho Internacional dos Museus), e para a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU), a legitimação desta esfera ainda permanece aquém da sua relevância acadêmica e cultural, pois muito mais que um patrimônio universitário,

[Estes acervos] documentam a cultura científica, intelectual e acadêmica, e podem ter natureza tão diversa quanto é a amplitude do saber e fazer humano. Comportam, por conseguinte, valores e significados que ultrapassam o interesse de comunidades universitárias específicas. São acervos que figuram como referências culturais da sociedade, constituem-se em recursos para o desenvolvimento humano e integram o que se pode identificar como patrimônio científico mundial (JULIÃO, 2020, p. 14).

Carvalho, Cunha e Julião publicaram, em 2023, uma análise de dados sobre os museus universitários brasileiros, frutos de um questionário enviado, em 2020, pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) – em parceria com o MEC – às instituições federais custodiadoras de museus. Em termos gerais, apresentam um quadro muito semelhante ao que descrevemos até aqui em relação à UFMG, de heterogeneidade em diferentes esferas. Em razão disso asseveram que

O cenário apresenta desde instituições mais simples e dependentes de outras estruturas internas das IFEs às que alcançaram posição de relativa independência e autonomia. Há que se considerar ainda que esse é um cenário em permanente processo de mudanças. Algumas experiências podem caminhar para a institucionalização nos moldes esperados para um museu. *Outras possuem perfil que efetivamente não se enquadra nesse modelo, sendo, portanto, necessário ampliar a reflexão sobre as instituições universitárias de salvaguarda de acervos, atentando-se para seus contornos específicos* (CARVALHO *et al.*, p. 412, 2023, grifo nosso).

Ao analisarmos o corpus documental indicado – como, de resto, em todo o trabalho –, tivemos em conta esta reflexão ampliada recomendada pelos/as autores/as, o que nos manteve alertas às peculiaridades institucionais dos espaços, tentando compreendê-los desde suas práticas extensionistas, evitando etiquetas padronizantes. Pois, a partir do exame destas práticas entendemos ser possível vislumbrar as práxis que as sustentam. Também compreendemos que o entendimento da extensão enquanto práxis alicerçada na comunicação acerca-se de

uma certa noção de comunicação museológica que pressupõe um alargamento do terreno do *museal*. Concepção tal que reconfigura o museu como um dispositivo que instiga reflexão e intercâmbio das experiências humanas, processo em que a comunicação – no sentido freireano (FREIRE, 2021) – ocupa papel central. Por esse ângulo, a comunicação não começa nem se esgota na exposição, mas institui-se como um processo dialógico imbricado no *quefazer* do museu, perpassando, portanto, todos os elos da cadeia museológica. Segundo Julia Moraes,

A contribuição de Souza (2013)⁵⁵ permite argumentar em favor do entendimento do museu como propositor de narrativas – e não impositor –, residindo aí sua dimensão comunicacional e seu potencial de transformação. Isto implica dizer que o museu comunica quando provoca, transforma, mobiliza. Em vista disso, entende-se a *comunicação* não apenas como um momento da musealização ou mesmo uma função museológica; é, *principalmente, uma dimensão e um horizonte a guiarem a própria existência dos museus* (MORAES, 2020, p. 154, grifos nossos).

Nesse aspecto, a comunicação se apresenta como *dimensão e horizonte* fundamentais comuns entre a extensão e o museu. Interseção que serve de inspiração à nossa análise.

4.3 – Comunicação museológica ou a musealização como mediação de um tipo específico de comunicação

A ideia de museu tem sido bastante reconfigurada nas últimas décadas, deixando este de ser identificado apenas como a edificação que abriga coleções e passando a ser entendido como uma manifestação social, uma forma de enxergar e interagir com o mundo. O tcheco Zbyněk Zbyslav Stránský, considerado um dos responsáveis pela concepção da Museologia como disciplina científica, dirá que é a musealização, não o museu, o objeto central de estudo desse campo do conhecimento. Nas palavras de Bruno Brulon, de acordo com o autor,

[...] se, analogamente, a escola não configura o objeto central da Pedagogia, ou o hospital tampouco é objeto de estudo da Medicina, como o museu, entendido pelos teóricos como um meio para se realizar determinado fim (STRÁNSKÝ, 1965), poderia ser o objeto central da Museologia? [...] os diversos caminhos teóricos da Museologia contemporânea levam essa disciplina a assumir a *musealização*, ato social de construção de valores e transformação de realidades *por meio da comunicação museológica, como o seu principal objeto de investigação* (BRULON, 2018, p.191, grifos nossos).

Nessa perspectiva crítica, eleger a *musealização*, enquanto processo, como uma forma comunicacional própria de uma certa operação social, implica os museus em um contexto de permanente interlocução com diferentes agências da sociedade. A recusa a uma tal interlocução – o alheamento face às emergências

⁵⁵ Referência a SOUZA, Elton Luiz Leite. Comunicação e mediação cultural. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 6, n.1, 2013.

contemporâneas, a evasão do presente –, nos termos de uma museologia crítica, parece afetar a própria relevância social da instituição museu. Pensar os museus a partir da singularidade da *comunicação museológica*, significa refletir conjunta e multilateralmente sobre desafios comuns e resoluções condizentes à pluralidade das perspectivas humanas. Estes conceitos nos serão úteis, pois, como aventamos – e demonstraremos –, mobilizá-los como chave para a leitura das fontes produzidas pelos espaços, contribuirá para imaginar alguns caminhos para a FEU no âmbito da RMECC, cujo foco incida nas correlações, conexões e controvérsias entre estes espaços e as agências que os conformam.

Neste sentido, nosso estudo se propôs a tatear possibilidades, conjecturar horizontes, vislumbrar – e instigar – interações rizomáticas, mais do que prescrever ações, o que seria incongruente com a própria dimensão comunicativa da qual aqui tratamos. Vamos, então, puxar o fio desta meada, para melhor explicitar como pretendemos instrumentalizar as noções supramencionadas.

4.3.1 – Cadeia de operação museológica

Musealia, musealidade e musealização, de acordo com Marília Xavier Cury (2020), é a tríade que emerge da virada conceitual – pós-moderna e pós-colonial – em torno das especificidades da Museologia enquanto disciplina científica, notadamente a partir da década de 1970, largamente influenciada pelo pensamento de Stránský⁵⁶. Assim a autora resume estes conceitos:

O primeiro conceito é *musealia* – objetos de museus (e não objetos no museu) ou objetos museológicos. O segundo conceito é *musealidade* como “qualidade” ou “valor” dos *musealia*. Um conceito está imbricado no outro e o que os une e dá sentido é a *musealização*, uma vez que é o processo de “reposicionamento” dos objetos em outro lugar, o museu, passando para outro sistema cultural, a preservação, e por outras lógicas, a museografia, para distintas finalidades – pesquisa e comunicação e, no caso dos museus universitários, o ensino. A tríade, na sua unidade, concilia a disputa do objeto de estudo da Museologia, dividido por muito tempo entre teoria e prática que se dá no museu (CURY, 2020, p. 133).

Do excerto acima cabe destacar duas questões. Uma delas é a centralidade das relações sociais na operação que se dá no encadeamento da referida tríade, da qual resulta o deslocamento semântico dos objetos. A musealia se estabelece a partir de um tipo específico de valoração de um objeto – aqui entendido para além do sentido estritamente material –, denominada musealidade. Este objeto, ao qual imputa-se tal caráter, por via da transformação operada pela musealização, transita entre diferentes dimensões da experiência humana. E é exatamente a experiência humana, a *deliberação* humana sobre o que é representativo da existência deste ou daquele grupamento, desta ou daquela vivência, de um tal ou qual comportamento, de uma maneira ou outra de conceber o mundo, é que provoca o *reposicionamento* do qual nos fala Cury. Em outras palavras, é o que induz à transmutação da

⁵⁶ Sobre o pensador e a Escola de Brno, ver BRULON (2017).

concepção original de determinada criação humana para o terreno dos símbolos. Se tivermos em conta que uma operação de tamanha complexidade e importância social não se produz num círculo exclusivo de um corpo técnico ou de doutos/as especialistas, mas que se elabora nas tensões e disputas em curso em dada contemporaneidade, concordaremos, então, que o processo de musealização é eminentemente uma manifestação social, que comunica posicionamentos éticos e políticos impressos nas escolhas do que é “musealizável”. Eis, então, a primeira questão que frisamos – a musealização como campo de representações, de disputas, portanto, de poder –, pois nos servirá como argumento em apoio à pertinência da FEU nos espaços da RMECC.

A segunda questão à qual nos remetem as palavras de Cury, refere-se a como o entendimento do elo entre *musealia* e *musealidade* – que se realiza pela comunicação – configura a musealização como prática baseada na reflexividade – ou seja, como práxis –, na ocorrência de uma efetiva retroalimentação entre prática e teoria, orientando a constante mutação de ambas, permeadas, obviamente, pelas suscetibilidades dos contextos em que se inserem. Ao dizer sobre a conciliação entre a teoria e a prática impulsionada pela perspectiva museológica crítica, a autora se refere ao processo de superação de um tipo de museu que Carla Padró (2003) identifica como domesticador, promotor de saberes disciplinares, tendente ao didatismo.

Padró, em *La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto y intercambio*, propõe uma leitura dos museus a partir da cultura institucional que produzem. Assim, aqueles que ela indica serem do tipo “tradicional”, ou mesmo os denominados “democratizantes” – no sentido de enfatizar o acesso ao maior público possível, numa lógica relacionada ao espírito diversionista do capitalismo tardio (PADRÓ, 2003, p. 56) –, cada um ao seu modo, cumprem a função de apaziguar, de conceber verdades inquestionáveis, de fragmentar a realidade em frames instagramáveis. Em suma, promovem uma apatia reflexiva, e servem, paradoxalmente, como dispositivos indutores de distúrbios da memória – parafraseando Mark Fischer (2024) –, pois, impelindo ao distensionamento, propagam o discurso do eterno presente, do fim da história, o que, em última instância, é a negação de qualquer possibilidade de mudança da ordem estabelecida.

A antítese desses modelos seria uma museologia crítica, que reconhece as tensões e as contradições da sociedade e a convida ao processo de musealização. Segundo Padró,

[...] cuando el museo admite una negociación constante de sus prácticas, estamos ante una cultura dominante débil, en pro de un cruce de culturas que cambian según el proyecto, su coyuntura y sus circunstancias. Su perfil será ya no socializador ni democratizador, sino social y democrático preocupado por fomentar una ciudadanía más crítica, más que solamente consumista. [...] En este sentido, tendremos otra visión de *los museos como comunidades de aprendizaje*, más que como instituciones” (PADRÓ, 2003, p. 60 grifo nosso).

Museus como comunidades de aprendizagem. É justamente o que defendemos que a FEU nos espaços da RMECC pode promover. Assim entendidos, esses espaços deixam de ser lugares de onde emanam saberes e, alicerçados na reflexividade, passam a se constituir como usinas de pensamento e conhecimento significativos, socialmente relevantes, pois socialmente concebidos e desenvolvidos. A cadeia museológica – da qual a musealização é o fundamento –, entendida como matriz do que é próprio deste campo, permite entender o museu como um meio de comunicação com compromisso público.

Voltemos às palavras de Padró, que, aludindo a Stuart Hall, considera

[...] los museos no tanto como instituciones, sino como una práctica significativa que se relaciona con otras prácticas que forjan valores culturales, como por ejemplo los parques temáticos, los centros comerciales, la publicidad y los medios de comunicación. Son lugares donde se comparten redes de conocimiento, formas de acceso, códigos, convenciones y sistemas de lenguaje (HALL, 1997). Son prácticas con una responsabilidad pública: circular ideas, valores, concepciones, deseos, mitos, estereotipos que inciden en nuestra forma de pensar y de nuestra forma de moldear la conciencia (STEINBERG; KINCHELOE, 2000) y por tanto *tienen un papel social y cultural clave para entender los cambios en nuestras sociedades* (PADRÓ, 2003, p. 52, grifos nossos).

Se admitirmos que os espaços integrantes da RMECC cumprem o papel chave atribuído aos museus pela autora, o posicionamento no âmbito universitário torna-os, potencialmente, lugares privilegiados para a FEU. Pois se é dever inequívoco da universidade dialogar com a sociedade na qual se insere, a prática extensionista destes/nestes lugares apresenta-se como uma via comunicacional bastante apropriada. Além do mais, a responsabilidade pública e o papel social e cultural aventados coincidem com muitas das tarefas próprias da prática acadêmica – questionar, imaginar hipóteses, problematizar, alertar, fomentar o debate público, conhecer e dar a conhecer. E, se considerarmos, ainda, que estes espaços, cada qual à sua maneira, transitam pela cadeia operatória museal, podemos argumentar que a práxis comunicativa que se realiza neste trânsito adequa-se à premissa de articular o ensino com a extensão para “promover o diálogo e a troca de saberes entre sociedade e universidade e qualificar a formação dos estudantes de Graduação” (UFMG, 2024, p. 76).

Mas, se é iniludível a aptidão dos espaços para a FEU, também o é a enormidade do desafio em realizá-la em conformidade com os preceitos em voga. Não é nada simples, como os textos normativos podem fazer crer, articular ensino, extensão e pesquisa. Da mesma forma, estabelecer processos profícuos de comunicação nesses espaços é um tanto complexo. Para enfrentar essas tarefas, é imprescindível que se tenha em mente a assertiva e os questionamentos formulados por Julião:

Nessa cadeia da musealização, a comunicação museológica figura certamente como o grande desafio para os museus ou instituições com interface museológica nas universidades. Como estabelecer uma comunicação para uma audiência ampliada, equilibrando-a com as

demandas específicas de pesquisa e de ensino, próprias do cotidiano universitário? Que diferencial podem os museus universitários oferecer ao público? (JULIÃO, 2020, p. 15).

4.4 – FEU na RMECC: os registros no SIEX/UFMG

Apresentados os pressupostos que orientam nosso entendimento sobre extensão, bem como situados os aspectos que nos permitem ler os espaços integrantes da RMECC pela ótica dos museus universitários, isto é, para além, das denominações por estes adotadas, passaremos a explicitar como utilizamos as informações disponíveis no SIEX/UFMG para vislumbrar os contornos das práticas extensionistas. Ato contínuo, discorreremos sobre como estes espaços podem ser mobilizados no atual contexto da FEU.

Convém retomarmos as perguntas que guiaram este estudo, expressas originalmente na introdução deste texto. Quais os tipos de ação extensionista os espaços integrados à RMECC têm desenvolvido? Quais concepções de extensão são expressas? Como estudantes de graduação são inseridos nas atividades extensionistas? Qual papel desempenham? Com quais objetivos? De que forma essas ações se relacionam e cooperam com a formação acadêmica dos/as estudantes de graduação? Quais são os públicos idealizados e como os/as graduandos/as interagem com estes?

Procuramos nos aproximar de possíveis respostas, fundamentalmente, a partir da análise dos registros das ações de extensão inseridos no SIEX/UFMG pelos espaços. Estes registros são acessíveis à consulta pública e reúnem informações bastante detalhadas sobre as atividades. O/a consulente pode optar entre navegar diretamente pelas abas dispostas na página do sistema (Figura 1) ou baixar um arquivo do tipo PDF com todas as informações aglutinadas⁵⁷. Esta funcionalidade – de extração do arquivo – foi especialmente útil à pesquisa, pois permitiu estabelecer o corte temporal necessário à padronização das fontes. Isso porque os dados das atividades registradas no SIEX/UFMG são constantemente atualizados – por motivos diversos, como alterações na equipe, inserção de resultados, adequação das premissas etc. –, o que exigiu que os arquivos da amostra fossem todos baixados do sistema no mesmo dia, 19 de outubro de 2024. Deste modo, enquadrámos todos os espaços na mesma fotografia, assim como garantimos a estabilidade das fontes, ou seja, asseguramos que as informações em análise não seriam alteradas ao longo do percurso da investigação.

⁵⁷ Os arquivos dos registros das atividades de extensão no SIEX/UFMG podem ser pesquisados e baixados em: <https://sistemas.ufmg.br/siex/PrepararPesquisarAcaoExtensao.do?clean=1>. Acesso em 13 mai. 2025.

Figura 1 – Abas do SIEX/UFMG

SIEX/UFMG
Sistema de Informação da Extensão

Bem-vindo(a) Visitante sair | minha ufmg

Programa - 500080 - Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG

Imprimir

Identificação	Descrição	Equipe	Atividades Vinculadas	Parcerias	Abrangência	Resultados Alcançados	Histórico	Anexos
Registro:	500080							
Aprovado pelo CENEX Faculdade de Odontologia em:	14/08/2024							
Status:	Atividade em desenvolvimento							
Título:	Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG							
Data de início:	04/11/2009	Previsão de término:	28/01/2026					
Aprovação vigente até:	28/01/2026							
Caracterização								
Ano em que se iniciou a atividade:	2009							
Unidade/Órgão de execução:	Faculdade de Odontologia							
Departamento/Setor de execução:	Departamento de Clínica, Patologia e Cirurgia Odontológica							
Área Temática de Extensão:	Cultura							
Áreas Temáticas de Interface:	Educação							
Linha de Extensão:	Patrimônio Cultural, Histórico e Natural e Imaterial							
Grande Área do Conhecimento:	Ciências Humanas							
Grandes Áreas do Conhecimento de	...							

Fonte: SIEX/UFMG.

Antes de prosseguirmos, é preciso mencionar que especulamos a utilização de outras fontes para conjugarmos com esta que elegemos, o que se mostrou inviável, dado o tempo exigido para o exame dos registros do SIEX/UFMG, inversamente proporcional ao exíguo prazo para a conclusão deste trabalho. O volume do material, somado às características do seu conteúdo – que oscila entre respostas “abertas” e “fechadas” –, demandou a concentração dos nossos esforços. Todavia, outros tantos recursos seriam igualmente pertinentes ao estudo das questões enunciadas, como entrevistas com sujeitos atuantes nos espaços ou as preciosas exposições da Mostra Virtual Pesquisa e Extensão da RMECC⁵⁸, o que deixamos como sugestão para futuras abordagens. Assim, sublinhamos que a análise dos documentos como propomos, ainda que de grande valia na composição de um quadro geral, por si só, não é capaz de responder plenamente às perguntas retomadas no início deste tópico. Um exame pormenorizado de como se realiza na prática o que verificamos nas fontes consultadas – o que escapa aos limites deste

58

Disponível

em:

https://www.ufmg.br/rededemuseus/mostravirtual2020/?view_mode=masonry&perpage=96&paged=1&order=DESC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only=meta. Acesso em 04 mai. 2025. Trata-se de um repositório excepcional de apresentações das atividades desempenhadas pelo/as estudantes (relatadas por estes/as) integrantes das equipes das ações extensionistas realizadas nos espaços integrantes da RMECC.

trabalho – daria conta de conclusões ainda mais complexas do que as que passamos a apresentar.

Isso posto, vamos aos caminhos da pesquisa. A princípio, pensamos em realizar no SIEX/UFMG o levantamento e análise somente das atividades vinculadas à ação extensionista de número N°500080. Trata-se de ação extensionista intitulada “Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG”, registrada como programa, modalidade “caracterizada pela atuação diversificada e integrada de atividades de extensão orientadas por um eixo articulador, que deve englobar determinado público, temática, linha de extensão ou recorte territorial e conter, pelo menos, dois projetos vinculados” (UFMG/CEPE, 2024). Data de 2009, tendo computadas, desde então, 65⁵⁹ ações extensionistas a ele vinculadas, nas modalidades projetos e eventos. Em seu registro consta como objetivo geral “articular e propor políticas para o desenvolvimento de ações nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, relacionadas aos Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG” e “promover a comunicação e integração com e entre os seus espaços participantes” (UFMG, 2025). Informa ainda que “cada projeto desenvolvido no âmbito do programa observa, por conseguinte, metodologias específicas, condizentes com o escopo de seus objetivos, os quais têm como horizonte de convergência a salvaguarda e a comunicação do patrimônio científico-cultural da UFMG” (UFMG, 2025). Os projetos mencionados são desenvolvidos pelos espaços integrantes ou ainda por iniciativa da Coordenadoria da RMECC⁶⁰, neste caso, ações estruturantes “que abordam temáticas comuns e abrangem vários espaços ao mesmo tempo” (UFMG, 2025).

Apesar da grande relevância do programa nº 500080, uma amostra composta exclusivamente pelas ações dos espaços a ele vinculadas, logo de saída, mostrou-se insuficiente para o tipo de exame que pretendíamos realizar. E, de fato, o recorte final indicou que 68% das atividades ficariam de fora da análise se mantivéssemos o critério inicial. Então, expandimos a busca a todas as ações registradas no SIEX que fossem vinculadas aos espaços integrantes da RMECC e que estivessem com o status “atividade em desenvolvimento”. No curso deste novo movimento, percebemos, uma vez mais, a necessidade de ampliação do rol de averiguação, pois verificamos a existência de certos “registros desatualizados” que, apesar de assim assinalados, contavam com graduandos/as atuando em suas equipes, ou seja, com período de participação vigente informado no sistema.

Entre as atividades pesquisadas há também aquelas que, apesar de “em desenvolvimento”, não dispõem de estudantes em suas equipes no intervalo pesquisado. No entanto, o que nos levou a incluí-las no estudo foi o fato de terem preenchido o campo “Plano de atividades” referente aos/às “Estudantes membros da equipe”, o que permite perscrutar a concepção de formação em extensão aventada,

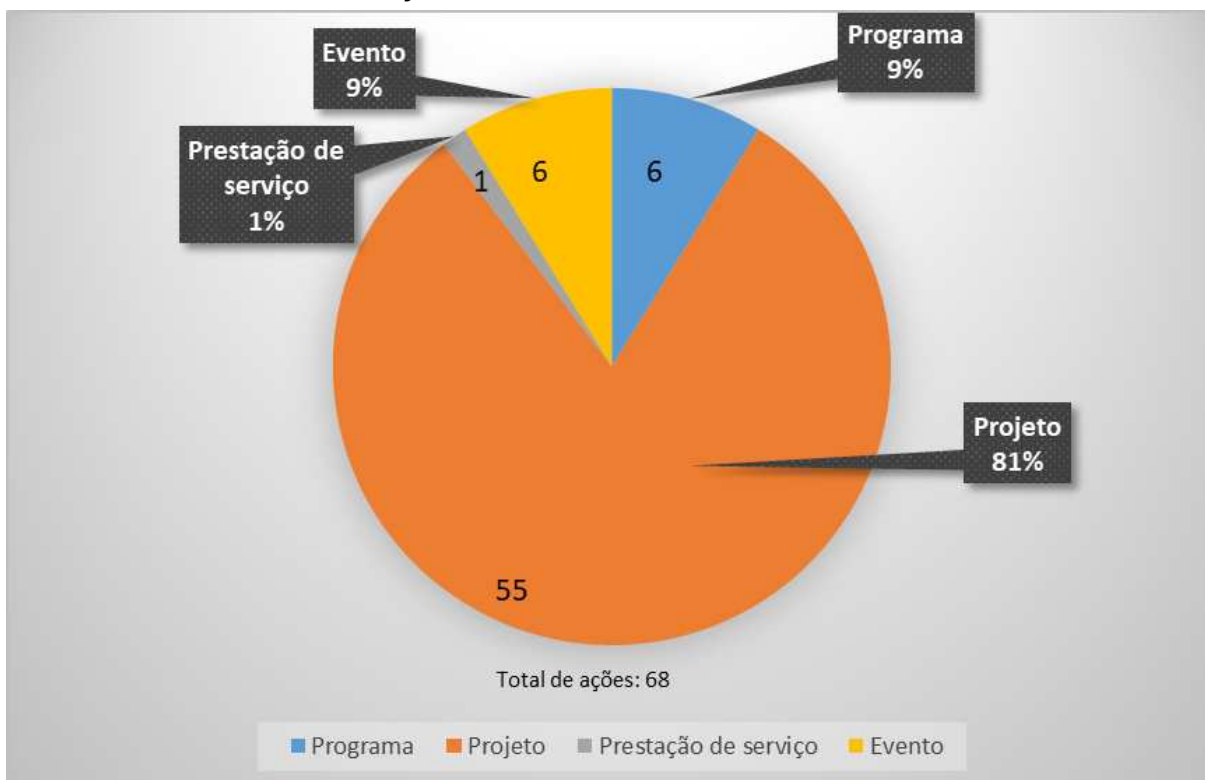
⁵⁹ Destas, 29 com o status “atividade concluída”, 18 “em desenvolvimento”, e as restantes “registros desatualizados” ou “prazo de vigência expirado”.

⁶⁰ Dada a opção deste estudo em concentrar a análise nas ações desenvolvidas pelos espaços participantes, as atividades desempenhadas pela Coordenadoria da RMECC não foram consideradas.

coadunando, desta forma, com nosso objetivo de perceber como os espaços têm atuado na FEU e, não menos importante, vislumbrar potencialidades nessa direção.

Assim, chegamos à amostragem descrita no Quadro 2. Em síntese, foram consideradas 68 ações de extensão, nas modalidades programa, projeto, evento e prestação de serviço (ver Gráfico 3), desenvolvidas por 21⁶¹, dos 25 espaços integrantes da RMECC.

Gráfico 3 – Modalidades das ações extensionistas



Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

Assim delimitada a amostra, privilegiamos o exame dos seguintes campos dos registros: área temática da extensão; áreas temáticas de interface; linha de extensão; vínculo com ensino; vínculo com pesquisa; vínculo com outras ações de extensão; caracterização do público de interesse; palavras-chave; descrição (com ênfase nos tópicos, “introdução e justificativa” e “metodologia”); estudantes membros da equipe (principalmente o subtítulo “plano de atividades”); e equipe.

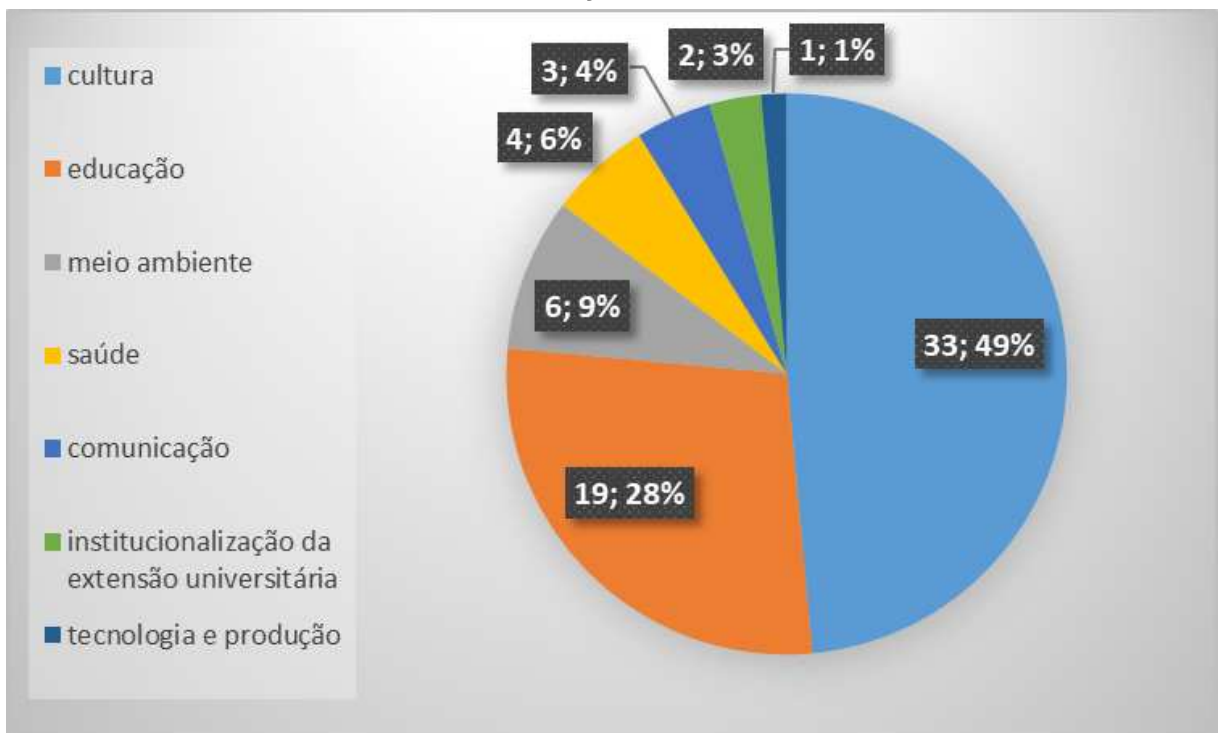
As Áreas Temáticas de Extensão mais recorrentes são Cultura⁶² e Educação, balizando 77% das ações. Ainda foram referenciadas, as áreas de Saúde; Meio

⁶¹ No recorte definido para a amostra, não foram encontrados registros de ações pelos seguintes espaços: Centro de Memória da FALE; Espaço Acervo Artístico; Centro da Memória da Engenharia.

⁶² As atividades relacionadas ao Museu Casa de Padre Toledo (MCPT) analisadas são todas vinculadas ao programa “Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura”, registrado no SIEX/UFMG sob o nº 500493. Este programa, bem como todas as atividades a ele vinculadas têm como área temática a Cultura. Importante observar, ainda, que tais atividades, em geral, são desenvolvidas em diferentes espaços e contextos na cidade de Tiradentes, inclusive no MCPT.

ambiente; Institucionalização da extensão universitária; Comunicação; Tecnologia e produção (ver Gráfico 4). Se observarmos mais de perto estes números, verificando a ocorrência de determinada área temática por espaço desenvolvedor, percebemos que a proporção se mantém, apontando um primeiro indício das identidades extensionistas destes espaços (ver Quadro 3 e Gráfico 5).

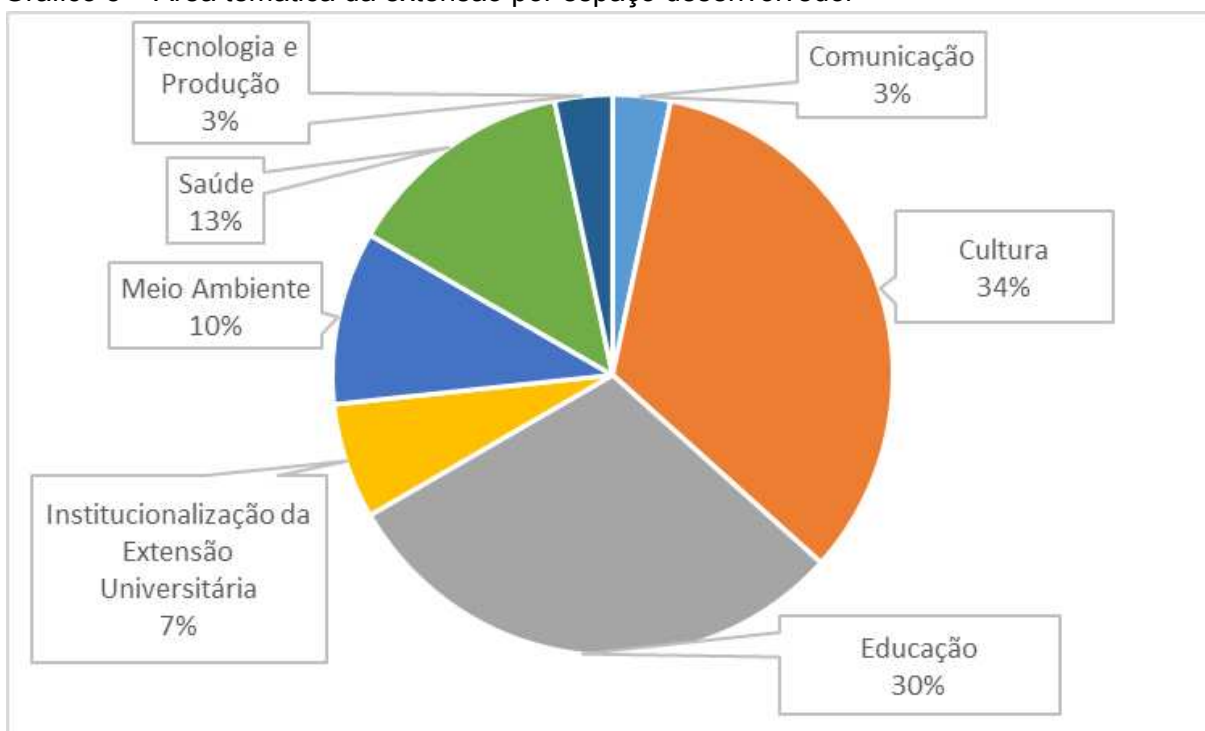
Gráfico 4 – Área temática de extensão das ações desenvolvidas



Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFG.

Gráfico 5 – Área temática da extensão por espaço desenvolvedor



Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFG.

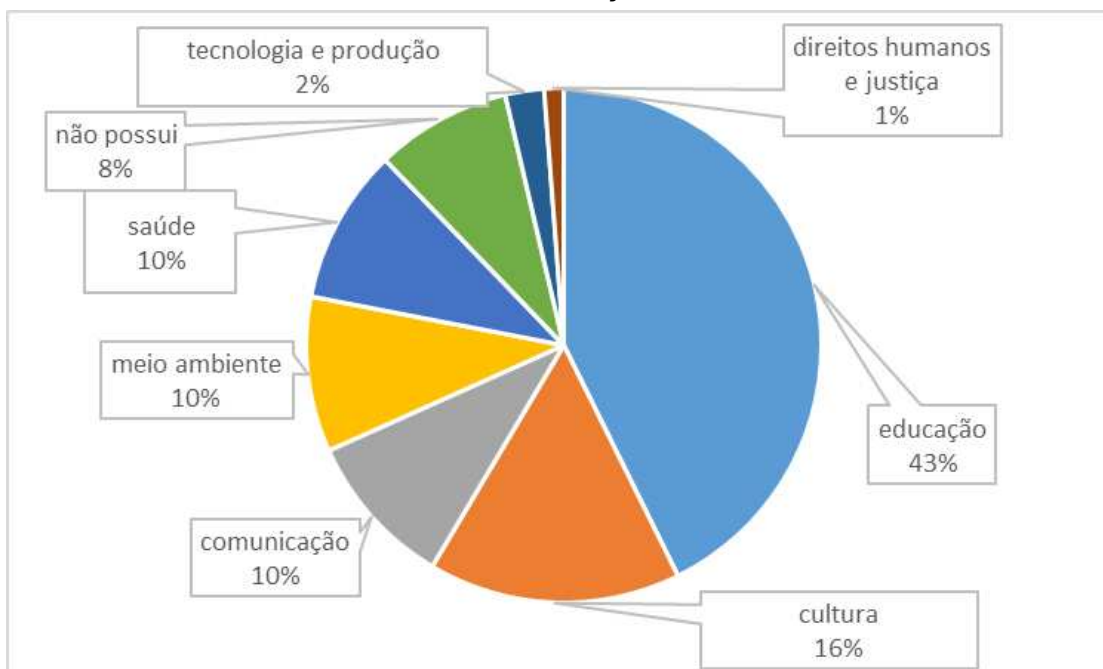
Ainda sobre a macro identificação das ações, temos os indicadores “Áreas Temáticas de Interface” – que, segundo orientação do sistema⁶³, devem ser informadas somente caso “o objeto da atividade perpassasse por mais de uma Área Temática” –, e “Linha de Extensão” – que “especifica e detalha os temas para a nucleação das atividades de extensão”. Estes campos são de preenchimento circunscrito, devendo ser escolhida uma das opções apresentadas em um menu suspenso. O sistema permite a inclusão de mais uma área de interface, não ocorrendo o mesmo com a linha de extensão, que admite apenas uma resposta. Também entre as áreas de interface predominam Cultura e Educação, nesse caso invertendo as posições, com a Educação alcançando 43% dos registros (ver Gráfico 6). Se cruzarmos os dados proporcionais referentes às áreas temáticas, com os das áreas temáticas de interface, a Educação salta para expressivos 73%. Isso nos permite afirmar ser esta a principal temática das ações extensionistas desenvolvidas pelos/nos espaços integrantes da RMECC, seguida pela Cultura, com também significativos 65% de menções.

Quanto às linhas de extensão, identificamos 20 variedades (ver Gráfico 7), destacando-se as linhas “Patrimônio Cultural, Histórico e Natural e Imaterial”, com 27 ocorrências, e “Espaços de Ciências”, com 14, juntas representando dois terços

⁶³ A mencionada orientação aparece quando repousamos o cursor do mouse sobre um ícone representando um ponto de interrogação. Esta funcionalidade só é visível se o/a usuário/a for o/a coordenador/a da atividade e acessar o sistema realizando o login pelo minhaUFG (sistema que gerencia os perfis individuais da comunidade acadêmica). Portanto, nesse caso, só foi possível verificar a informação pelo fato de o autor se enquadrar no perfil especificado.

desse universo. Também aparecem em mais de uma ação “Questões ambientais” (5), “Saúde humana” (3), “Artes integradas” (3) e “Artes visuais” (2).

Gráfico 6 – Áreas temáticas de interface das ações



Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

Gráfico 7 – Linhas de extensão das ações desenvolvidas

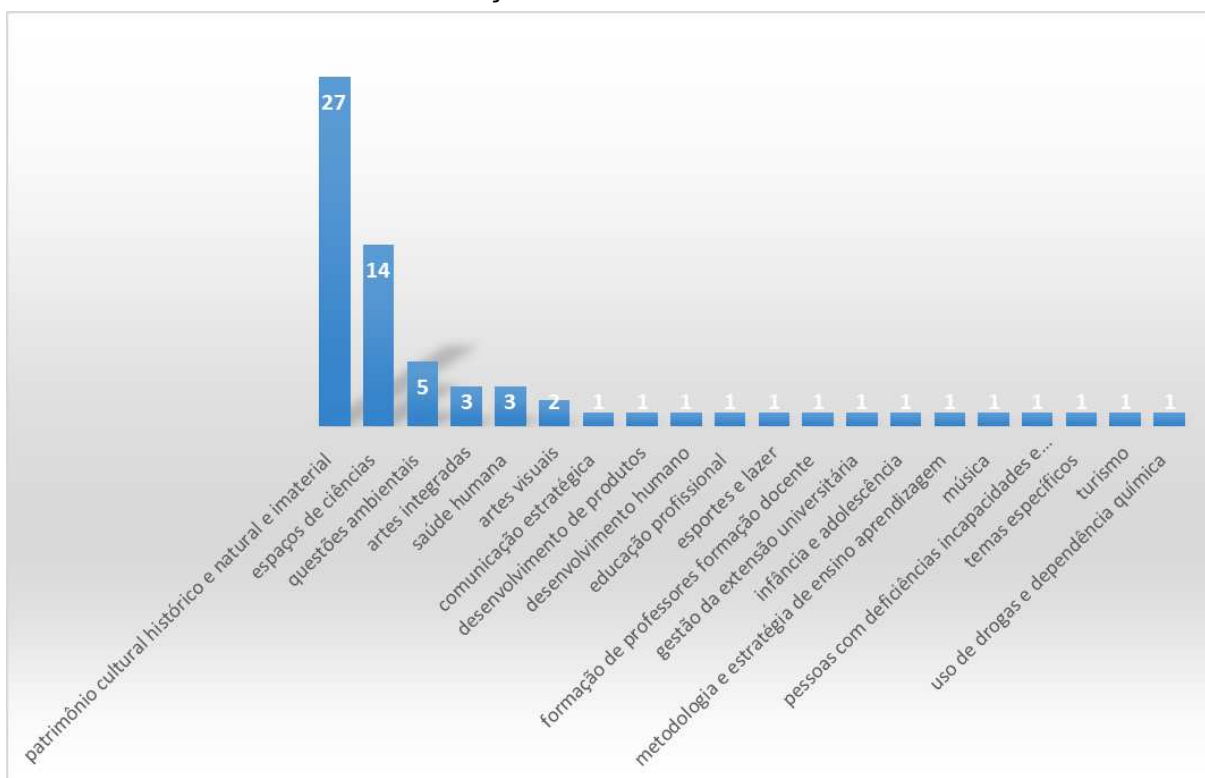


Gráfico elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

Toda essa variedade temática é organizada majoritariamente sob a modalidade projeto, o que pressupõe ações que tendem a se estabelecer por períodos prolongados, tendo em vista seu caráter de construção coletiva processual. Segundo as Normas Gerais da Extensão da UFMG, projeto é uma

atividade que se constrói juntamente com a comunidade externa em torno de objetivos que necessitam de trabalho processual e contínuo para ser alcançados, com atuação na produção e na construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social, cultural, artístico e tecnológico, podendo abranger, de forma vinculada, cursos, eventos e prestação de serviços (UFMG/CEPE, 2024).

A incidência acentuada de ações nessa modalidade denota certa estruturação planejada das práticas extensionistas. Para se ter uma ideia, a média de longevidade entre os 55 projetos analisados é de aproximadamente nove anos, sendo que 25 têm dez anos ou mais de existência. Aqueles com registros mais antigos estão vinculados ao programa do Museu de Ciências Morfológicas, datando de janeiro do ano 2000⁶⁴. Essa perenidade é sem dúvida essencial ao planejamento a longo prazo, assim como à consolidação da FEU. Eis, portanto, outro indicativo assertivo do que vimos propalando como uma vocação dos espaços da RMECC, que estão presentes em 14 unidades acadêmicas da UFMG, ou seja, em dois terços destas (ver Quadro 4).

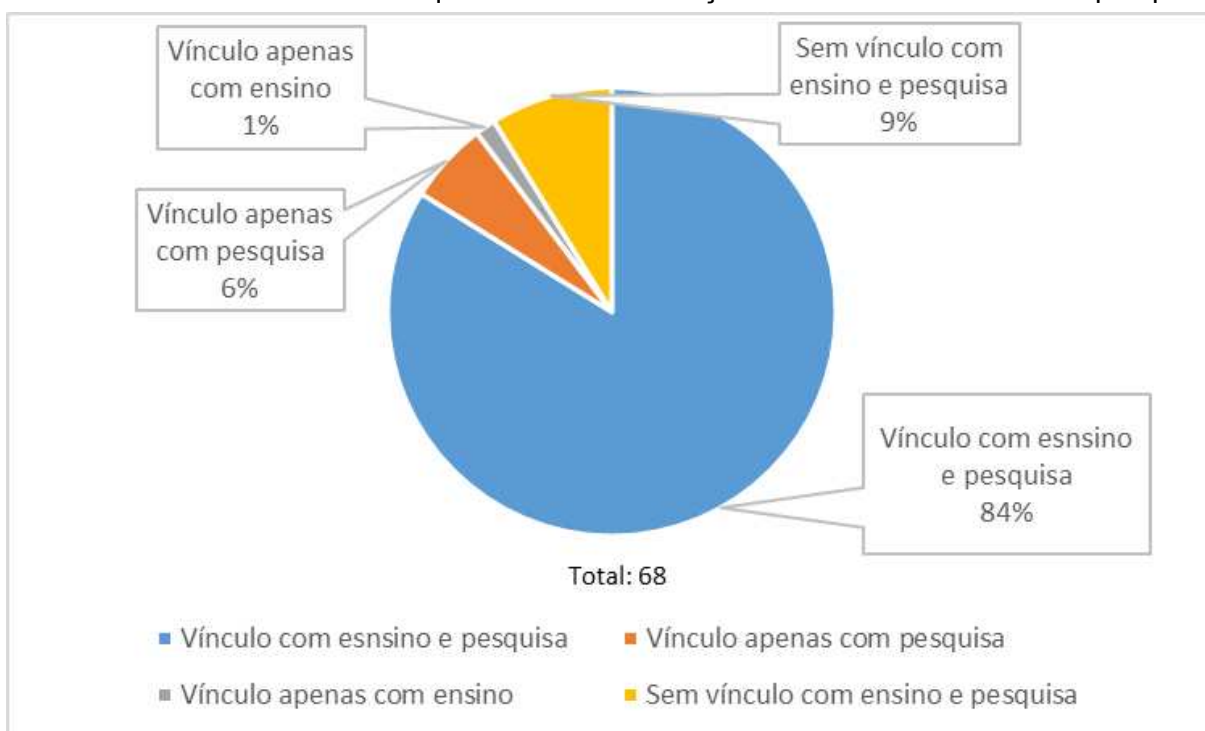
O prolongamento no tempo dos programas analisados é ainda mais duradouro, com uma média próxima a 19 anos, sendo o Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG⁶⁵ – do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB) – e o Programa CEDOC – da Faculdade de Educação – o mais longo e o mais recente, respectivamente. Além destes, o Espaço do Conhecimento UFMG; o Centro de Coleções Taxonômicas, o Museu de Ciências Morfológicas e a Estação Ecológica, também são espaços que desenvolvem programas (ver Quadro 5). Importa notar o índice significativo de vinculação das ações analisadas a estes e a outros programas, o que pode ser verificado na compilação apresentada no Quadro 6.

Podemos dizer que as ações extensionistas estudadas vão ao encontro da tão enaltecida indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Afinal, 84% dos registros dão conta do vínculo com o ensino e a pesquisa, e outros 7% ainda apontam o vínculo apenas com a pesquisa ou somente com o ensino, como ilustra o Gráfico 8.

⁶⁴ A data de registro no SIEX/UFMG não reflete, necessariamente, a data de início da atividade. Há um campo no sistema em que se pode informar o “ano em que se iniciou a atividade”.

⁶⁵ A data de registro do programa informada é 01/01/1989, ou seja, anterior ao lançamento do SIEX/UFMG, em 1993.

Gráfico 8 – Atividades quanto à vinculação ao ensino e à pesquisa



Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFGM.

Esse perfil melhor se delineia quando olhamos para as atividades desenvolvidas pelos/as estudantes que integram as equipes. Mas antes de passarmos a este tema, é preciso detalhar como foram mobilizadas as informações que resultaram nos próximos dados que comentaremos.

Veremos que no Caderno de Referências que produzimos como recurso educacional, foram inseridas algumas nuvens de palavras. O método que utilizamos para conformá-las foi inspirado na “Palavra do ano” do Dicionário Oxford, cujos “lexicógrafos analisam a língua inglesa para resumir palavras e expressões que refletiram nosso mundo durante os últimos 12 meses”⁶⁶. Sobre a metodologia, a Oxford University Press informa que são analisados

[...] dados e tendências para identificar palavras e expressões novas e emergentes, que nossos lexicógrafos consideram uma “unidade única”, e examinamos as mudanças no uso da linguagem mais estabelecida. A equipe também considera sugestões de nossos colegas e do público, e relembra os momentos mais influentes do ano no mundo para embasar sua lista — culminando em uma palavra ou expressão de significado cultural (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2024).

Imaginamos que parte dessa ideia poderia ser replicada na análise das expressões utilizadas pelos espaços integrantes da RMECC ao descreverem, no SIEX/UFGM, as ações extensionistas desenvolvidas. Supusemos, analogamente

⁶⁶ Conforme a Oxford University Press, disponível em: <https://corp.oup.com/word-of-the-year/#our-approach>. Acesso em 16 mai. 2025.

aos lexicógrafos ingleses, que a recorrência de determinados termos e expressões – sobretudo nas partes de preenchimento aberto do formulário – indicariam entendimentos compartilhados relativos ao universo em que atuam. Assim, a compilação desse léxico poderia nos aproximar de certa “unidade única” semântica sobre *quefazeres* comuns concernentes à formação dos/as estudantes nos espaços. Obviamente, poderia igualmente demonstrar o contrário. Mas acabamos por constatar aquilo que aventamos, um alto nível de consonância.

Tomemos como exemplo o campo “Plano de atividades” sob o tópico “Estudantes membros da equipe”, que é de preenchimento aberto no sistema, limitado a 1500 caracteres. Dada a ampla variação vocabular, foi necessário reduzirmos o conteúdo dos registros a termos sucintos, para propiciar uma análise comparada. O que fizemos foi juntar sob termos genéricos sentenças análogas. Por exemplo, ao termo “participação em ações de preservação do acervo” foram atribuídas frases como “monitoramento ambiental da reserva técnica”, “realização da manutenção da higienização e conservação preventiva”, “higienização e preservação do acervo”, “organização e limpeza da reserva técnica”, entre outras. Ou então, sob o termo “mediação”, orações tais quais “realizam atendimentos e consultorias ao público quanto à produção de mudas, plantio e manejo de plantas”, “recepção das escolas durante as visitas e realização das atividades de mediação”, e assim por diante.

Note-se que há um maior ou menor grau de subjetividade na interpretação das assertivas originais, justamente porque estas variam quanto à objetividade. “Os estudantes vão atuar na produção de conteúdos para o Guia do Educador” e “planejamento das palestras a serem realizadas fora da Universidade”, ambas sentenças sob o termo “produção de conteúdo de mediação e comunicação”, são exemplares de objetividade e subjetividade, nessa ordem. Portanto, claro está, que o arranjo que produzimos e ora apresentamos esbarra em limites dessa natureza, o que não chega a obstar sua instrumentalização para os fins propostos. Esse mesmo procedimento foi adotado na análise dos campos “palavras-chave” e “público de interesse”, também de preenchimento aberto no SIEX/UFMG.

Reduzidas as expressões a termos correlatos padronizados, pudemos conceber nuvens de palavras como manifestação das práticas e sentidos difundidos entre os espaços. Diferentemente da nossa referência britânica – porém com o mesmo objetivo de retratar uma atmosfera –, optamos por dispor em conjunto todas as ocorrências verificadas, ao invés de destacarmos apenas uma. Assim, foi possível representar graficamente esse universo, conciliando o nosso objetivo analítico à nossa proposta de difusão das perspectivas extensionistas no âmbito da RMECC. A apresentação dos termos agregados em formato de ícone, pensamos, adéqua-se ao contexto contemporâneo, fortemente marcado pela disputa da atenção, em que a imagem parece potencializar as chances de captá-la⁶⁷.

⁶⁷ Aliás, é necessário dizer que o recurso que apresentamos, em termos de *design*, foi produzido de maneira absolutamente amadora, dadas as limitações do autor nessa seara.

Já em termos analíticos, conseguimos medir a incidência de tal ou qual perspectiva. Assim, chegamos a 22 diferentes atividades previstas nos planos direcionados aos/as estudantes de graduação integrantes das equipes extensionistas, conforme demonstrado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Atividades desenvolvidas por graduandos/as integrantes das equipes

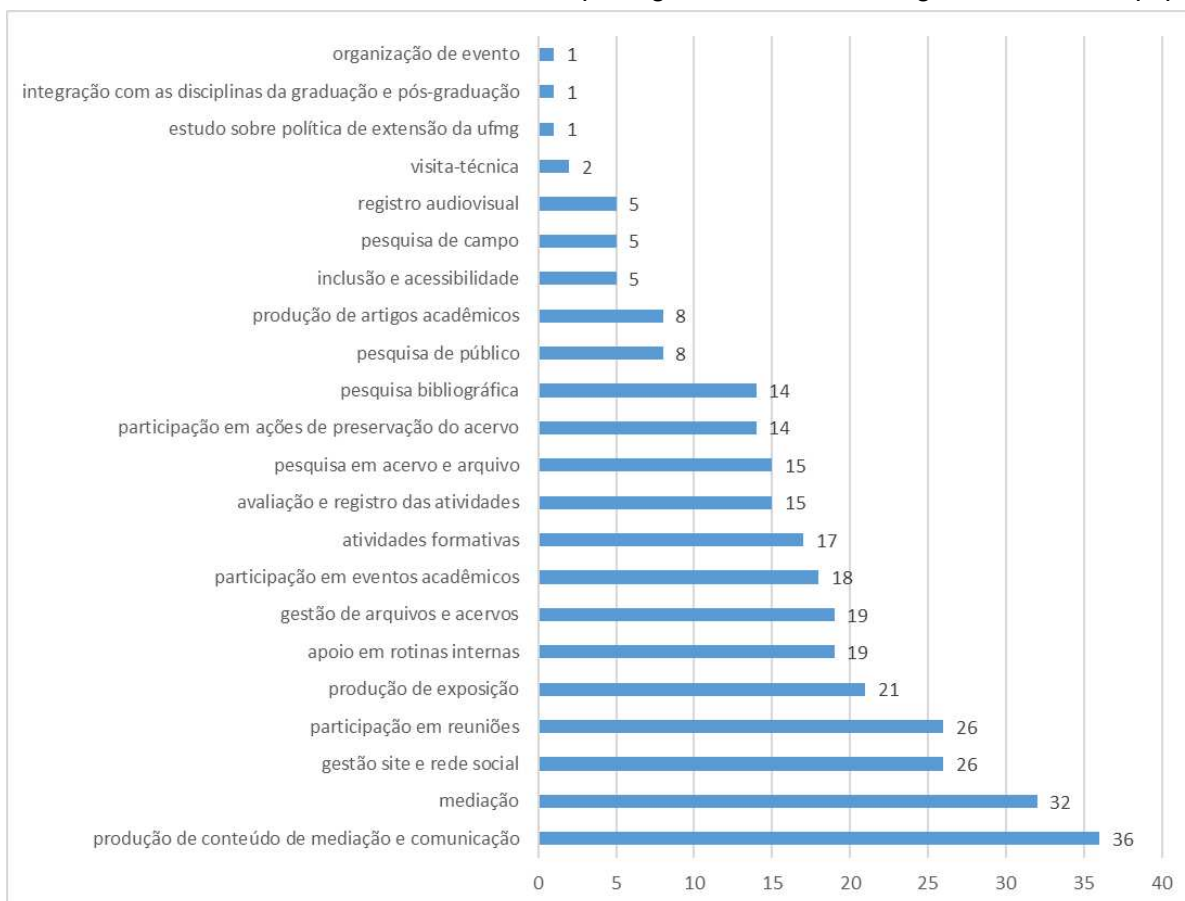


Gráfico elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

Como dissemos acima, a participação dos/as graduandos/as nas ações é mais um indicativo da aludida conexão com o ensino e a pesquisa, o que pode ser percebido em práticas como pesquisa nos acervos e arquivos dos espaços, realização de pesquisa bibliográfica, participação em eventos acadêmicos e em atividades formativas, produção de artigos acadêmicos, entre outras mais. Podemos dizer que são atividades inerentes ao escopo dos espaços, que, para efetivar-se, não pode delas prescindir. Se pensarmos no modelo proposto pelo holandês Peter van Mensch, que, bebendo da fonte teórica de Stránský, considera preservação, pesquisa e comunicação como funções elementares dos museus (BRULON, 2018), veremos que as ações extensionistas em pauta gravitam nessa esfera e os planos de atividades dos/as estudantes, acompanham essa lógica. Observemos.

As atividades mais elencadas são “produção de conteúdo de mediação e comunicação” e “mediação”, fazeres notoriamente interligados, localizados na ponta do modelo de van Mensch, e que necessitam de uma série de outros processos

conjugados para acontecerem. E isso aparece nitidamente nos registros, sendo perceptível pela análise do Gráfico 10, que demonstra um equilíbrio entre as atividades que qualificam e dão suporte às práticas comunicativas destacadas. Produzir conteúdo de comunicação e colocá-los em prática exige debate e contextualização das ideias circulantes entre os sujeitos envolvidos, pesquisa sobre a área temática – o que envolve imersão nos arquivos e acervos custodiados pelos espaços –, pesquisa de público, desenvolvimento e gestão dos meios de comunicação, tarefas rotineiras, reflexão sobre conceitos e práticas. Todas estas etapas estão previstas nos planos, o que nos leva a crer que a FEU é uma realidade na RMECC.

Gráfico 10 – Atividades mais recorrentes nos planos dos/as estudantes integrantes das equipes

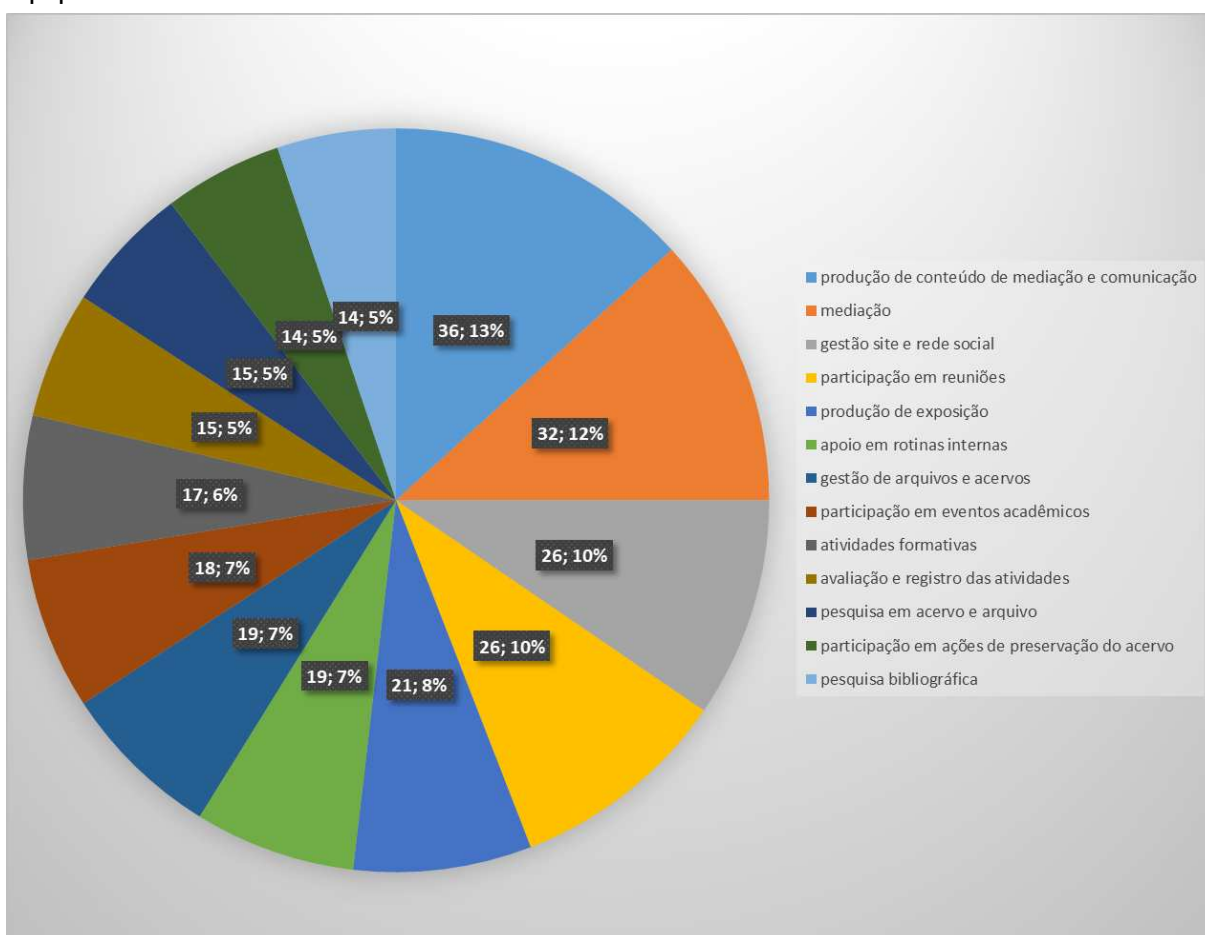


Gráfico elaborado pelo autor.
Fonte: SIEX/UFGM.

Em que pese a diversidade de temas tratados, há convergência de procedimentos, permitindo inferir que há alguma consonância na percepção dos espaços sobre seus *quefazeres*, fator que pode facilitar a criação de percursos formativos, em que a transdisciplinaridade seja favorecida por certo universo compartilhado. Além disso, o abrangente leque dos cursos dos/as graduandos/as envolvidos/as nas ações configura-se como mais um elemento catalisador da

perspectiva transdisciplinar. Nada menos que 43 (ver Tabela 1), das 91⁶⁸ graduações ofertadas pela UFMG, estão representadas pelos/as estudantes que integram as equipes das ações apreciadas. Uma miríade de conhecimentos e experiências a postos para a interconexão e para a permeabilidade, em espaços com outros tantos saberes e competências instalados à igual disposição. Não há exagero em enxergar em um painel desses uma usina gnosiológica, outra evidente vantagem para a FEU no âmbito da RMECC.

São 190 graduandos/as distribuídos/as quantitativamente pelos espaços conforme ilustrado pelo Gráfico 11, que, ademais, aponta que as maiores concentrações estão no Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB) e no Espaço do Conhecimento UFMG (EC) – ambos instalados fora do *campus* Pampulha –, onde quase metade desse universo exerce suas atividades. O MHNJB conta com o segundo maior número de ações extensionistas desenvolvidas (11), enquanto o EC (7) divide com o segundo lugar com o Museu de Ciências Morfológicas (MCM) (7) (ver Gráfico 5). Já o Museu Casa de Padre Toledo (MCPT), instalado em Tiradentes/MG, apesar das 12 atividades que o envolvem, não dispõe de estudantes participando das equipes. A ausência de unidade acadêmica da UFMG na cidade talvez seja o fator de maior influência neste cenário. No entanto, seria pertinente, pela via da cooperação em FEU, estreitar os laços institucionais com a Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), cujo um dos *campi* localiza-se em São João Del Rei/MG, município limítrofe.

Gráfico 11 – Distribuição dos/as graduandos/as pelos espaços

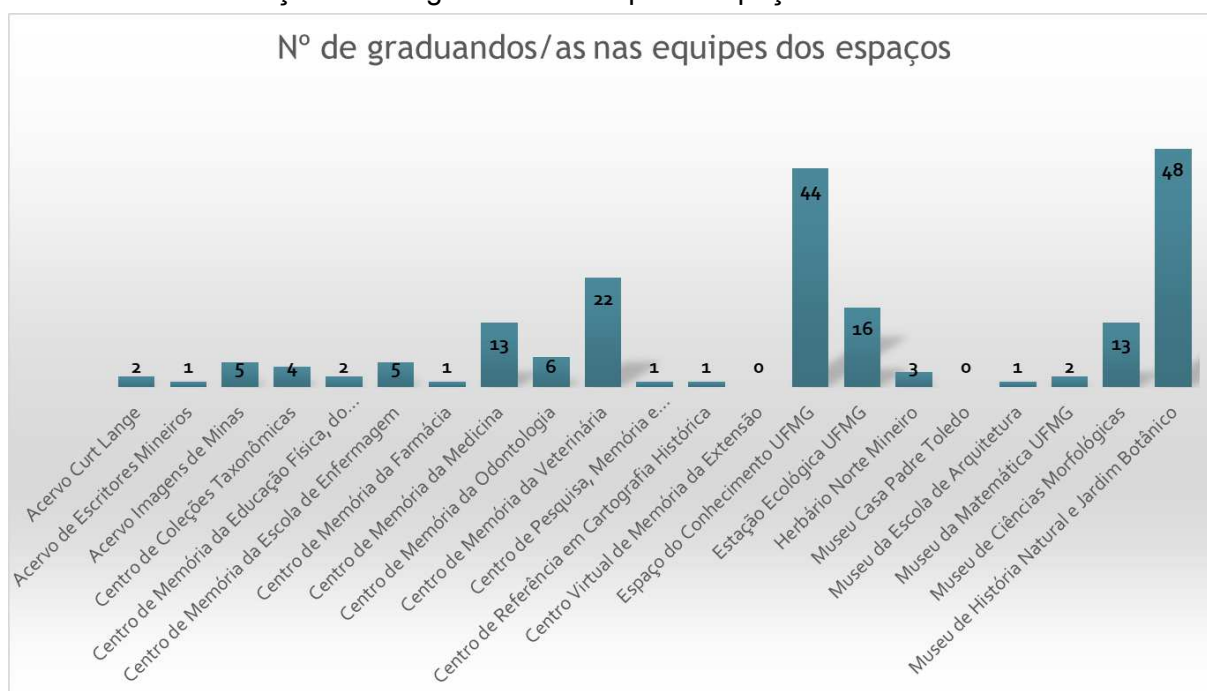


Gráfico elaborado pelo autor.
Fonte: SIEX/UFMG

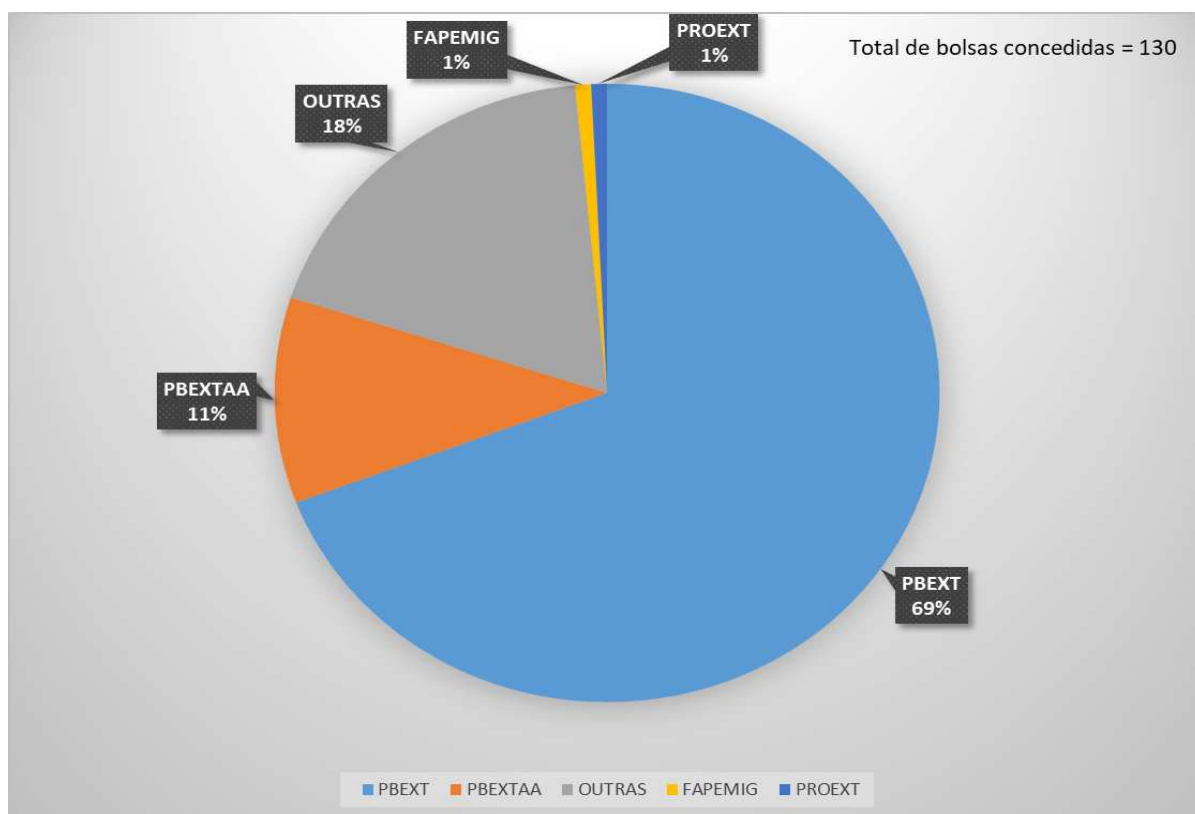
⁶⁸ Cf. informação disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/noticia/ufmg-em-numeros/>. Acesso em 07 mai. 2025.

O Quadro 7, por sua vez, detalha os dados apresentados pelo gráfico acima, informando os cursos dos/as integrantes das equipes por espaço. Descontadas as equipes que contam com apenas um/a estudante integrante, podemos observar uma conformação multidisciplinar, o que pode sugerir processos interdisciplinares no desenvolvimento das ações. No Centro de Memória de Medicina, por exemplo, atuam estudantes de Medicina, Museologia, História, Artes Visuais e Nutrição, um indício de diferentes campos de estudos cooperando na organização e no desenvolvimento de atividades afins, mobilizando e construindo saberes múltiplos desde um ponto de vista extensionista.

Entre os/as graduandos/as integrantes das equipes, 130 recebem bolsa – predominantemente do programa de fomento da PROEX/UFMG, na modalidade PBEXT que, somadas às concessões PBEXT Ação Afirmativa, equivalem a 80% do total. Cabe salientar que 18% dos registros correspondem à modalidade “outras”, um montante bastante expressivo para ser computado de maneira genérica. Seria interessante que o SIEX/UFMG ampliasse o rol de alternativas para quem preenche o formulário, para uma melhor compreensão do quadro geral. Já os/as não bolsistas, em geral, são registrados/as como voluntários/as, exceto aqueles/as vinculados/as ao Centro de Memória da Veterinária da Escola de Veterinária da UFMG (CEMEMOR-Vet), que integram as equipes como co-coordenadores/as⁶⁹. Essa parcela de estudantes que não recebem bolsa – quase um terço do total – mostra uma possível necessidade de ampliação da destinação de recursos para suprir esta lacuna.

⁶⁹ Seria interessante observar mais de perto a perspectiva que norteia essa concepção dos/as estudantes como co-coordenadores/as. Certamente é uma forma de valorizar a participação destes/as agentes, contudo, caso seja também uma matriz de organização do fazer extensionista, seria de muita valia o compartilhamento desta experiências com os demais espaços da RMECC.

Gráfico 11 – Modalidade das bolsas concedidas



Elaborado pelo autor.
Fonte: SIEX/UFMG.

Quanto ao “Público de interesse” das ações⁷⁰, compilamos 25 categorias (ver Tabela 2), merecendo destaque os grupos “estudantes da educação básica” e “comunidade escolar”, que juntos foram mencionados 41 vezes. Estas duas categorias só foram desmembradas ao realizarmos a redução a termos porque sob “comunidade escolar” estão citações que incluem outros sujeitos dessa comunidade, tais como “professores e alunos das redes Estadual, Municipal e Particular”, ou “Diretores, professores e estudantes de ensino fundamental e médio”. Se ampliarmos ainda mais a esfera que abrange o universo estudantil, incluindo todos os níveis de ensino, as menções sobem para 75⁷¹. Os públicos “pesquisadores” (22⁷²), “profissionais de áreas específicas” (27) e “dilettantes de áreas específicas” (18) também se destacam. Apesar de podermos vislumbrar nos dados uma pluralidade de agentes aos quais as ações podem interessar, seria necessário verificar mais de perto as relações estabelecidas entre estes e os/as estudantes, a fim de melhor compreender os elementos produzidos em tal interação e como estes contribuem para a FEU.

⁷⁰ Como dissemos anteriormente, reduzimos as menções registradas a termos comparáveis. Também é válido para essa categoria o comentário sobre as especificidades que cercam tal procedimento.

⁷¹ Considerados os grupos “estudantes de áreas específicas”, “estudantes universitários”, “estudantes do ensino fundamental ao superior”, “estudantes da UFMG” e “estudantes da EJA”.

⁷² Somados “pesquisadores” e “pesquisadores de áreas específicas”.

As “Palavras-chave” – campo de resposta aberta – foram sintetizadas em 41 termos, e outros 17 foram mantidos isoladamente, pois não identificamos analogias claras o suficiente para abrigá-los sob qualquer outro termo (ver Tabela 3). As ocorrências, sugerem o compartilhamento de um universo semântico, bem como a confluência de práticas inclusivas e dialógicas. Noções como “divulgação científica”, “patrimônio científico e cultural”, “acervos e coleções científicas”, estão no topo da lista, no qual também constam “artes” e “meio-ambiente”. Esta combinação de verbetes soa-nos emblemática, pois conjuga aquilo que se espera da extensão – comunicação –, as especificidades dos espaços, e temas prementes em nossa contemporaneidade – as questões ambientais, e o estímulo à imaginação e aos sentidos para se inventar novos horizontes existenciais.

Frente ao universo que analisamos, não nos resta dúvidas quanto à conformidade do perfil extensionista das ações desenvolvidas pelos/nos espaços integrantes da RMECC em relação às concepções propaladas pelos textos normativos que, em suma, refletem décadas de debates conceituais e de luta por reconhecimento acadêmico e institucional. Tampouco podemos negar que as pessoas – frisemos, as *pessoas* –, sejam as que respondem pelas ações, ou aquelas que de alguma forma assomam-se a elas, fazem acontecer, efetivamente, FEU. Certamente, os limites deste estudo, como aventamos em outra oportunidade, não dão conta de esmiuçar o perfil de espaço por espaço. Contudo, acreditamos que o que tateamos até aqui pode ser útil para estimular novas investigações sobre nuances dos museus universitários e congêneres, sobretudo em suas valiosas contribuições para a FEU. De resto, o percurso que trilhamos possibilitou o desenvolvimento de um recurso educativo que, pensamos, vai ao encontro das perspectivas atuais da própria RMECC.

4.4.1 – Brevíssimo comentário a respeito de uma proposta da RMECC de sistematização da FEU em seus espaços integrantes

O Conselho Coordenador e o Núcleo-Técnico-Científico da RMECC, tendo em vista as recentes diretrizes das quais tratamos ao longo do estudo, têm se debruçado sobre o tema da FEU, em busca da melhor forma de integrar a potência e o potencial dos seus espaços às vivências formativas dos/as estudantes da UFMG. Uma das iniciativas nesse sentido, é a criação de um edital de fluxo contínuo de “Formação em Extensão Universitária na Rede de Museus”. Tivemos acesso à minuta deste documento, gentilmente apresentada por Marcus Silveira, Técnico em Assuntos Educacionais, que integra o Núcleo ao qual nos referimos no início do parágrafo. No momento em que este texto é escrito, faltam poucos ajustes para o lançamento do edital, já tendo sido construída, inclusive, a interface que será utilizada na dinâmica proposta.

Trata-se de uma proposição que pretende “estimular e orientar o desenvolvimento de atividades de Formação em Extensão Universitária provenientes dos Colegiados de Curso de Graduação da UFMG nos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura” (Minuta do Edital

Fluxo Contínuo FEU Rede de Museus, 2025). Em linhas gerais, os espaços informam quais atividades por eles desenvolvidas estão à disposição para a FEU, descrevendo suas características, áreas temáticas etc.. Estas informações são disponibilizadas em uma página da internet gerida pela RMECC para consulta pública. Então, “docentes titulares das Atividades Acadêmicas Curriculares” (cf. página ainda não publicada) do percurso de FEU informam o interesse em aproveitar uma ou mais ações extensionistas dos espaços no âmbito de suas disciplinas. Também é possível que as partes entrem em contato para proposição de novas atividades. Uma comissão permanente concebida para atuar em assuntos de FEU na RMECC avalia as propostas formuladas, que, caso estejam em conformidade com as normativas vigentes, recebem o aval da comissão.

Por óbvio, no momento não há como avaliarmos a assertividade dessa dinâmica, mas podemos dizer que parece ser um tanto auspiciosa, e coincide com o objetivo que temos com a elaboração do recurso educacional que passamos a apresentar, qual seja, de fomentar o usufruto dos espaços da RMECC em função da FEU.

4.5 – Recurso educacional – à guisa de inconclusão

É inegável que a apregoada indissociabilidade pesquisa-ensino-extensão, a regulamentação da FEU, bem como a conjuntura política e social, têm instigado o aprofundamento do debate sobre a função social da universidade e suas implicações na construção e no compartilhamento do conhecimento que produz. Nesse sentido, (re)conhecer, incentivar e difundir práticas extensionistas significativas afigura-se como um caminho possível para se lograr não só a isonomia entre as dimensões acadêmicas, mas, principalmente, a produção de um conhecimento socialmente relevante, em que os/as agentes envolvidos/as neste processo sejam orientados/as por princípios que coadunem com a dignidade humana. Eis os princípios norteadores deste estudo e, por conseguinte, do recurso educacional proposto.

Ao contrário do que se costuma afirmar nas páginas derradeiras de uma dissertação, nossa proposta origina-se na inconclusão e na incerteza. Inconclusão ontológica, que imputa ao ser humano o constante devir, submetendo-o à dialética ineludível da acomodação-integração (FREIRE, 2024a). O que significa dizer que nada do que se propõe pode de fato se consumir sem lastro na realidade objetiva, sem que *pessoas* se disponham à práxis em determinado contexto objetivo. Incerteza, característica intrínseca ao devir – historicamente concebido.

Então, o que propomos é uma aplicação de código aberto, cuja programação possa ser forjada na prática dos/as consultentes/proponentes. Que possa ser alterada, rabiscada, contestada, mas que sirva à reflexão e instigue uma constante

revisão crítica da dinâmica das ações extensionistas em prol da formação de profissionais cientes da ascendência de suas responsabilidades cidadãs sobre suas legítimas vontades individuais.

O *Caderno de referências para a Formação em Extensão Universitária na Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG*, como de resto todo nosso esforço, não tem pretensão prognóstica. Destina-se, prioritariamente, à reflexão. Dirige-se, sobretudo, aos/às servidores/as – docentes e técnico/a-administrativos/as – da UFMG e seus discentes comprometidos/as com a formação em extensão. Propõe-se muito mais a incitar do que explicar, instigar a navegação pelos espaços e despertar a imaginação de percursos formativos em extensão. O material pode ser consultado no Anexo I.

Esforçamo-nos para utilizar uma linguagem simples e direta, “amigável”, dada a perspectiva quase publicitária do Caderno, no sentido de ser um dispositivo para aguçar a vontade de conhecer e atuar nos espaços. Em síntese, tem a seguinte estrutura:

- Apresentação do material;
- A RMECC e seus espaços;
- Referências legais e normativas da FEU;
- Glossário;
- Nuvens de palavras (atividades desenvolvidas pelos/as estudantes integrantes das equipes; cursos dos/as estudantes integrantes das equipes; áreas e linhas temáticas da extensão; palavras-chave; público de interesse);
- Temáticas predominantes nos espaços;

De maneira geral, trata-se de uma apresentação que une os dados que compilamos no decorrer da pesquisa e algumas noções dos campos museal e extensionista. Além das intenções já mencionadas, compreendemos que o recurso pode promover o compartilhamento de princípios básicos relativos a tais terrenos.

Não é demais lembrar a transitoriedade que caracteriza o material produzido, tendo em vista o aspecto variável próprio do universo estudado: alternância dos/as estudantes nas equipes; revisão das premissas extensionistas; público cambiante; troca de exposições; substituição cíclica de gestores/as; entre outras ocorrências possíveis. O que, acreditamos, não invalida nosso empenho, antes, reforça sua natureza de trabalho em processo.

ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Espaços integrantes da RMECC

ESPAÇO	WEBSITE
Acervo Curt Lange	https://www.ufmg.br/rededemuseus/acl
Acervo Imagens de Minas	https://eba.ufmg.br/nucleoimagensdeminas/
Centro da Memória da Engenharia	https://aeaeufmg.org.br/
Centro de Coleções Taxonômicas	https://www2.icb.ufmg.br/cct/
Centro de Estudos Literários e Culturais - Acervo de Escritores Mineiros	https://sites.letras.ufmg.br/aem/
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	http://www.eeffto.ufmg.br/cemef/index.php
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	https://www.ufmg.br/rededemuseus/cemenf/
Centro de Memória da Faculdade de Letras	http://www.letras.ufmg.br/memoria/
Centro de Memória da Farmácia	https://www.farmacia.ufmg.br/sobre/
Centro de Memória da Medicina	https://www.medicina.ufmg.br/cememor/
Centro de Memória da Odontologia	https://www.ufmg.br/rededemuseus/cmo
Centro de Memória da Veterinária	https://cememorvetufmg.wordpress.com/
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	https://www.instagram.com/cedocfae.ufmg/
Centro de Referência em Cartografia Histórica	https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/
Centro Virtual de Memória da Extensão	https://www.ufmg.br/cevex/
Espaço Acervo Artístico UFMG	https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=1987&Itemid=223
Espaço do Conhecimento UFMG	https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/
Espaço Memória do Cinema	https://midiaarteufmg.wordpress.com/

ESPAÇO	WEBSITE
Estação Ecológica UFMG	https://www.ufmg.br/estacaoecologica/
Herbário Norte Mineiro	https://herbariomcca.wordpress.com/
Museu Casa Padre Toledo	https://www.ufmg.br/campustiradentes/nossos-espacos/museu-casa-padre-toledo/
Museu da Escola de Arquitetura	https://sites.arq.ufmg.br/marq/
Museu da Matemática UFMG	https://www.mat.ufmg.br/museu/
Museu de Ciências Morfológicas	https://www.ufmg.br/rededemuseus/mcm/
Museu de História Natural e Jardim Botânico	https://www.ufmg.br/mhnjb/

Elaborado pelo autor.

Fonte: Website da RMECC. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/>, acesso em ago. 2024.

Quadro 2 – Atividades Analisadas

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Acervo Curt Lange	400668	Ações de restauro, conservação preventiva, organização e divulgação do Acervo Curt Lange	Projeto
Acervo de Escritores Mineiros	403818	Comunicação Educativa - Acervo de Escritores Mineiros	Projeto
Acervo Imagens de Minas	404437	Acervo Imagens de Minas: preservação e acessibilidade	Projeto
Centro de Coleções Taxonômicas	204712	Workshop do Centro de Coleções Taxonômicas	Evento
Centro de Coleções Taxonômicas	203729	Darwin Day	Evento

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Centro de Coleções Taxonômicas	303514	Projeto de Manutenção da Coleção Ictiológica do Centro de Coleções taxonômicas da UFMG	Prestação de serviço
Centro de Coleções Taxonômicas	500361	Centro de Coleções Taxonômicas	Programa
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	204803	XII Seminário do CEMEF IV Seminário do Projeto Corpos, Natureza e Sensibilidades em Perspectiva Transnacional	Evento
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	404562	Exposição: MÓ DIVERTIMENT O - Corpo, saúde sensibilidade	Projeto
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	401673	Partilhando memórias: recepção, organização e	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
		disponibilização dos acervos do CEMEF/UFMG	
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	400111	Garimpando, organizando e divulgando a memória na FaE-UFMG	Projeto
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	403409	Visita mediada: o CEMENF de portas abertas	Projeto
Centro de Memória da Farmácia	401667	CENTRO DE MEMÓRIA DA FARMÁCIA DA UFMG	Projeto
Centro de Memória da Medicina	201923	Corredor da Memória: trajetórias, memórias, acervos e patrimônio científico	Evento
Centro de Memória da Medicina	401883	Material Didático: Patrimônio Científico da	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
		Faculdade de Medicina	
Centro de Memória da Medicina	403590	Arquivos pessoais e memória: educação patrimonial em história da saúde a partir dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte	Projeto
Centro de Memória da Medicina	402555	O cadáver a serviço da Humanidade: visitação guiada pelos alunos da Faculdade de Medicina	Projeto
Centro de Memória da Medicina	402363	Extroversão do acervo do Centro de Memória da Medicina	Projeto
Centro de Memória da Odontologia	400072	Centro de Memória: Ciência e cultura no	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
		discurso da Odontologia	
Centro de Memória da Veterinária	405044	Tratamento, organização e catalogação do acervo fotográfico do Centro de Memória da Escola de Veterinária da UFMG Cememor-Vet.	Projeto
Centro de Memória da Veterinária	404184	Loja Virtual do Cememor da Veterinária	Projeto
Centro de Memória da Veterinária	400546	Centro de Memória da Veterinária da Escola de Veterinária da UFMG - CEMEMOR-Vet	Projeto
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	500492	Programa CEDOC	Programa

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Centro de Referência em Cartografia Histórica	400387	A Cartografia Histórica do Brasil ao alcance de todos	Projeto
Centro Virtual de Memória da Extensão	402017	Centro Virtual de Memória da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais	Projeto
Espaço do Conhecimento UFMG	500223	Espaço do Conhecimento UFMG	Programa
Espaço do Conhecimento UFMG	404678	Arte, cultura e ciência: ações formativas no Espaço do Conhecimento UFMG	Projeto
Espaço do Conhecimento UFMG	402138	Núcleo Audiovisual do Espaço do Conhecimento UFMG	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Espaço do Conhecimento UFMG	401737	Núcleo de Expografia do Espaço do Conhecimento UFMG	Projeto
Espaço do Conhecimento UFMG	401735	Núcleo de Astronomia do Espaço do Conhecimento UFMG	Projeto
Espaço do Conhecimento UFMG	401349	Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG	Projeto
Espaço do Conhecimento UFMG	401347	Ações Educativas e Acessibilidade no Espaço do Conhecimento UFMG	Projeto
Estação Ecológica UFMG	500064	Programa Estação Ecológica - PROECO	Programa

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Estação Ecológica UFMG	402227	Correndo na Natureza	Projeto
Herbário Norte Mineiro	402941	Utilização da biodiversidade vegetal norte mineira como instrumento de ensino na educação básica	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	202076	Festival Artes Vertentes	Evento
Museu Casa Padre Toledo	404429	Con(fiar)	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	404428	Atuação de Mediadores de Arte e Cultura e Ações de Interação e Comunicação com públicos diversos nos espaços físicos e virtuais do Campus Cultural UFMG em Tiradentes	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Museu Casa Padre Toledo	404245	UFMG Itinerante - Ações Culturais pelos Bairros de Tiradentes	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	404252	Tenda do Toledo	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	404251	Dedinho de prosa com os agentes de turismo	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	404244	Bordado e Patrimônio	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	404243	Colóquios e Ciclo de Debates do Campus Cultural UFMG em Tiradentes	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	404240	Nas Trilhas de Frei Vellozo	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	404237	Qualificação da exposição de	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
		longa duração do MCPT: Pesquisa e Interatividade	
Museu Casa Padre Toledo	404236	Exposições temporárias em diálogo com o Campus Cultural UFMG em Tiradentes	Projeto
Museu Casa Padre Toledo	402145	Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Programação Cultural, Exposições, Parcerias e Cooperação Institucional	Projeto
Museu da Escola de Arquitetura	400343	MUSEU DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG	Projeto
Museu da Matemática UFMG	204368	Dia Internacional da Matemática BH	Evento

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Museu da Matemática UFMG	403204	Museu da Matemática UFMG	Projeto
Museu de Ciências Morfológicas	500071	MCM - Ciência, Educação e Promoção Social	Programa
Museu de Ciências Morfológicas	400642	Qualidade de vida não tem idade Educação para o envelhecimento saudável e ativo	Projeto
Museu de Ciências Morfológicas	400640	Leve Ciência para a vida	Projeto
Museu de Ciências Morfológicas	400638	Cientista mirim - educação científica para crianças	Projeto
Museu de Ciências Morfológicas	400637	Capacitação e atualização de professores de ciências/biologi a	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Museu de Ciências Morfológicas	400480	Prevenção ao uso de drogas	Projeto
Museu de Ciências Morfológicas	400641	Pesquisa e Educação Inclusiva	Projeto
Museu de História Natural e Jardim Botânico	500082	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFG	Programa
Museu de História Natural e Jardim Botânico	404863	Cadastro de sítios arqueológicos em Minas Gerais	Projeto
Museu de História Natural e Jardim Botânico	404858	Plantar no museu	Projeto
Museu de História Natural e Jardim Botânico	404739	Digitalização e divulgação de fósseis em 3D do acervo de paleontologia do Museu de História Natural e Jardim	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
		Botânico da UFMG	
Museu de História Natural e Jardim Botânico	404695	Materiais educativos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: rompendo fronteiras	Projeto
Museu de História Natural e Jardim Botânico	404273	Comportamento Animal e Ecologia Sensorial: Conhecer, Divulgar e Cuidar	Projeto
Museu de História Natural e Jardim Botânico	404170	Planejamento em foco: Diagnóstico e Projeto de Revitalização das Exposições de Paleontologia e Geociências do MHNJB- UFMG.	Projeto

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	Nº SIEX	TÍTULO DA ATIVIDADE	MODALIDADE
Museu de História Natural e Jardim Botânico	403997	BH vive: divulgando a biodiversidade e promovendo a interação com o verde	Projeto
Museu de História Natural e Jardim Botânico	403585	A terra incógnita no MHNJB	Projeto
Museu de História Natural e Jardim Botânico	402970	Processo de queima cerâmica: Arqueologia e Educação	Projeto
Museu de História Natural e Jardim Botânico	402395	Trilha Jardim Botânico	Projeto

Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

Quadro 3 – Área temática da extensão por espaço desenvolvedor

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	ÁREA TEMÁTICA DA EXTENSÃO
Centro de Coleções Taxonômicas	Meio Ambiente, Educação
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	Cultura
Espaço do Conhecimento UFMG	Cultura, Educação
Estação Ecológica UFMG	Meio Ambiente
Museu de Ciências Morfológicas	Educação, Saúde
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Educação, Cultura, Tecnologia e Produção, Comunicação
Acervo Curt Lange	Cultura
Acervo de Escritores Mineiros	Educação
Acervo Imagens de Minas	Educação
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Educação, Cultura
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Saúde
Centro de Memória da Farmácia	Educação
Centro de Memória da Medicina	Cultura, Saúde
Centro de Memória da Odontologia	Saúde
Centro de Memória da Veterinária	Cultura, Institucionalização da Extensão Universitária
Centro de Referência em Cartografia Histórica	Cultura
Centro Virtual de Memória da Extensão	Institucionalização da Extensão Universitária

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	ÁREA TEMÁTICA DA EXTENSÃO
Museu Casa Padre Toledo	Cultura
Herbário Norte Mineiro	Meio Ambiente
Museu da Escola de Arquitetura	Cultura
Museu da Matemática UFMG	Educação

Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

Quadro 4 – Vinculação institucional dos espaços integrantes da RMECC

ESPAÇO	VINCULAÇÃO
Acervo Curt Lange	Escola de Música
Acervo Imagens de Minas	Escola de Belas Artes
Centro da Memória da Engenharia	Associação de Ex-alunos da Escola de Engenharia da UFMG
Centro de Coleções Taxonômicas	Órgão Complementar do Instituto de Ciências Biológicas
Centro de Estudos Literários e Culturais - Acervo de Escritores Mineiros	Órgão Complementar da Faculdade de Letras
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Escola de Enfermagem
Centro de Memória da Faculdade de Letras	Faculdade de Letras
Centro de Memória da Farmácia	Faculdade de Farmácia
Centro de Memória da Medicina	Faculdade de Medicina
Centro de Memória da Odontologia	Faculdade de Odontologia
Centro de Memória da Veterinária	Escola de Veterinária
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	Faculdade de Educação
Centro de Referência em Cartografia Histórica	Museu de História Natural e Jardim Botânico
Centro Virtual de Memória da Extensão	Pró-Reitoria de Extensão
Espaço Acervo Artístico UFMG	Pró-Reitoria de Cultura
Espaço do Conhecimento UFMG	Pró-Reitoria de Cultura
Espaço Memória do Cinema	Escola de Belas Artes
Estação Ecológica UFMG	Pró-Reitoria de Extensão
Herbário Norte Mineiro	Instituto de Ciências Agrárias

ESPAÇO	VINCULAÇÃO
Museu Casa Padre Toledo	Pró-Reitoria de Cultura
Museu da Escola de Arquitetura	Escola de Arquitetura
Museu da Matemática UFMG	Instituto de Ciências Exatas
Museu de Ciências Morfológicas	Instituto de Ciências Biológicas
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Órgão Suplementar – Reitoria

Elaborado pelo autor.

Fontes: SIEX/UFMG; websites dos espaços; website da RMECC.

Quadro 5 – Espaços que desenvolvem ações na modalidade Programa

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	PROGRAMA
Centro de Coleções Taxonômicas	Centro de Coleções Taxonômicas
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	Programa CEDOC
Espaço do Conhecimento UFMG	Espaço do Conhecimento UFMG
Estação Ecológica UFMG	Programa Estação Ecológica - PROECO
Museu de Ciências Morfológicas	MCM - Ciência, Educação e Promoção Social
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG

Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG

Quadro 6 – Vinculação das ações extensionistas a outras atividades de modalidade diferente

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	TÍTULO DA ATIVIDADE	VÍNCULO
Centro de Memória da Medicina	Arquivos pessoais e memória: educação patrimonial em história da saúde a partir dos fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte	Sem vínculo
Centro de Memória da Veterinária	Tratamento, organização e catalogação do acervo fotográfico do Centro de Memória da Escola de Veterinária da UFMG Cememor-Vet.	Sem vínculo
Centro Virtual de Memória da Extensão	Centro Virtual de Memória da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais	Programa UFMG + Ciência & Tecnologia e Sociedade de Informação em Territórios de Cidadania
Espaço do Conhecimento UFMG	Arte, cultura e ciência: ações formativas no Espaço do Conhecimento UFMG	Programa Espaço do Conhecimento UFMG
Espaço do Conhecimento UFMG	Núcleo Audiovisual do Espaço do Conhecimento UFMG	Programa Espaço do Conhecimento UFMG
Espaço do Conhecimento UFMG	Núcleo de Expografia do Espaço do Conhecimento UFMG	Programa Espaço do Conhecimento UFMG
Espaço do Conhecimento UFMG	Núcleo de Astronomia do Espaço do Conhecimento UFMG	Programa Espaço do Conhecimento UFMG

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	TÍTULO DA ATIVIDADE	VÍNCULO
Espaço do Conhecimento UFMG	Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG	Programa Espaço do Conhecimento UFMG
Espaço do Conhecimento UFMG	Ações Educativas e Acessibilidade no Espaço do Conhecimento UFMG	Programa Espaço do Conhecimento UFMG
Museu Casa Padre Toledo	Con(fiar)	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Museu Casa Padre Toledo	Atuação de Mediadores de Arte e Cultura e Ações de Interação e Comunicação com públicos diversos nos espaços físicos e virtuais do Campus Cultural UFMG em Tiradentes	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	TÍTULO DA ATIVIDADE	VÍNCULO
Museu Casa Padre Toledo	UFMG Itinerante - Ações Culturais pelos Bairros de Tiradentes	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Estação Ecológica UFMG	Correndo na Natureza	Programa Estação Ecológica - PROECO
Museu Casa Padre Toledo	Tenda do Toledo	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Museu Casa Padre Toledo	Dedinho de prosa com os agentes de turismo	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento,

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	TÍTULO DA ATIVIDADE	VÍNCULO
		do patrimônio, da memória e da cultura
Museu Casa Padre Toledo	Bordado e Patrimônio	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Museu Casa Padre Toledo	Colóquios e Ciclo de Debates do Campus Cultural UFMG em Tiradentes	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Museu Casa Padre Toledo	Nas Trilhas de Frei Vellozo	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	TÍTULO DA ATIVIDADE	VÍNCULO
		conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Museu Casa Padre Toledo	Qualificação da exposição de longa duração do MCPT: Pesquisa e Interatividade	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Museu Casa Padre Toledo	Exposições temporárias em diálogo com o Campus Cultural UFMG em Tiradentes	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Museu Casa Padre Toledo	Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Programação Cultural, Exposições, Parcerias e Cooperação Institucional	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	TÍTULO DA ATIVIDADE	VÍNCULO
		do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura
Museu da Matemática UFMG	Museu da Matemática UFMG	Sem vínculo
Museu de Ciências Morfológicas	Qualidade de vida não tem idade Educação para o envelhecimento saudável e ativo	Programa MCM - Ciência, Educação e Promoção Social
Museu de Ciências Morfológicas	Leve Ciência para a vida	Programa MCM - Ciência, Educação e Promoção Social
Museu de Ciências Morfológicas	Cientista mirim - educação científica para crianças	Programa MCM - Ciência, Educação e Promoção Social
Museu de Ciências Morfológicas	Capacitação e atualização de professores de ciências/biologia	Programa MCM - Ciência, Educação e Promoção Social
Museu de Ciências Morfológicas	Prevenção ao uso de drogas	Programa MCM - Ciência, Educação e Promoção Social
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Cadastro de sítios arqueológicos em Minas Gerais	Sem vínculo

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	TÍTULO DA ATIVIDADE	VÍNCULO
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Plantar no museu	Sem vínculo
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Digitalização e divulgação de fósseis em 3D do acervo de paleontologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Materiais educativos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: rompendo fronteiras	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Comportamento Animal e Ecologia Sensorial: Conhecer, Divulgar e Cuidar	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Planejamento em foco: Diagnóstico e Projeto de Revitalização das Exposições de Paleontologia e Geociências do MHNJB-UFMG.	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG
Museu de História Natural e Jardim Botânico	BH vive: divulgando a biodiversidade e promovendo a interação com o verde	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG
Museu de História Natural e Jardim Botânico	A terra incógnita no MHNJB	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Processo de queima cerâmica: Arqueologia e Educação	Sem vínculo

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	TÍTULO DA ATIVIDADE	VÍNCULO
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Trilha Jardim Botânico	Programa de Educação Ambiental e Patrimonial - MHNJB/UFMG
Museu de Ciências Morfológicas	Pesquisa e Educação Inclusiva	Programa MCM - Ciência, Educação e Promoção Social
Centro de Coleções Taxonômicas	Projeto de Manutenção da Coleção Ictiológica do Centro de Coleções taxonômicas da UFMG	Sem vínculo
Centro de Coleções Taxonômicas	Workshop do Centro de Coleções Taxonômicas	Programa Centro de Coleções Taxonômicas
Museu da Matemática UFMG	Dia Internacional da Matemática BH	Projeto Museu da Matemática UFMG
Centro de Coleções Taxonômicas	Darwin Day	Sem vínculo
Museu Casa Padre Toledo	Festival Artes Vertentes	Programa Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e diálogo para a democratização do conhecimento, do patrimônio, da memória e da cultura

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: SIEX/UFMG.

Quadro 7 – Curso dos/as graduandos/as por espaço

Espaço desenvolvedor	Curso dos/as graduandos/as integrantes das equipes
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	Pedagogia
Estação Ecológica UFMG	Geografia, Ciências Socioambientais, Medicina Veterinária, Antropologia, Rel. Econ. Internacionais, Cons.Rest.Bens Cult. Móveis, Arqueologia, Filosofia, Ciências Biológicas , Química
Museu de Ciências Morfológicas	Ciências Biológicas , Farmácia, Biomedicina
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Arqueologia, Ciências Biológicas , Ciências Socioambientais, Ciências Sociais, Turismo, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Museologia, Teatro, Antropologia, Engenharia Ambiental, Design, Geologia,
Acervo Curt Lange	Música
Acervo de Escritores Mineiros	Cinema Animação A. Digitais
Acervo Imagens de Minas	Cons.Rest.Bens Cult. Móveis
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Educação Física, História
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Enfermagem
Centro de Memória da Farmácia	Museologia
Centro de Memória da Medicina	Medicina, Museologia, História , Artes Visuais, Nutrição
Centro de Memória da Odontologia	Odontologia
Centro de Memória da Veterinária	História , Cons.Rest.Bens Cult. Móveis, Arquivologia, Cinema Animação A. Digitais, Medicina Veterinária, Artes Visuais, Museologia, Aquacultura
Centro de Referência em Cartografia Histórica	Geografia
Espaço do Conhecimento UFMG	Teatro, Terapia Ocupacional, Música, Física, Geografia, Ciências do Estado, Gestão Pública, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Aeroespacial, Geologia, Museologia, Ciências Sociais, Direito, Arqueologia, Letras, Artes Visuais, Turismo, História , Ciências Biológicas , Fonoaudiologia, Filosofia, Cinema Animação A. Digitais, Rel. Econ. Internacionais

Herbário Norte Mineiro	Agronomia, Engenharia Florestal
Museu da Escola de Arquitetura	Arquitetura e Urbanismo
Museu da Matemática UFMG	Artes Visuais, Museologia, Matemática, Matemática Computacional, Farmácia, História
Centro de Coleções Taxonômicas	Ciências Biológicas

Elaborado pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

TABELAS

Tabela 1 – Graduandos/as integrantes das equipes por curso

CURSO	Nº GRADUANDOS/AS
AGRONOMIA	1
ANTROPOLOGIA	5
AQUACULTURA	1
ARQUEOLOGIA	11
ARQUITETURA E URBANISMO	7
ARQUIVOLOGIA	2
ARTES VISUAIS	6
BIOMEDICINA	2
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	32
CIÊNCIAS DO ESTADO	2
CIÊNCIAS SOCIAIS	2
CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS	8
CINEMA ANIMAÇÃO E ARTES DIGITAIS	5
CONSERVAÇÃO E REST. DE BENS CULTURAIS MÓVEIS	9
DESIGN	1
DIREITO	1
EDUCAÇÃO FÍSICA	1
ENFERMAGEM	5
ENGENHARIA AEROESPACIAL	2
ENGENHARIA AMBIENTAL	1
ENGENHARIA FLORESTAL	2
FARMÁCIA	4

CURSO	Nº GRADUANDOS/AS
FILOSOFIA	2
FÍSICA	4
FISIOTERAPIA	2
FONOAUDIOLOGIA	1
GEOGRAFIA	7
GEOLOGIA	2
GESTÃO PÚBLICA	1
HISTÓRIA	10
LETRAS	1
MEDICINA	3
MEDICINA VETERINÁRIA	6
MUSEOLOGIA	13
MÚSICA	4
NUTRIÇÃO	1
ODONTOLOGIA	6
PEDAGOGIA	1
QUÍMICA	1
REL. ECON. INTERNACIONAIS	2
TEATRO	3
TERAPIA OCUPACIONAL	7
TURISMO	3
TOTAL	190

Elaborada pelo autor.
Fonte: SIEX/UFMG.

Tabela 2 – Público de interesse das ações

PÚBLICO	OCORRÊNCIAS
PÚBLICO GERAL	40
PROFISSIONAIS DE ÁREAS ESPECÍFICAS	27
DILETANTES DE ÁREAS ESPECÍFICAS	18
PESQUISADORES DE ÁREAS ESPECÍFICAS	17
COMUNIDADE ESCOLAR PÚBLICA E PRIVADA	12
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11
ESTUDANTES DE ÁREAS ESPECÍFICAS	11
COMUNIDADE ACADÊMICA	10
COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFMG	9
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	9
DOCENTES	7
ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL AO SUPERIOR	7
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	7
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	7
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	6
PÚBLICO EM MEIO DIGITAL	6
GRUPOS DE INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS	5
PESQUISADORES	5
ESTUDANTES	4
ESTUDANTES DA UFMG	4
ESTUDANTES E PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS	4
MENORES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	4

PÚBLICO	OCORRÊNCIAS
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	4
ESTUDANTES DA EJA	3
ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	3
IDOSOS	3
PROFESSORES DA UFMG	3
PROFESSORES DE ÁREAS ESPECÍFICAS	3
TURISTAS	3
COORDENADORES DE AÇÕES DE EXTENSÃO	1
DEPENDENTES QUÍMICOS	1
DOADORES DE ACERVOS DOCUMENTAIS ESPECÍFICOS DA ÁREA	1
ESTAGIÁRIOS	1
ESTUDANTES EXTENSIONISTAS	1
FUNCIONÁRIOS DA UFMG	1
JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL	1
PESQUISADORES DA UFMG	1
PÚBLICO ENVOLVIDO COM AÇÕES DE EXTENSÃO DE OUTRAS UNIVERSIDADES	1

Elaborada pelo autor.
 Fonte: SIEX/UFMG.

Tabela 3 – Palavras-chave das ações analisadas

PALAVRA-CHAVE	OCORRÊNCIA
divulgação científica	28
artes	23
patrimônio científico cultural	22
meio ambiente	21
acervos e coleções científicas	20
biologia	20
preservação e manutenção de acervo	19
acessibilidade e inclusão	17
educação	16
museus e congêneres	16
educação temática	14
memória	12
saúde	12
exposição	11
história	11
cultura	9
pesquisa	7
profissões	7
transformação social	7
comunicação e mediação	6
extensão	6
capacitação e qualificação	5

PALAVRA-CHAVE	OCORRÊNCIA
conhecimento	5
lazer	5
oficinas	5
arqueologia	4
fachada digital	4
interação dialógica	4
artesanato	3
desafios matemáticos	3
fotografia	3
idosos	3
leitura literária	3
cartografia	2
ciclo de debates	2
didático	2
estudos farmacêuticos	2
material	2
paisagem	2
saberes tradicionais	2
ufmg	2
arquitetura colonial	1
assessoria	1
comportamento animal	1
depósitos	1

PALAVRA-CHAVE	OCORRÊNCIA
escola de enfermagem da ufmg	1
faculdade de medicina	1
frei vellozo	1
interatividade	1
interdisciplinaridade	1
interpretação	1
líderes	1
minas gerais	1
planejamento institucional	1
sentidos	1
tecnologia	1
tenda	1
terra incógnita	1

Elaborada pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

Tabela 4 – Distribuição dos/as graduandos por espaço

ESPAÇO	GRADUANDOS/AS
Acervo Curt Lange	2
Acervo de Escritores Mineiros	1
Acervo Imagens de Minas	5
Centro de Coleções Taxonômicas	4
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	2
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	5
Centro de Memória da Farmácia	1
Centro de Memória da Medicina	13
Centro de Memória da Odontologia	6
Centro de Memória da Veterinária	22
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	1
Centro de Referência em Cartografia Histórica	1
Centro Virtual de Memória da Extensão	0
Espaço do Conhecimento UFMG	44
Estação Ecológica UFMG	16
Herbário Norte Mineiro	3
Museu Casa Padre Toledo	0
Museu da Escola de Arquitetura	1
Museu da Matemática UFMG	2
Museu de Ciências Morfológicas	13
Museu de História Natural e Jardim Botânico	48
TOTAL	190

Elaborada pelo autor. Fonte: SIEX/UFMG.

Tabela 5 – Atividades desenvolvidas por graduandos/as integrantes das equipes

ATIVIDADE	OCORRÊNCIAS
PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DE MEDIAÇÃO E COMUNICAÇÃO	36
MEDIAÇÃO	32
GESTÃO SITE E REDE SOCIAL	26
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES	26
PRODUÇÃO DE EXPOSIÇÃO	21
APOIO EM ROTINAS INTERNAS	19
GESTÃO DE ARQUIVOS E ACERVOS	19
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS	18
ATIVIDADES FORMATIVAS	17
AVALIAÇÃO E REGISTRO DAS ATIVIDADES	15
PESQUISA EM ACERVO E ARQUIVO	15
PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO	14
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	14
PESQUISA DE PÚBLICO	8
PRODUÇÃO DE ARTIGOS ACADÊMICOS	8
INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	5
PESQUISA DE CAMPO	5
REGISTRO AUDIOVISUAL	5
VISITA TÉCNICA	2
ESTUDO SOBRE POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFMG	1
INTEGRAÇÃO COM AS DISCIPLINAS DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	1

ATIVIDADE	OCORRÊNCIAS
ORGANIZAÇÃO DE EVENTO	1

Elaborada pelo autor.

Fonte: SIEX/UFMG.

Tabela 6 – Público de interesse das ações extensionistas

PÚBLICO DE INTERESSE	MENÇÕES
Público Geral	40
Profissionais de Áreas Específicas	27
Diletantes de Áreas Específicas	18
Pesquisadores de Áreas Específicas	17
Comunidade Escolar	20
Estudantes da Educação Básica	21
Estudantes de Áreas Específicas	11
Comunidade Acadêmica da UFMG	10
Comunidade Acadêmica da UFMG	14
Estudantes Universitários	9
Docentes	7
Estudantes do Ensino Fundamental ao Superior	7
Pessoas com Deficiência	7
Outros*	7
Associações Comunitárias	6
Público em Meio Digital	6
Grupos de Instituições Filantrópicas	5
Pesquisadores	5
Estudantes da UFMG	4
Menores Em Medida Socioeducativa	4
Organizações Não Governamentais	4
Estudantes da EJA	3

Idosos	3
Professores de Áreas Específicas	3
Turistas	3

*Mencionados apenas uma vez

Tabela elaborada pelo autor.

Fonte: SIEX/UFGM.

REFERÊNCIAS

ACERVO Curt Lange – UFMG. **Acervo Curt Lange**. Universidade Federal de Minas Gerais. Prefeitura do Campus Pampulha. Biblioteca Universitária UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/acl?page_id=514. Acesso em: 23 jun. 2025.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. Origens da Universidade Brasileira. **Química Nova**, v. 30, n. 7, p. 1780–1790, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/rzxmW6ggvDDv.XJYLBfkg38m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 set. 2024.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFSCar; Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

BRAGGIO, Ana Karine. A gênese da reforma universitária brasileira. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Vol. 19, Maringá, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/GwHsRQTBQ7jNY4myN6R7VPG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20que%2C%20o%20ensino%20superior,isolados%20pelos%20respectivos%20regulamentos%2C%20observados. Acesso em 10 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 12 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 18 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. **O ensino superior no Brasil. Relatório**. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002283.pdf>. Acesso em 22 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em 29 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em 16 mai 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 29 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em 11 jul. 2024.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 1, p. 403–425, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/bh9THVq36HCFdZKfdMNNDzf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 03 fev. 2025.

_____. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**. [S. l.] v.11, n.1, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657>. Acesso em 15 jan. 2025.

BURLAN, Cristiano. **As 40 horas de Angicos**. Documentário. SESCTV, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HWAQDUXqbfI>. Acesso em 12 set. 2024.

CENTRO DE COLEÇÕES TAXONÔMICAS – UFMG. **Centro de Coleções Taxonômicas – Sobre**. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Biológicas, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em: <https://www2.icb.ufmg.br/cct/sobre.html>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CENTRO MEMORIAL – UFMG. **Centro de Memória da Faculdade de Medicina da UFMG – Sobre**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/cememor/sobre/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da **Extensão Universitária**. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 1, p. e90670, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21/05/2024.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. **Museologia & Interdisciplinaridade**. [S. l.], v. 9, n. 17, p. 129–146, 2020. DOI: 10.26512/museologia.v9i17.29480. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/29480>. Acesso em 15 jan. 2025.

DICIO. **Excentrico**. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/excentrico/>. Acesso em: 17 set. 2024.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Educar em Revista**. Dossiê: Política de Educação Superior no Brasil no Contexto da Reforma Universitária, volume 28, p. 17–36, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/?lang=pt#>. Acesso em 08 set. 2024.

FEDERACIÓN UNIVERSITARIA DE CÓRDOBA. **Manifiesto Liminar**. Córdoba, 1918. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>. Acesso em 08 set. 2024.

FERREIRA. Olgamir Amancia. Democracia e Extensão Universitária. **Revista Eletrônica de Extensão – Extensio** v. 20 n. 47, pp 2-11. UFSC, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/97306/55090>. Acesso em 11 nov. 2024.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária Edição Atualizada**. Brasil, 2000-2001. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em 25 set. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a**

flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Fac símile disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>. Acesso em 25 set. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012. Imprensa Universitária UFSC, 2015. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 29 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 2ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 57ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 78ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024b.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação da extensão universitária: da institucionalização às suas práticas. (pp. 53-63). In: **Extensão universitária : uma questão em aberto.** CALDERÓN, A. I. et al. São Paulo : Xamã, 2011. 151 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Ferreira-6/publication/321198531_A_universidade_e_a_formacao_continuada_de_professores_no_contexto_das_reformas_educativas_contemporaneas/links/5a14bc2aaca27273c9eb0648/A-universidade-e-a-formacao-continuada-de-professores-no-contexto-das-reformas-educativas-contemporaneas.pdf. Acesso em 29/05/2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18/07/2024.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?**. Cortez Editora/Autores Associados/Editora Universidade Federal do Ceará. São Paulo, 1986.

GONÇALVES, Maria das Dores Pimentel Nogueira. **Políticas de extensão universitária brasileira: 1975-1999.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/37970>. Acesso em 23 mar. 2025.

JULIÃO, Letícia. Pensar futuros para a Rede de Museus da UFMG. In: LINHALES, Meily Assbú, MARQUES, Rita de Cássia (Orgs.). **Rede de museus e espaços de ciências e cultura da UFMG : percursos e experiências formativas.** Belo Horizonte, MG. Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2023.

_____. O desafio da comunicação nos museus universitários. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 9, n. Especial, p. 13–23, 2020. DOI: 10.26512/museologia.v9iEspecial.32082. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/32082>. Acesso em 03 jan. 2025.

LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (Orgs.). **Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas**. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/download/rede-de-museus-e-espacos-de-ciencias-e-cultura-da-ufmg-percursos-e-experiencias-formativas/>. Acesso em 20 jan. 2025.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARQUES, Reinaldo. **Arquivos literários: teorias, histórias, desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131-150, maio 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdCvKtgLrFskfxLJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 set. 2024.

MAYORGA, Claudia. Reflexões sobre a integralização da extensão nos currículos de graduação. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/37719>. Acesso em: 12 set. 2024.

NETO, José Alves de Freitas. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior UNICAMP**, n. 3, junho-setembro, 2011. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed03_junho2011/11.pdf. Acesso em 08 set 2024.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000**. PROEX/UFMG, Belo Horizonte, 2000.

NOZAKI, Joice Mayumi; HUNGER, Dagmar; FERREIRA, Lillian. Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/12472/8422>. Acesso em 19/07/2024.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Word of the Year**. Disponível em: <https://corp.oup.com/word-of-the-year/#our-approach>. Acesso em: 16 mai. 2025.

PADRÓ, Carla. La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto y intercambio. In: **Museología crítica y arte contemporáneo**. Universidad de Zaragoza, Prensas de la Universidad de Zaragoza. Zaragoza, 2003.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**. Civilização Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1979.

RODRIGUES, Valéria Maria. O fórum de Pró-Reitores de Extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2016, pp 391-409. DOI: 10.14393/REPOD-v4n2a2015-34562. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/34562>. Acesso em 25 abr. 2024.

SANTOS, Sônia Regina Mendes; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel; GONZAGA, Marcos Roberto. **Diagnóstico da Extensão Universitária nas Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012-2014**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2021. 221 p. Disponível em: <https://www.editoraufmg.com.br/#/pages/ebook/910>. Acesso em 24 set. 2024.

SERVA, Fernanda Mesquita. **Educação Superior no Brasil: um estudo sobre a curricularização da extensão universitária**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2020. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/serva_fm_do_mar.pdf. Acesso em 13 mai. 2024

SILVA, Iara Souto Ribeiro. Memórias sobre a UFMG: modernização e repressão durante a ditadura militar. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AQHF7L>. Acesso em 14 fev. 2025.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). **Resolução Nº 10/2019, de 10 de outubro de 2019**. Estabelece diretrizes curriculares para a integralização de Formação em Extensão Universitária nos cursos de Graduação da UFMG e revoga a Resolução CEPE nº 12/2015, de 22 de setembro de 2015. Belo Horizonte, 2019. Disponível em <https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/docs/Res1019.pdf>. Acesso em 29 jul. 2022.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). **Resolução nº 08/2020, de 5 de novembro de 2020**.

Regulamenta as atividades de extensão na UFMG e revoga a Resolução nº 03/2016, de 12 de abril de 2016. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2021/12/Resolucao-08.-2020-Cepe-de-5-de-novembro-de-2020.pdf>. Acesso em 30 jul. 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Câmara de Extensão. **Resolução nº 05/2021, de 21 de outubro de 2021**. Estabelece Diretrizes para a Política de Avaliação da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2021/12/05_2021_RESOLUCAO_DE_DIRETRIZES_PARA_AVALIACAO_DE_EXTENSAO.pdf. Acesso em 18 jul. 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Resolução Complementar nº 03/2024, de 4 de julho de 2024. Aprova as Normas Gerais da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. **Boletim** nº 2143, ano 50, 19 de julho de 2024. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://ufmg.br/storage/a/8/4/4/a844c58554877dae264e3bba5eae43_17214136036253_363667111.pdf. Acesso em 23 de jul. de 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Conselho Universitário. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2023**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/pdi/2024-2029/wp-content/uploads/2023/04/PDI-2018-2023.pdf>. Acesso em 22 jul. 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Conselho Universitário. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2029**. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://www.ufmg.br/pdi/2024-2029/wp-content/uploads/2024/07/PDI-2024-2029_V7.pdf. Acesso em 26 jul. 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. **Regimento Centro de Estudos Literários e Culturais**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://sites.letras.ufmg.br/aem/wp-content/uploads/2023/06/Regimento-do-Centro-de-Estudos-Literarios-e-Culturais-CELC-2.pdf>. Acesso 13 mai. 2022.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Professor Evandro José Lemos da Cunha [entrevista] [recurso eletrônico]**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Entrevista realizada em 26 set. 2016, às 15h, no Gabinete da PROEX/UFMG. Entrevistadora: Professora Claudia Mayorga. Equipe participante: Gabriela Braga Casali e Thais Lopes Diaz. Disponível em: <https://www.ufmg.br/cevex/entrevistas/professor-evandro-jose-lemos-da-cunha/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Professor Tomaz Aroldo da Mota Santos [entrevista] [recurso eletrônico]**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Entrevista realizada em 13 dez. 2016, às 10h, na Pampulha. Entrevistadora: Professora Claudia Mayorga. Equipe participante: Cecília Cotinguiba da Silva. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/cevex/entrevistas/professor-tomaz-aroldo-da-mota-santos/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

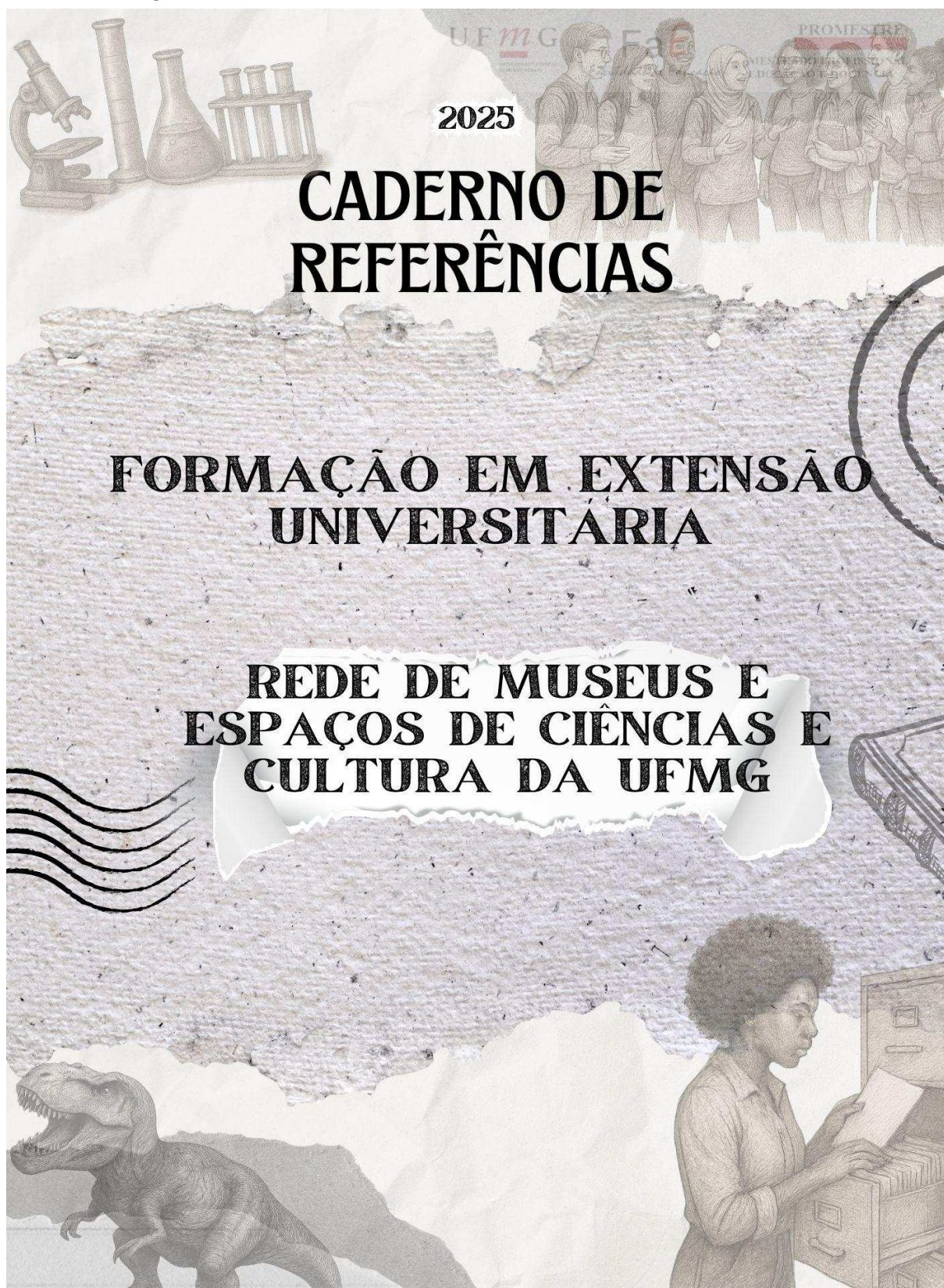
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Pró-reitoria de Recursos Humanos. Comissão Interna de Supervisão da Carreira. **O perfil da formação do trabalhador técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prorh/wp-content/uploads/2022/12/O-Perfil-da-Formacao-do-TAE-da-UFMG-2021.pdf>. Acesso em 16 de mai. de 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **SIEX** – Sistema de Informação da Extensão da UFMG: Programa (ID 90610). Disponível em: <https://sistemas.ufmg.br/siex/VerIdentificacao.do?id=90610&tipo=Programa>. Acesso em: 27 jun. 2025.

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. **PCCTAE – Nível E** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UNIRIO, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unirio.br/progepe/pcctae-nivel-e>. Acesso em: 16 mai. 2024.

REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG (RMECC). **Regimento**, 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/regimento/>. Acesso em 12 ago. 2024.

**APÊNDICE – CADERNO DE REFERÊNCIAS PARA A FEU NA REDE DE MUSEUS
E ESPAÇOS DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFMG**



APRESENTAÇÃO

Este material é fruto de uma pesquisa intitulada Formação em Extensão Universitária na Rede de Museus e Espaços de Conhecimento e Cultura da UFMG, realizada no âmbito do PROMESTRE/FaE, que teve como objetivo sondar as ações extensionistas desenvolvidas por e nos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG (Rede de Museus).

Queríamos saber se e como ocorre a participação de estudantes de graduação nesses espaços, para entendermos se ali se pratica formação em extensão universitária.

Mas, para quê? Para produzir esse caderno, direcionado a qualquer pessoa que queira saber um pouco mais sobre o assunto, mas, sobretudo, à comunidade acadêmica da UFMG.

Por quê? Por dois motivos principais. Primeiro, porque a extensão é uma dimensão acadêmica super importante, cujo papel, de maneira geral, é ainda pouco debatido por nós, dentro da universidade. Segundo, porque passou a integrar o currículo das graduações o que vem sendo chamado na UFMG de Formação em Extensão Universitária (FEU), e a gente percebeu que os espaços da Rede de Museus já atuam nessa perspectiva – o que muita gente não sabe. Acharmos, então, que o que já ocorre pode ganhar escala. O que depende, entre outras coisas, de fazer essa ideia circular.

Então, aqui a gente vai apresentar sucintamente algumas diretrizes e conceitos vigentes, e, claro, rascunhar algumas ideias – afinal, essa é a melhor serventia dos cadernos.

Deixa só a gente te contar algumas coisas importantes sobre este material. Os dados relativos aos espaços foram compilados a partir de registros extraídos do Sistema de Informação da Extensão da UFMG (SIEX/UFMG), em outubro de 2024. Pode ser que neste momento em que você está acessando essas páginas, alguma ação elencada pode ter se concluído, ou uma nova ação tenha nascido. Então, caro leitor, cara leitora, a consulta a este Caderno lhe exigirá proatividade. Interessou-se por alguma ideia ou alguma ação? Feche esta publicação e vá atrás das informações fresquinhas.

Isso porque isso não é um guia, nem um mapa, muito menos um manual. É uma singela alusão a um universo admirável, que pode ser, esse sim, referência para a Formação em Extensão Universitária.

Boa navegação!



UFMG

FaE

Faculdade de Educação

PROMESTRE

MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

A REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG

Rapidinho, antes de a gente falar sobre as ações extensionistas e a participação dos estudantes nestas, temos que dizer que a Rede de Museus Espaços de Ciências e Cultura da UFMG (Rede de Museus) reúne espaços bastante diversos entre si, mas com muita coisa convergente. Institucionalmente, é vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Sendo uma de suas coordenadorias, exerce um papel importantíssimo na tessitura dessa rede, fomentando o debate sobre temas e agendas comuns, articulando saberes e esforços, promovendo cursos para o compartilhamento de entendimentos e práticas entre os espaços, além de várias outras ações propositivas.

Aliás, tem um ebook disponível para download gratuito nesse endereço aqui ó: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/download/rede-de-museus-e-espacos-de-ciencias-e-cultura-da-ufmg-percursos-e-experiencias-formativas>. Nesta publicação tem muitas análises e histórias boas, que não cabem nesse singelo Caderno, nem seriam tão bem formuladas e contadas como lá estão.

Aqui no Caderno vamos tratar especificamente das ações desenvolvidas pelos espaços integrantes da Rede de Museus. E como são esses espaços? Surpreendentes! É corriqueira a reação de surpresa das pessoas que os visitam pela primeira vez. “Como eu não conhecia esse lugar?” “Não acredito que vocês têm esse objeto no acervo!” “Vou trazer [complete com o que lhe aprouver, minha mãe, meus alunos e alunas, o pessoal lá do bairro, fulana, sicrano...] aqui! Ele/s/ela/s vai/vão adorar!”.

Eles levam denominações diferentes, tratam de temas variados, porém, em comum, guardam coleções e acervos valorosos em um sem número de esferas: da acadêmica à cultural, da saúde à arte.

Alguns desses espaços, muita gente de Belo Horizonte e região metropolitana conhece bem, por tê-los visitado em uma excursão da escola, em um passeio com as crias nas férias, ou só por ali flunar mesmo. São os casos, por exemplo, do Espaço do Conhecimento – que faz parte do famoso Circuito Cultural Liberdade –, do Museu de História Natural e Jardim Botânico – também localizado fora do Campus Pampulha, do Museu de Ciências Morfológicas, ou, ainda, do Museu Casa de Padre Toledo, na histórica Tiradentes. Mas tem um tanto de outros tesouros espalhados pelos campi Pampulha e Montes Claros.

No link abaixo, você pode acessar o regimento da Rede de Museus, para entender um pouco mais sobre seu funcionamento

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/regimento/>



UFMG

FaE

Faculdade de Educação

PROFESSOR
MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA



OS ESPAÇOS DA REDE DE MUSEUS DA UFMG

Acervo Curt Lange

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/acl>

Acervo Imagens de Minas

<https://eba.ufmg.br/nucleoimagensdeminas/>

Centro da Memória da Engenharia

<https://aeaeufmg.org.br/>

Centro de Coleções Taxonômicas

<https://www2.icb.ufmg.br/cct/>

Acervo de Escritores Mineiros

<https://sites.letras.ufmg.br/aem/>

Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer

<http://www.eeffto.ufmg.br/cemef/index.php>

Centro de Memória da Escola de Enfermagem

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/cemef/>

Centro de Memória da Faculdade de Letras

<http://www.letras.ufmg.br/memoria/>

Centro de Memória da Farmácia

<https://www.farmacia.ufmg.br/sobre/>

Centro de Memória da Medicina

<https://www.medicina.ufmg.br/cememor/>

Centro de Memória da Odontologia

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/cmo>

Centro de Memória da Veterinária

<https://cememorvetufmg.wordpress.com/>

Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação

<https://www.instagram.com/cedocfae.ufmg/>



OS ESPAÇOS DA REDE DE MUSEUS DA UFMG

Centro de Referência em Cartografia Histórica
<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/>

Centro Virtual de Memória da Extensão
<https://www.ufmg.br/cevex/>

Espaço Acervo Artístico UFMG
https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=1987&Itemid=223

Espaço do Conhecimento UFMG
<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/>

Espaço Memória do Cinema
<https://midiaarteufmg.wordpress.com/>

Estação Ecológica UFMG
<https://www.ufmg.br/estacaoecologica/>

Herbário Norte Mineiro
<https://herbariomcca.wordpress.com/>

Museu Casa Padre Toledo
<https://www.ufmg.br/campustiradentes/nossos-espacos/museu-casa-padre-toledo/>

Museu da Escola de Arquitetura
<https://sites.arq.ufmg.br/marq/>

Museu da Matemática UFMG
<https://www.mat.ufmg.br/museu/>

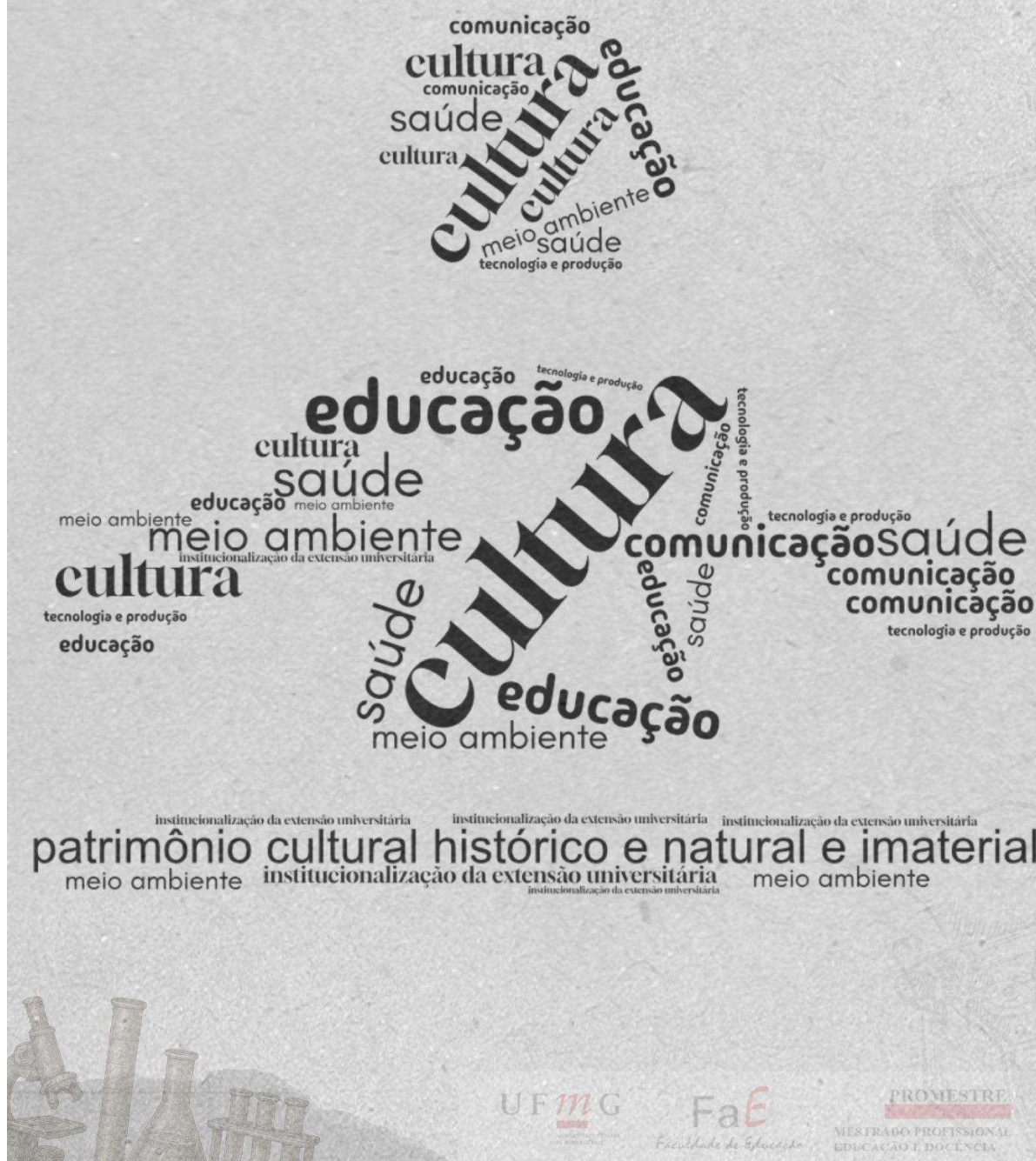
Museu de Ciências Morfológicas
<https://www.ufmg.br/rededemuseus/mcm/>

Museu de História Natural e Jardim Botânico
<https://www.ufmg.br/mhnbj/>



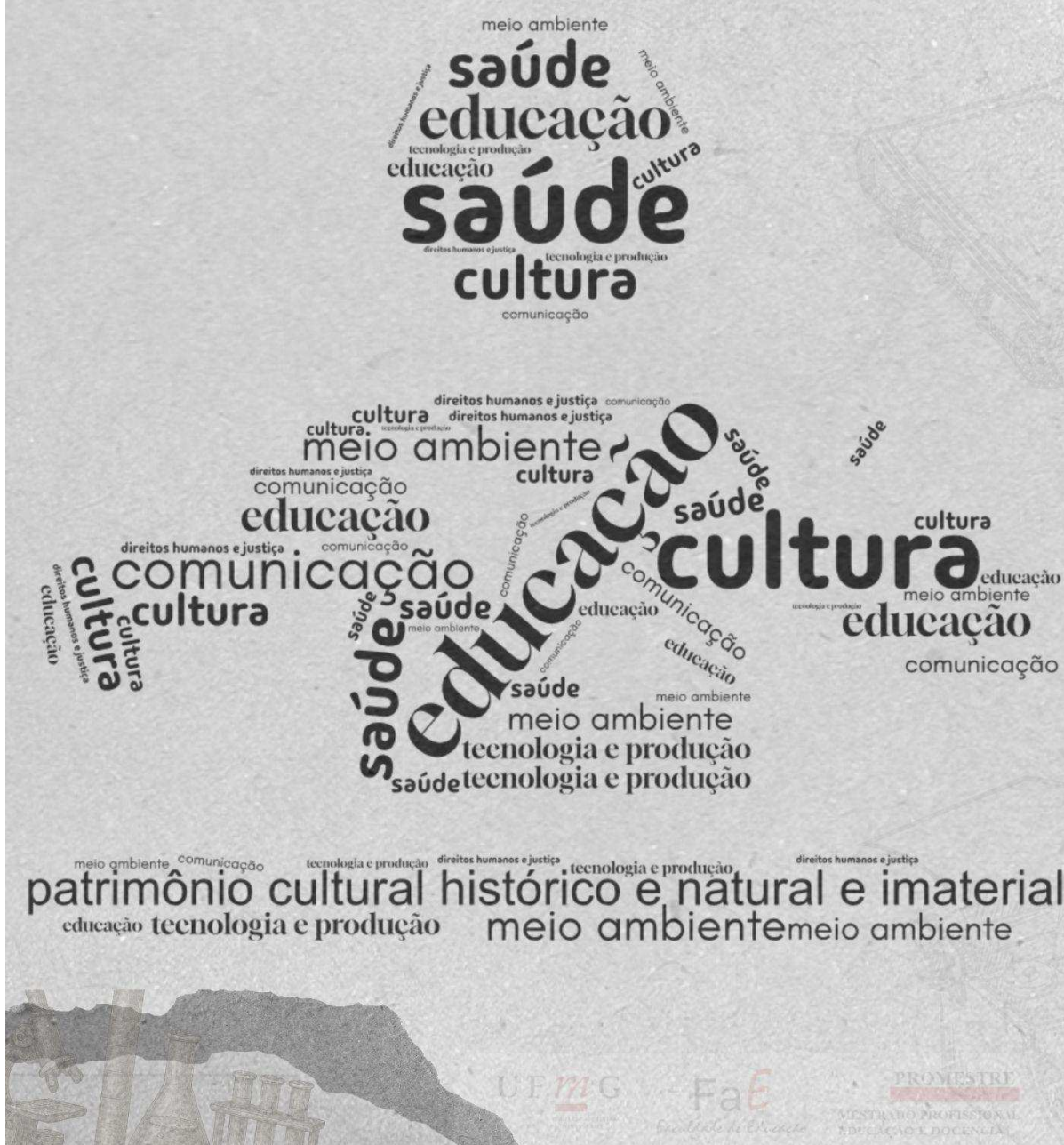
ÁREAS TEMÁTICAS

Abaixo, uma nuvem de palavras relativa às áreas temáticas das ações de extensão desenvolvidas nos espaços da integrantes da Rede de Museus



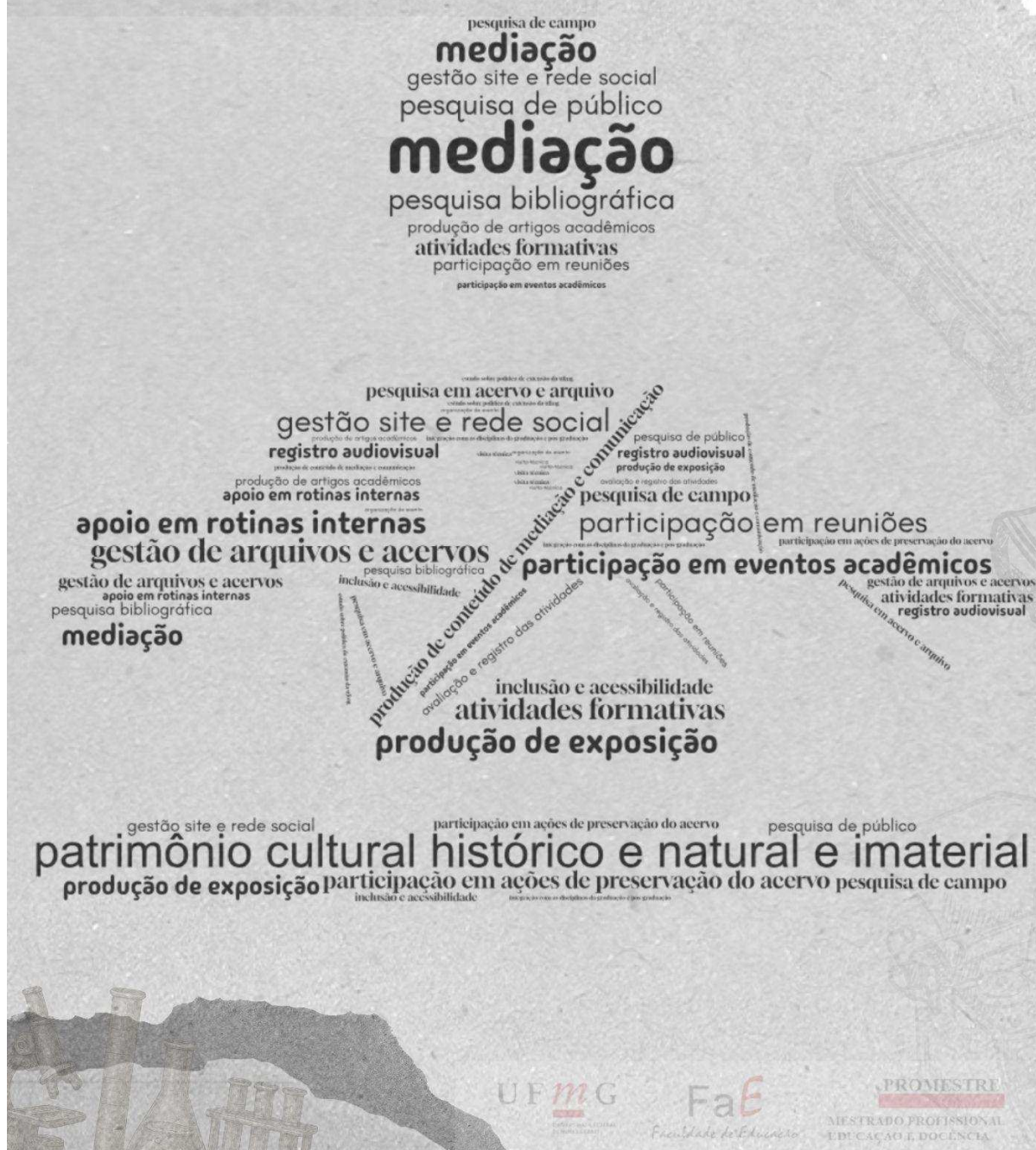
ÁREAS TEMÁTICAS DE INTERFACE

Abaixo, uma nuvem de palavras relativa às áreas temáticas das ações de extensão desenvolvidas nos espaços da integrantes da Rede de Museus



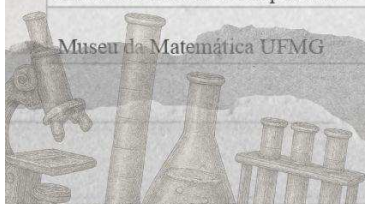
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR GRADUANDOS/AS

Abaixo, uma nuvem de palavras relativa às atividades desenvolvidas por graduandos/as integrantes das equipes das ações de extensão desenvolvidas nos espaços da integrantes da Rede de Museus



ÁREAS TEMÁTICAS POR ESPAÇO DESENVOLVEDOR

ESPAÇO DESENVOLVEDOR	ÁREA TEMÁTICA DA EXTENSÃO
Centro de Coleções Taxonômicas	Meio Ambiente, Educação
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	Cultura
Espaço do Conhecimento UFMG	Cultura, Educação
Estação Ecológica UFMG	Meio Ambiente
Museu de Ciências Morfológicas	Educação, Saúde
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Educação, Cultura, Tecnologia e Produção, Comunicação
Acervo Curt Lange	Cultura
Acervo de Escritores Mineiros	Educação
Acervo Imagens de Minas	Educação
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Educação, Cultura
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Saúde
Centro de Memória da Farmácia	Educação
Centro de Memória da Medicina	Cultura, Saúde
Centro de Memória da Odontologia	Saúde
Centro de Memória da Veterinária	Cultura, Institucionalização da Extensão Universitária
Centro de Referência em Cartografia Histórica	Cultura
Centro Virtual de Memória da Extensão	Institucionalização da Extensão Universitária
Museu Casa Padre Toledo	Cultura
Herbário Norte Mineiro	Meio Ambiente
Museu da Escola de Arquitetura	Cultura
Museu da Matemática UFMG	Educação



UFMG

FaE

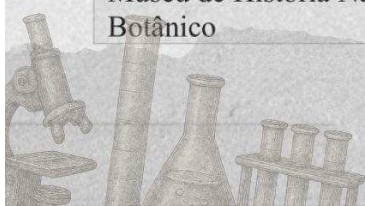
Faculdade de Educação

PROFESTRE

MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

UNIDADES ÀS QUAIS OS ESPAÇOS SÃO VINCULADOS

ESPAÇO	VINCULAÇÃO
Acervo Curt Lange	Escola de Música
Acervo Imagens de Minas	Escola de Belas Artes
Centro da Memória da Engenharia	Associação de Ex-alunos da Escola de Engenharia da UFMG
Centro de Coleções Taxonômicas	Órgão Complementar do Instituto de Ciências Biológicas
Centro de Estudos Literários e Culturais - Acervo de Escritores Mineiros	Órgão Complementar da Faculdade de Letras
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Escola de Enfermagem
Centro de Memória da Faculdade de Letras	Faculdade de Letras
Centro de Memória da Farmácia	Faculdade de Farmácia
Centro de Memória da Medicina	Faculdade de Medicina
Centro de Memória da Odontologia	Faculdade de Odontologia
Centro de Memória da Veterinária	Escola de Veterinária
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	Faculdade de Educação
Centro de Referência em Cartografia Histórica	Museu de História Natural e Jardim Botânico
Centro Virtual de Memória da Extensão	Pró-Reitoria de Extensão
Espaço Acervo Artístico UFMG	Pró-Reitoria de Cultura
Espaço do Conhecimento UFMG	Pró-Reitoria de Cultura
Espaço Memória do Cinema	Escola de Belas Artes
Estação Ecológica UFMG	Pró-Reitoria de Extensão
Herbário Norte Mineiro	Instituto de Ciências Agrárias
Museu Casa Padre Toledo	Pró-Reitoria de Cultura
Museu da Escola de Arquitetura	Escola de Arquitetura
Museu da Matemática UFMG	Instituto de Ciências Exatas
Museu de Ciências Morfológicas	Instituto de Ciências Biológicas
Museu de História Natural e Jardim Botânico	Órgão Suplementar – Reitoria



REFERÊNCIAS LEGAIS E NORMATIVAS DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

NACIONALMENTE

A Constituição brasileira estabelece em seu Art. 207 que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

O Plano Nacional de Educação de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/14) apresentou como meta, e o Conselho Nacional de Educação estabeleceu (através da Resolução nº 07/2018) o cumprimento de, no mínimo, 10% da carga horária curricular obrigatória da graduação em atividades de extensão. Os textos estão disponíveis, respectivamente, em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

NA UFMG

As duas principais normativas sobre a FEU, publicadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG (CEPE/UFMG), são a Resolução Nº 10/2019, que estabelece as diretrizes curriculares para a integralização de Formação em Extensão Universitária nos cursos de Graduação da UFMG, e a Resolução Complementar Nº 03/2024, que versa sobre as normas gerais da extensão. Os documentos estão disponíveis, respectivamente, em:

<https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/docs/Res1019.pdf>

https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2024/07/Resolucao-03_2024-CEPE-Normas-Gerais-da-Extensao.pdf

Sobre a política da UFMG para a extensão, ver o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG para o período 2024-2029. Disponível em:

https://www.ufmg.br/pdi/2024-2029/wp-content/uploads/2024/07/PDI-2024-2029_V7.pdf



GLOSSÁRIO BÁSICO

ACERVOS E COLEÇÕES UNIVERSITÁRIOS - Conjunto de documentos e objetos, em diferentes suportes, produzidos e juntados por diferentes agentes, em contextos diversos, e que se encontram sob a custódia dos museus universitários e espaços congêneres. Estas instituições trabalham na preservação, pesquisa e comunicação desse material, disponibilizando-o ao acesso público.

EXTENSÃO - Segundo o PDI 2024-2029 da UFMG (p. 74), “consiste numa ação acadêmica e política, cujo compromisso deliberado é o estreitamento de vínculos com a sociedade para que a Universidade cumpra sua função pública e sustente sua relevância social. Essa forma de atuar tem por finalidade aprofundar as ações de democratização dos saberes científico, cultural, artístico, tecnológico, bem como os saberes tradicionais de relevância social e coletiva, a fim de produzir novos conhecimentos e práticas que vão ao encontro dos anseios e interesses da sociedade e que, ao mesmo tempo, qualificam a formação discente”.

FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (FEU) - Trata-se do termo utilizado no âmbito da UFMG para caracterizar o modelo de aproveitamento dessa dimensão acadêmica na formação integral dos/as estudantes. Para além da simples adequação à legislação vigente, a FEU expressa o compromisso da universidade com o ensino e a pesquisa socialmente referenciados.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras) - “É uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos do FORPROEX, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras” (cf. <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>)



SAIBA MAIS

MOSTRA VIRTUAL PESQUISA E EXTENSÃO DA REDE DE MUSEUS

Anualmente, dentro da programação da Semana do Conhecimento da UFMG, a Rede de Museus promove a Mostra Virtual Pesquisa e Extensão. Estudantes apresentam em vídeos, pôsteres e outras mídias as atividades que desenvolvem nas ações extensionistas das quais participam. Segundo o site da Mostra “o objetivo do evento é possibilitar que a comunidade acadêmica e o público em geral conheçam os trabalhos realizados pela Rede de Museus, além de fomentar a formação de redes colaborativas ao permitir a inserção de comentários dirigidos aos autores dos projetos”. No endereço

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/mostravirtual2020/> é possível acessar um incrível repositório, com registros desde 2015.

VISITAÇÃO

A maioria dos espaços são abertos à visitação espontânea e/ou aos atendimentos. Além disso, vira e mexe são promovidos eventos acadêmicos, cursos, rodas de conversas, exposições e muito mais. Consulte os respectivos sites para mais informações (os endereços estão algumas páginas acima).

EDITAIS

A PROEX, a Rede de Museus e seus espaços, constantemente, divulgam editais de fomento às ações extensionistas, o que inclui a oferta de bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação, incentivo ao desenvolvimento de produtos extensionistas, entre outros apoios e estímulos. O endereço do site de divulgação de editais de fomento da PROEX é o <https://www.ufmg.br/proex/editais-de-fomento/>.



EXTENSIONISTAS DA UFMG, UNI-VOS!

Um espectro ronda a universidade brasileira – o espectro do extensionismo. Todo o elitismo sobre o qual essa instituição foi alicerçada cá nessas paragens está com os dias contados, pois carrega em si o germe da própria destruição.

Brincadeira – com fundo de verdade – à parte, é, sim, em prol de uma universidade plural e socialmente referenciada que a extensão é evocada na contemporaneidade. Mas, para que assim essa dimensão se desenvolva, é imprescindível que as agências com ela envolvidas sejam permeáveis a uma tal perspectiva. A despeito de alguns setores universitários se debruçarem sobre a temática e a prática extensionista, essa ainda não é uma realidade amplamente difundida nas universidades brasileiras, e na UFMG não é diferente.

Sem dúvida, esse quadro tem se alterado significativamente nas últimas décadas, mas ainda há muita estrada pela frente. Então, caríssimos e caríssimas professores e professoras, estimados e estimadas coordenadores e coordenadoras dos espaços integrantes da Rede de Museus, esse Caderno é quase um panfleto pela união de forças, saberes e imaginações em torno da Formação em Extensão Universitária. A articulação entre vocês é fundamental para que estes espaços se tornem referência na FEU na UFMG.

A pesquisa que realizamos, e que citamos na apresentação desta publicação, confirmou nossa hipótese inicial de que estes lugares vêm contribuindo ativamente nesse sentido antes mesmo das atuais regulamentações. Igualmente, reforçou nossa impressão de que podem ser o cerne de percursos altamente relevantes para o ensino, a pesquisa e a extensão. Pela formação profissional e cidadã, extensionistas da UFMG, uni-vos!

Este material foi produzido a partir da dissertação realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE), da Faculdade de Educação da UFMG, na linha Educação em Museus, por Marcelo Paolinelli de S. Novaes, sob orientação da Prof.^a Verônica Segantini, intitulada: Formação em Extensão Universitária na Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG (2025). A reprodução total ou parcial é autorizada, desde que mencionada a fonte.